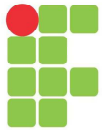


INSTITUTO FEDERAL
GOIÁS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

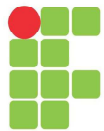
PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO DO
EXERCÍCIO DE 2014

GOIÂNIA-GO, ABRIL/2015



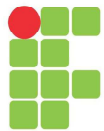
PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO DE 2014

Relatório de Gestão do exercício de 2014 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 134/2013, da Portaria TCU nº 090/2014.

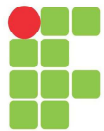


SUMÁRIO

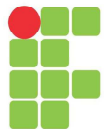
INTRODUÇÃO	2
ESTRUTURA DO RELATÓRIO DE GESTÃO.....	2
1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE JURISDICIONADA	3
1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	3
1.2. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE.....	5
1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL.....	6
1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	10
2. INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA.....	13
2.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA	13
2.2 ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	17
2.3 SISTEMA DE CORREIÇÃO	28
2.4 AVALIAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS.....	29
2.5 REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES.....	29
3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	31
3.1 CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO	31
3.2 CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO	32
3.3 MECANISMOS PARA MEDIR A SATISFAÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	32
3.4 ACESSO ÀS INFORMAÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA	33
3.5 AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DA UNIDADE JURISDICIONADA	34
3.6 MEDIDAS RELATIVAS A ACESSIBILIDADE.....	37
4. AMBIENTE DE ATUAÇÃO	38
4.1 INFORMAÇÕES DO AMBIENTE DE ATUAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	38
5. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS.....	42
5.1 PLANEJAMENTO DA UNIDADE	42
5.2 PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS	42
5.2.1 Programa Temático	43
5.2.2 Objetivo.....	43
5.2.3 Ações.....	43
5.3 INFORMAÇÕES SOBRE OUTROS RESULTADOS DA GESTÃO.....	45
5.4 INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES DE DESEMPENHO OPERACIONAL.....	45
5.5 INFORMAÇÕES SOBRE CUSTO DE PRODUTOS E SERVIÇOS	45
GESTÃO DOS FUNDOS NO CONTEXTO DA UNIDADE	46
6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	47
6.1 PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DAS DESPESAS.....	47
6.1.1 Programação das despesas	47
6.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa.....	48
6.1.3 Realização da despesa.....	49
6.2 DESPESAS COM AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA.....	55
6.3 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	55
6.4 MOVIMENTAÇÃO E O SALDO DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIO ANTERIORES	55
6.5 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS.....	56



6.6 SUPRIMENTO DE FUNDOS	56
6.6.1 <i>Concessão de Suprimento de Fundos</i>	56
6.6.2 <i>Concessão de Suprimento de Fundos</i>	56
6.6.3 <i>Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos</i>	57
6.6.4 <i>Análise Crítica</i>	57
6.7 RENÚNCIA SOB A GESTÃO DA UJ	57
6.8 GESTÃO DE PRECATÓRIOS	57
7. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	58
7.1 ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE	58
7.1.1 <i>Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada</i>	58
7.1.2 <i>Qualificação da Força de Trabalho</i>	59
7.1.3 <i>Capacitação da Força de Trabalho</i>	61
7.1.3 <i>Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada</i>	62
7.1.4 <i>Irregularidades na área de pessoal</i>	63
7.1.5 <i>Riscos identificados na Gestão de Pessoas</i>	63
7.1.6 <i>Indicadores gerenciais sobre recursos humanos</i>	66
7.2 CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE APOIO E DE ESTAGIÁRIOS	66
7.2.1 <i>Contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância</i>	66
7.2.3 <i>Análise Crítica dos itens 7.2.1 e 7.2.2</i>	69
7.2.4 <i>Contratação de estagiários</i>	69
7.3 ANÁLISE DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO PROPICIADA PELO ART. 7º DA LEI 12.546/2011 E PELO ART. 2º DO DECRETO 7.828/2012	69
8. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	71
8.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS	71
8.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	72
8.2.1 <i>Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial</i>	72
8.2.2 <i>Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional</i>	73
8.2.3 <i>Bens Imóveis locados a terceiros</i>	75
9. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	76
9.1 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	76
10. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	84
10.1 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL ..	84
11. ATENDIMENTO À DEMANDA DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE	85
11.1 TRATAMENTO DE DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃO DO TCU	85
11.1.1 <i>Deliberações do TCU Atendidas no exercício</i>	85
11.1.2 <i>Deliberações do TCU não atendidas no exercício</i>	87
11.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO (OCI)	88
11.2.1 <i>Recomendações do OCI atendidas no exercício</i>	88
11.2.2 <i>Recomendações do OCI não atendidas no exercício</i>	90
11.3 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI 8.730/93	91
11.4 MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO	91

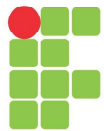


11.5 ALIMENTAÇÃO SIASG E SICONV	94
12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	95
12.1 MEDIDAS ADOTADAS PARA ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO	95
12.2 APURAÇÃO DOS CUSTOS DOS PROGRAMAS E DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS.....	95
12.3 CONFORMIDADE CONTÁBIL.....	95
12.4 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	95
12.5 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS PREVISTAS NA LEI Nº 4.320/1964 E PELA NBC T 16.6 APROVADA PELA RESOLUÇÃO CFC Nº 1.133/2008	96
12.6 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS EXIGIDAS PELA LEI Nº 6.404/1976	96
12.7 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DAS EMPRESAS ESTATAIS.....	96
12.8 RELATÓRIO DE AUDITORIA INDEPENDENTE.....	96
13. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO.....	97
II - PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 134/2013 – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS.....	99
INDICADORES DE GESTÃO DOS IFET NOS TERMOS DO ACÓRDÃO TCU Nº 2.267/2005	99
ANÁLISE DOS RESULTADOS DOS INDICADORES ACADÊMICOS DA UJ.....	100
<i>Indicador 1 – Relação Candidato por Vaga.....</i>	<i>101</i>
<i>Indicador 2 – Relação Ingressos por Aluno</i>	<i>102</i>
<i>Indicador 3 – Relação de Concluintes por Alunos</i>	<i>104</i>
<i>Indicador 4 – Índice de Eficiência Acadêmica</i>	<i>105</i>
<i>Indicador 5 – Índice de Retenção do Fluxo Escolar</i>	<i>106</i>
<i>Indicador 6 – Relação Alunos/Docentes em tempo Integral.....</i>	<i>108</i>
ANÁLISE DOS RESULTADOS DOS INDICADORES DE GESTÃO DA UJ.....	109
RELAÇÃO DE PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
ANEXOS	114



LISTA DE ANEXOS

- Anexo 1 – Quadro A.2.4 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ
- Anexo 2 – Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS
- Anexo 3 – Quadro A.5.4 – Indicadores de Desempenho
- Anexo 4 – QUADRO A.6.1.1 – Programação de Despesas
- Anexo 5 – RELAÇÃO DE VEÍCULOS DA FROTA DO IFG
- Anexo 6 – Quadro A.9.1 – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014
- Anexo 7 – Tabela 14: Relação Alunos/Docentes em Tempo Integral – 2014
- Anexo 8 – Tabela 15: Relação Candidato/Vaga
- Anexo 9 – Tabela 16: Relação Ingressos por Aluno
- Anexo 10 – Tabela 17: Relação de Concluintes por Alunos
- Anexo 11 – Tabela 18: Índice de Eficiência Acadêmica
- Anexo 12 – Tabela 19: Índice histórico de retenção do fluxo escolar
- Anexo 13 – Tabela 20: Quantidade atual de alunos - em 12/02/2015
- Anexo 14 – Tabela 23: Relação dos projetos contemplados com fomento do ProAPP/IFG



LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Quadro A.1.3 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Quadro A.1.4 – Macroprocessos Finalísticos

Quadro A.2.4 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

Quadro A.5.2.3.4 – Ações do Orçamento de Investimento

Quadro A.5.2.3.4 – Ações do Orçamento de Investimento

Quadro A.5.4 – Indicadores de Desempenho

Quadro A.5.5 – Variações de Custos

QUADRO A.6.1.1 – Programação de Despesas

QUADRO A.6.1.3.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

QUADRO A.6.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

QUADRO A.6.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Quadro A.6.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Quadro A.6.2 – Despesas com Publicidade

QUADRO A.6.4- Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Quadro A.6.6.1 – Concessão de suprimento de fundos

Quadro A.6.6.2 – Utilização de suprimento de fundos

QUADRO A.6.6.3 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência

Quadro A.7.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ

Quadro A.5.1.2.2 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12

Quadro A.7.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva

Quadro A.7.1.1.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ

Quadro A.7.1.3 – Custos do pessoal

Quadro A.7.2.4 – Composição do Quadro de Estagiários

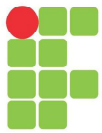
Quadro A.8.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

QUADRO A.8.2.2.1 – Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional

Quadro A.9.1 – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014

Quadro A.10.1 – Aspectos da Gestão Ambiental

Quadro A.11.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício



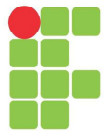
INSTITUTO FEDERAL
GOIÁS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
REITORIA

Quadro A.11.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Quadro A.12.4.1 – Declaração do Contador Afirmativa da Fidedignidade das Demonstrações Contábeis

Quadro B.65.1 – Resultados dos Indicadores – Acórdão TCU n.º 2.267/2005



LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Endereços Eletrônicos do IFG

Tabela 2: Consultas ao Serviço de Informação ao Cidadão - 2014

Tabela 3: Quantidades de IES nos municípios em que o IFG se encontra (2014)

Tabela 4: Quantidade de cursos oferecidos pelo IFG por modalidade - 2014

Tabela 5: Titulação dos servidores Técnico-Administrativos - Classe C

Tabela 6: Titulação dos servidores Técnico-Administrativos - Classe D

Tabela 7: Titulação dos servidores Técnico-Administrativos - Classe E

Tabela 8:: Contratos de Manutenção, Limpeza e Vigilância por Câmpus

Tabela 9: Endereços Eletrônicos do IFG

Tabela 10: Resumo dos Indicadores

Tabela 11: Candidato X Vaga por Modalidade em 2014

Tabela 12: Redução do Número de Vagas Ofertadas

Tabela 13: Percentual de ocupação em 2014

Tabela 14: Relação Alunos/Docentes em Tempo Integral - 2014

Tabela 15: Relação Candidato/Vaga

Tabela 16: Relação Ingressos por Aluno

Tabela 17: Relação de Concluintes por Alunos

Tabela 18: Índice de Eficiência Acadêmica

Tabela 19: Índice histórico de retenção do fluxo escolar

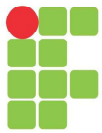
Tabela 20: Quantidade atual de alunos - em 12/02/2015

Tabela 21 - Relação de servidores contemplados com bolsa do ProAPP/IFG

Tabela 22 – Número de bolsas e valor investido pelo Programa PROAPP/IFG

Tabela 23: Relação dos projetos contemplados com fomento do ProAPP/IFG

Tabela 24: Valor concedido pelo Programa PROAPP/IFG por Câmpus/IFG



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Cenário da Rede Federal

Gráfico 2: Relação Candidato por Vaga

Gráfico 3: Relação Ingresso/Aluno

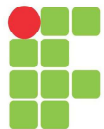
Gráfico 4: Relação Concluintes/Alunos

Gráfico 5: Eficiência acadêmica na relação concluintes/ingressos em período equivalente

Gráfico 6: Evolução do índice de retenção do fluxo escolar

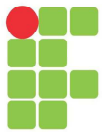
Gráfico 7: Relação Aluno/Docente 2013/2014

Gráfico 8 – Porcentagem de projetos ProAPP contemplados com fomento por Câmpus



LISTAS DE ABREVIações E SIGLAS

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CGU – Controladoria-Geral da União
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DDRH – Diretoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos do IFG
DN – Decisão Normativa
EAD – Educação a Distância
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IFG – Instituto Federal de Goiás – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
IN – Instrução Normativa
LOA – Lei Orçamentária Anual
MEC – Ministério da Educação
OCI – Órgão de Controle Interno
PAINT - Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
PIGE – Programa Institucional de Concessão de Bolsas de Graduação e Especialização
PIQS – Programa Institucional de Qualificação de Servidores em nível de Mestrado e Doutorado
PPA – Plano Plurianual
PROAPP – Programa de Apoio à Produtividade e Pesquisa
PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação Jovens e Adultos
PROAD – Pró-Reitoria de Administração
PRODI – Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional
PROEN – Pró-Reitoria de Ensino
PROEX – Pró-Reitoria de Extensão
PRONATEC - Programa Nacional de Acesso do Ensino Técnico e Emprego
PROPPG – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
RAINT – Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna
RAIS – Relação Anual de Informações Sociais
RG – Relatório de Gestão
SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIC – Serviço de Informação ao Cidadão
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SISAC - Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões
SISTEC - Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
SISU – Sistema de Seleção Unificada
SPIUNET – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SOF – Secretaria de Orçamento Federal
TI – Tecnologia da Informação
TCU – Tribunal de Contas da União
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada
UO – Unidade Orçamentária



INTRODUÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - IFG, criado pela Lei Federal nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a qual transformou os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC) e detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. É, funcionalmente, uma instituição de educação superior, básica e profissional, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino.

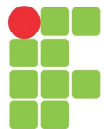
Sua finalidade é formar cidadãos profissionais para os diversos setores da economia, realizar pesquisas, promover a inovação e o desenvolvimento científico e tecnológico, gerar novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos, contribuindo de forma efetiva para o desenvolvimento social e a soberania do Brasil.

O Instituto Federal de Goiás, em atenção aos parâmetros e metas definidos pelo Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o qual foi proposto pelo Ministério da Educação, tem se comprometido em expandir pelo Estado de Goiás a oferta de uma educação pública e de qualidade, que forme tanto o profissional quanto o cidadão.

Em cumprimento ao seu dever de prestar contas, já que é uma instituição mantida por recursos públicos, o Gabinete do Reitor do Instituto Federal de Goiás apresenta neste Relatório as ações executadas pelo Reitor e cuja finalidade foi atender ao interesse público, que, no caso do Instituto Federal de Goiás, se materializa na oferta do ensino, da pesquisa e da extensão.

ESTRUTURA DO RELATÓRIO DE GESTÃO

O Relatório de Gestão do IFG exercício 2014 foi elaborado conforme o conjunto de normas sobre a prestação de contas estabelecido na Instrução Normativa - TCU nº 63/2010, Instrução Normativa - TCU nº 72/2013, Decisão Normativa TCU nº 134/2013, Portaria TCU nº 90/2014 e das orientações do órgão de controle interno Portaria CGU nº 650/2014.

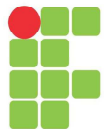


1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

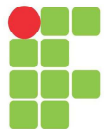
QUADRO A.1.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO			Código SIORG: 244
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS			
Denominação Abreviada: INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS / IFG			
Código SIORG: 451	Código LOA: 26429		Código SIAFI: 158153
Natureza Jurídica: AUTARQUIA			CNPJ: 10.870.883/0001-44
Principal Atividade: EDUCAÇÃO MÉDIA, TÉCNICA, PROFISSIONAL E SUPERIOR			Código CNAE: 8541-4
Telefones/Fax de contato:	(062) 3612-2203	(062) 3612-2247	(062) 36122-2200
Endereço Eletrônico: gabinete.reitoria@ifg.edu.br			
Página na Internet: http://www.ifg.edu.br			
Endereço Postal: Av. Assis Chateaubriand, nº 1.658, Setor Oeste, Goiânia/GO – CEP. 74.130-015			
Situação	ATIVO		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
<ul style="list-style-type: none"> • Lei nº 3.552, de 16/02/1959, que dispõe sobre a organização e estrutura das ETFs; • Lei nº 8.948, de 08/12/1994, que dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências; • Decreto nº 2.406, de 27/11/1997, regulamenta a Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, e dá outras providências; • Decreto s/n de 22 de março de 1999, publicado no D.O.U. 23/03/1999, que dispõe sobre a implantação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás; • Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007, que estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica; • Lei nº 11.892, de 29/12/2008, que Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. 			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Decreto nº 1.916, de 23 de maio de 1996, que regulamenta o processo de escolha dos dirigentes de instituições federais de ensino superior, nos termos da Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995; ▪ Regimento Interno do Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás – CEFET-GO, aprovado pelo Ministério de Estado da Educação através da Portaria nº 833 de 19/05/1999, publicado no D.O.U. em 20/05/1999; ▪ Decreto nº 5.224, de 01/10/2004, que dispõe sobre a organização dos Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências; ▪ Portaria do MEC nº 538, de 31 de maio de 2007, publicado no D.O.U. em 01/06/2007, que aprova o Estatuto do Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás; ▪ Decreto nº 6.264, de 22 de novembro de 2007, que altera e acresce dispositivos ao do Decreto nº 1.916, de 23 de maio de 1996, que regulamenta o processo de escolha dos dirigentes de instituições federais de ensino superior, nos termos da Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995, e dá outras providências; ▪ Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, aprovado pelo Conselho Diretor e formalizado através da Portaria nº 488, de 27/08/2009, publicado no D.O.U. em 28/08/2009; ▪ Decreto nº 6.986, de 20/10/2009, regulamenta os arts. 11, 12, e 13 da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, para disciplinar o processo de escolha de dirigentes no âmbito destes Institutos. 			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Os manuais, regulamentos e publicações do Instituto Federal de Goiás constam do portal da Unidade Jurisdicionada (http://www.ifgoias.edu.br/).			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			



Código SIAFI	Nome
158153	Reitoria
158640	Câmpus Águas Lindas
158641	Câmpus Goiânia Oeste
158642	Câmpus Senador Canedo
158643	Câmpus Valparaíso
158522	Câmpus Anápolis
158610	Câmpus Aparecida de Goiânia
158611	Câmpus Cidade de Goiás
158523	Câmpus Formosa
158430	Câmpus Goiânia
158432	Câmpus Inhumas
158433	Câmpus Itumbiara
158431	Câmpus Jataí
158524	Câmpus Luziânia
158434	Câmpus Uruaçu
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
26429	Reitoria e Câmpus do Instituto Federal de Goiás
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
158153	26429
158522	26429
158610	26429
158611	26429
158523	26429
158430	26429
158432	26429
158433	26429
158431	26429
158524	26429
158434	26429
158640	26429
158641	26429
158642	26429
158643	26429
Unidades Orçamentárias Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
26429	Reitoria e Câmpus do Instituto Federal de Goiás
Unidades Orçamentárias Abrangidas	
Código SIAFI	Nome
26429	Reitoria e Câmpus do Instituto Federal de Goiás

Fonte: PROAD/IFG



1.2. Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

A Lei 11.892/2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, estabelece em seu Art. 2º que os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, o objetivo precípua do IFG é mediar, ampliar e aprofundar a formação integral (omnilateral) de profissionais-cidadãos, capacitados a atuar e intervir no mundo do trabalho, na perspectiva da consolidação de uma sociedade democrática e justa social e economicamente. Portanto, o seu papel social é visualizado na produção, na sistematização e na difusão de conhecimentos de cunho científico, tecnológico, filosófico, artístico e cultural, construída na ação dialógica e socializada desses conhecimentos.

O IFG possui os seguintes objetivos:

1) ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

2) ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, prioritariamente com elevação do nível de escolaridade, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

3) realizar pesquisas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

4) desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos, tecnológicos e culturais;

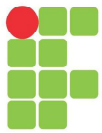
5) estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão, na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;

6) ministrar, em nível de educação superior, cursos:

a) superiores de tecnologia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica e para a educação profissional;

c) de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;



d) de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento;

e) de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas ao processo de geração e inovação tecnológica;

7) promover a aproximação e integração efetiva com a sociedade por meio do fortalecimento de ações de comunicação interna e externa direcionadas, capazes de integrar os diversos serviços e públicos, a fim de estimular a participação efetiva da comunidade na vida acadêmica do IFG e repartir com ela o conhecimento produzido e as informações que fortaleçam efetivamente o compromisso institucional com a melhora da qualidade de vida da comunidade.

1.3 Organograma Funcional

I. COLEGIADOS

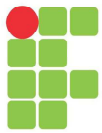
- a) Conselho Superior;
- b) Colégio de Dirigentes;
- c) Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

II. COMISSÕES PERMANENTES

- a) Comissão Própria de Avaliação;
- b) Comissão de Ética;
- c) Comissão Própria de Pessoal Docente;
- d) Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos;
- e) Comissão Permanente de Políticas Públicas de Igualdade Racial do IFG.

III. REITORIA

- a) Gabinete.
 - i. Assessoria de relações institucionais;
 - ii. Procuradora Federal;
 - iii. Auditoria Interna.
- b) Diretoria Executiva;
 - i. Coordenação-Geral de Comunicação e Eventos;
 - ii. Coordenação de Relações Internacionais;
- c) Pró-Reitorias:
 - i. Pró-Reitoria de Ensino;
 - Diretoria de Políticas de Educação Básica e Superior;
 - Diretoria de Administração Acadêmica;
 - Diretoria de Educação a Distância;



- Centro de Seleção;
- Procuradoria Educacional Institucional;

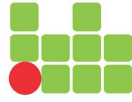
- ii. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação;
 - Diretoria de Pesquisa e Inovação;
 - Diretoria de Pós-Graduação;
 - Coordenação da Editora;
 - Coordenação-Geral de Bibliotecas

- iii. Pró-Reitoria de Extensão;
 - Diretoria de Ações Sociais;
 - Diretoria de Ações Profissionais e Tecnológicas;

- iv. Pró-Reitoria de Administração;
 - Diretoria de Planejamento e Gestão Orçamentária;
 - Diretoria Financeira;
 - Diretoria de Projetos e Infraestrutura.

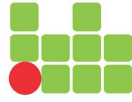
- v. Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional;
 - Diretoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos;
 - Diretoria de Tecnologia da Informação;
 - Coordenação do Observatório do Mundo do Trabalho;
 - Núcleo de Planejamento e Estatística.

III. CÂMPUS



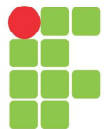
Quadro A.1.3 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Conselho Superior	De caráter consultivo e deliberativo, é o órgão máximo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. É composto por 30 (trinta) membros, com mandatos de 02 (dois) anos, permitida uma recondução para o período imediatamente subsequente, excetuando-se o Reitor, que é membro nato e presidente do Conselho.	Jerônimo Rodrigues da Silva	Presidente do Conselho Superior	jan-dez
Colégio de Dirigentes	De caráter consultivo, é o órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria, com a seguinte composição: a) o Reitor, como presidente; b) os Pró-Reitores; c) os Diretores-Gerais dos Câmpus.	Jerônimo Rodrigues da Silva	Presidente do Colégio de Dirigentes	jan-dez
Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão	Órgão consultivo e de proposição de ações e políticas institucionais referentes às atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelo Instituto Federal de Goiás.	Jerônimo Rodrigues da Silva	Presidente do ConEnPEX	jan-dez
Comissão Própria de Avaliação – CPA	Comissão permanente constituída para conduzir os processos internos de avaliação da Instituição, pela sistematização e pela prestação de informações referentes à avaliação institucional, visando ao aperfeiçoamento da gestão acadêmica e administrativa.	Dagmar Borges da Silva	Presidente da CPA	jan-dez
Comissão de Ética	Comissão permanente autônoma e regida por regulamento próprio responsável por orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor público, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, por promover apuração do comprometimento ético e por aplicar o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.	Simone Souza Ramalho	Presidente da Comissão de Ética	jan-set
		Marisa Alves Vento		out-dez
Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD	Comissão permanente autônoma e regida por regulamento próprio responsável por prestar assessoramento ao Conselho Superior e à Reitoria, para formulação e acompanhamento da execução da política de pessoal docente da Instituição.	Paulo Henrique Souza	Presidente da CPPD	jan-abr
		Jorge Antônio de Souza		mai-dez
Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos – CIS	Comissão permanente autônoma e regida por regulamento próprio responsável por prestar assessoramento ao Conselho Superior e à Reitoria para a formulação e acompanhamento da execução da política de pessoal técnico-administrativo da instituição.	Paulo Rodrigues Alves Reis	Presidente da CIS	dez
Diretoria Executiva	É o órgão de assessoramento direto à Reitoria, responsável pela articulação das políticas e ações para o cumprimento do Plano de Desenvolvimento Institucional e das Metas e Compromissos estabelecidos no âmbito de todo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.	Paulo Henrique de Souza	Diretor Executivo	mai-dez
Auditoria Interna	É o órgão de assessoramento à Reitoria responsável pelo controle e fortalecimento da gestão,	Dean Mardem	Auditor-chefe da	jan-dez



	assim como pela racionalização das ações no âmbito de todo o Instituto, e pelo apoio, dentro de suas especificidades, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente.	Auditoria Interna	
Procuradoria Federal	É o órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal responsável pelas atividades de consultoria e assessoramento jurídico ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás e outras atividades de que a lei dispõe, caracterizando-se como Procuradoria especializada, nos termos previstos no Artigo 10, § 3º, da Lei nº. 10.480/2002, observada a legislação pertinente.	Procuradora Federal	jan-dez
Gabinete	É o órgão subordinado à Reitoria responsável por organizar, assistir, coordenar, fomentar e articular a ação política e administrativa da Reitoria.	Juraci Alves Grangueiro Alessandra Marques Neves	jan-mar abr-dez
Pró-Reitoria de Ensino	É o órgão subordinado à Reitoria responsável pela proposição e condução das políticas de ensino, no âmbito da educação profissional e científica de nível médio e de graduação, para o cumprimento do Plano de Desenvolvimento Institucional e das Metas e Compromissos estabelecidos no âmbito de todo o Instituto Federal de Goiás.	Adelino Candido Pimenta	jan-dez
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação	É o órgão responsável pela proposição e condução das políticas de pesquisa, inovação e pós-graduação para o cumprimento do Plano de Desenvolvimento Institucional e das Metas e Compromissos estabelecidos no âmbito de todo o Instituto Federal de Goiás.	Ruberley Rodrigues de Souza	jan-dez
Pró-Reitoria de Extensão	É o órgão responsável pela proposição e condução das políticas de estágio, inserção, valorização e interação dos profissionais formados pela Instituição com o mundo do trabalho, pela proposição e condução das políticas de formação inicial e continuada de trabalhadores, política de assistência estudantil, bem como pela proposição e desenvolvimento de toda política de extensão para o cumprimento do Plano de Desenvolvimento Institucional e das Metas e Compromissos estabelecidos no âmbito de todo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.	Sandro Ramos de Lima	jan-dez
Pró-Reitoria de Administração	É o órgão responsável pela proposição e condução das políticas de gestão administrativa, patrimonial, de suprimento de bens e serviços e de aplicação dos recursos orçamentários e financeiros, para o cumprimento do Plano de Desenvolvimento Institucional e das Metas e Objetivos estabelecidos no âmbito de todo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.	Ubaldo Eleutério da Silva	jan-dez
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional	É o órgão responsável pela proposição e sistematização do planejamento estratégico da Instituição, pela proposição e condução das políticas de gestão de pessoal, tecnologia da informação, pelo levantamento, atualização, sistematização e avaliação dos dados estruturais para subsídio à definição das políticas institucionais, bem como pela compilação dos dados de desempenho da Instituição no âmbito de todo o Instituto Federal de Goiás.	Weber Tavares da Silva Júnior	abr-dez

Fonte: PRODI/IFG



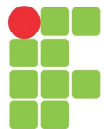
1.4 Macroprocessos Finalísticos

Novos desafios se colocaram para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica; como compreender o caráter e a natureza das transformações, identificar o impacto social e profissional nos arranjos produtivos, repensar as modalidades da Educação Profissional, Científica e Tecnológica e os cursos oferecidos e estabelecer uma sintonia entre as referidas modalidades e cursos ofertados as demandas locais e regionais. O IFG procurou, através dos estudos do Observatório do Mundo do Trabalho, sintonizar sua oferta de cursos com as demandas profissionais apresentadas pelas comunidades por meio da análise dos Arranjos Produtivos Locais (APL) e pelos empreendimentos que compõem os setores mais fortes da economia goiana, cumprindo com o seu papel social de disseminar a educação profissional e tecnológica na região de sua abrangência.

Quadro A.1.4 – Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Oferta de cursos de Formação de Trabalhadores	Cursos de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores: capacitar, aperfeiçoar, especializar e a atualizar os profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica.	Cursos FIC	Alunos em todos os níveis de escolaridade que demandam profissionalização	Câmpus e Pró-Reitorias do IFG
Oferta de cursos de Educação Técnica de Nível Médio	Educação profissional técnica de nível médio: oferecer educação de qualidade para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos.	Cursos Técnicos de Nível Médio	Alunos que concluíram a segunda fase do ensino fundamental	Câmpus e Pró-Reitorias do IFG
Oferta de ensino superior	Cursos superiores de tecnologia e bacharelado (engenharias): formar profissionais para os diferentes setores da economia	Cursos Superiores de Bacharelado e Tecnologia	Alunos que concluíram o ensino médio	Câmpus e Pró-Reitorias do IFG
Oferta de cursos voltados para a formação de professores	Cursos de licenciatura e programas especiais de formação pedagógica: formar professores para educação básica e para a educação profissional	Cursos especiais de formação pedagógica e licenciaturas em diversas áreas do conhecimento	Professores das redes públicas e egressos do ensino médio interessados em atuar como docentes	Câmpus e Pró-Reitorias do IFG
Oferta de cursos de pós-graduação	Cursos de pós-graduação <i>Lato e Stricto Sensu</i> (Aperfeiçoamento, especialização e mestrado): contribuir no processo de geração e inovação tecnológica	Cursos de pós-graduação <i>Lato Sensu</i> e <i>Stricto Sensu</i>	Egressos do ensino superior	Câmpus e Pró-Reitorias do IFG
Desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão	Promover, de forma articulada com o ensino, ações de ampliação do conhecimento	Pesquisas aplicadas e projetos de extensão	Corpo discente e docente do IFG	Câmpus e Pró-Reitorias do IFG

Fonte: PRODI/IFG



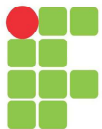
No desenvolvimento dos Macroprocessos Finalísticos acima descritos, destacam-se os seguintes processos:

- **Gestão do Ingresso:** acompanhar os ingressos e monitorar a evasão;
- **Gestão dos Programas de Assistência Estudantil:** desenvolver ações articuladas, a partir dos perfis do público que acessa o IFG, para garantir a permanência e o êxito do educando;
- **Gestão de Informações Acadêmicas:** implantar um sistema de gestão acadêmica;
- **Gestão de Eventos, Comunicação e Marketing Institucional:** estabelecer a relação permanente e sistemática entre a instituição e seus diversos públicos internos e externos, definindo valores, objetivos, diretrizes, normas e estruturas, com a finalidade de orientar o desenvolvimento de ações, estratégias e produtos da comunicação do IFG;
- **Gestão Orçamentária e Financeira:** normatizar e informatizar os processos gerenciais e de suporte às atividades finalísticas, para melhoria da execução financeira.
- **Gestão de Pessoas:** conceber e implantar um programa que promova atenção à saúde e a melhoria da qualidade de vida do servidor, contribuindo para o seu desenvolvimento pessoal e profissional;
- **Elaboração do Planejamento:** avaliar e redimensionar o modelo de gestão do IFG e consolidar estrutura de trabalho que contemple o desenvolvimento dos processos institucionais de forma integrada e em rede, de modo a possibilitar as condições necessárias e adequadas para o alcance das finalidades institucionais e a ação comprometida com o desenvolvimento local e regional, considerando a nova identidade institucional;
- **Gestão das Políticas de Ensino:** normatizar e informatizar os processos gerenciais de ensino, pesquisa e extensão, para melhoria da execução, acompanhamento e avaliação da gestão institucional.

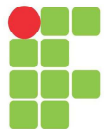
No âmbito dos Macroprocessos Finalísticos, cumpre ainda identificar os principais parceiros externos à unidade jurisdicionada, que apoiaram o IFG em seu desenvolvimento.

O protocolo de intenções assinado pelos reitores do Instituto Federal de Goiás, Instituto Federal Goiano, Universidade Estadual de Goiás e Universidade Federal de Goiás em 2012, que instalou oficialmente o Fórum das Instituições Públicas de Ensino Superior do Estado de Goiás desenvolveu uma série de ações conjuntas em 2014, inclusive viabilizou o projeto “estude em Goiás”, através do site <http://www.estudeemgoias.com.br/>. Portal virtual Estude em Goiás

Ainda, foram realizadas/mantidas parcerias com a Secretaria Municipal de Educação de Goiânia, Secretaria Estadual de Educação de Goiás, Secretaria Municipal de Educação de Anápolis, Agência Goiana Prisional (Presídio Feminino de Luziânia), Embrapa, FNDE, Programa Ciências sem Fronteiras – convênio com Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e Ministério da Educação, Super Estágios LTDA/ME, Agência Brasileira de Estudantes LTDA, Fórum de Reitores das Instituições Públicas Federais, MDS – Ministério do Desenvolvimento Social, *Consejo de Educación Técnico Profesional/Universidad del Trabajo del Uruguay*, NOVA – Northern Virginia



Community College, Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH
entre outros.



2. INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA

2.1 Estrutura de Governança

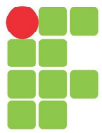
Considerando Governança como o *modus operandi* pelo qual o “poder” é exercido na administração dos recursos, e associando as estruturas de governança às instâncias consultivas e deliberativas à disposição do IFG (e não apenas de seus gestores), pode-se afirmar que a estrutura de governança do IFG é composta das seguintes instâncias:

- Conselho Superior;
- Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão;
- Colégio de Dirigentes;
- Auditoria e Interna;
- Comissão de Ética;
- Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD);
- Comissão Interna de Supervisão (CIS);
- Comissão Própria de Avaliação (CPA);
- Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI).

Buscando atender à orientação prevista na Portaria TCU 090/2014, segue a base normativa e as atribuições de cada instância que compõe a estrutura de governança do IFG.

Conselho Superior

- Base Normativa - Conforme seu Regimento: Art. 1º O Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, constituído nos termos do artigo 10 da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, será composto na forma prevista no § 3º do artigo 10 supracitado e obedecerá, ainda, o disposto nos artigos 8º e 9º do Estatuto da Instituição, configurando-se como órgão consultivo e deliberativo, cuja finalidade é zelar pelo desenvolvimento e aperfeiçoamento da Política Educacional, Científica e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.
- Atribuições - Art. 6º Compete ao Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás: I. aprovar as diretrizes para a atuação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás e zelar pela execução de sua política educacional, científica e tecnológica; II. aprovar as normas e coordenar o processo de consulta à comunidade acadêmica para escolha do Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás e dos Diretores-Gerais dos campi, em consonância com o estabelecido nos artigos 12 e 13 da Lei nº. 11.892/2008; III. aprovar o Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás; IV. aprovar a proposta orçamentária anual do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás; V. aprovar o projeto político-pedagógico, a organização didática, regulamentos internos e normas disciplinares; VI. aprovar normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente; VII. autorizar o Reitor a conferir títulos de mérito acadêmico; VIII. apreciar as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e regularidade dos registros; IX. deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral a serem cobrados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás; X. assegurar que não seja cobrada dos alunos, em hipótese alguma, qualquer tipo de contribuição financeira por oferta de quaisquer modalidades de cursos oferecidos pela Instituição; XI. autorizar a criação, alteração curricular e extinção de cursos no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, bem como o



registro de diplomas; XII. aprovar o Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, que tratará, dentre outros assuntos, da estrutura administrativa da Instituição, observados os parâmetros definidos pelo Governo Federal e legislação específica; XIII. deliberar sobre questões submetidas a sua apreciação pela Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão

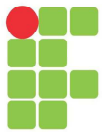
- Base Normativa - Conforme Estatuto do IFG: Art. 12. O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão é o órgão consultivo e de proposição de ações e políticas institucionais referentes às atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.
- Atribuições - Art. 13. Compete ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão: I. propor, apreciar e acompanhar o desenvolvimento das políticas de ensino, pesquisa e extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás; II. analisar e emitir parecer sobre a organização, avaliação e oferta de cursos e demais atividades de ensino, pesquisa, extensão e cultura, observadas as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação e encaminhadas pela Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás; III. apreciar e emitir parecer sobre os currículos dos cursos regulares do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, bem como suas alterações, para encaminhamento e aprovação pelo Conselho Superior; IV. apreciar outros assuntos de interesse da Instituição, encaminhados pela Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Colégio de Dirigentes

- Base Normativa - Conforme Estatuto do IFG: Art. 10. O Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo, é o órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria.
- Atribuições - Art. 11. Compete ao Colégio de Dirigentes: I. apreciar e recomendar a distribuição interna de recursos orçamentários, financeiros e patrimoniais; II. apreciar e recomendar as normas para celebração de acordos, convênios e contratos, bem como para elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes; III. apreciar a criação e alteração de funções e órgãos administrativos da estrutura organizacional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás; IV. apreciar o calendário acadêmico de referência; V. apreciar e recomendar normas de aperfeiçoamento da gestão; VI. apreciar os assuntos de interesse do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás a ele submetido.

Auditoria e Interna

- Base Normativa - Conforme Estatuto do IFG: Art. 39. A Auditoria Interna é o órgão de assessoramento à Reitoria responsável pelo controle e fortalecimento da gestão, bem como pela racionalização das ações no âmbito de todo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, e pelo apoio, dentro de suas especificidades, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente.
- Atribuições - Art. 41. À Auditoria Interna compete: I. verificar o cumprimento das diretrizes, normas e orientações emanadas pelos órgãos internos competentes, bem como dos planos, programas e projetos no âmbito da Instituição; II. avaliar a legalidade, eficiência, eficácia, qualidade, efetividade e economicidade da gestão; III. prestar assessoramento técnico ao Reitor e orientar os campi da Instituição, fornecendo-lhes informações necessárias para a tomada de decisões; IV. tratar de outros assuntos de interesse da Auditoria Interna; V.



elaborar e executar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna e Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna, conforme legislação própria vigente; VI. desempenhar outras atividades afins delegadas pela Reitoria.

Comissão de Ética

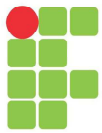
- Atribuições - A Comissão de Ética do IFG atua de forma permanente, autônoma e regida por regimento próprio. Constituída por ato do Reitor e representada por seis servidores, sendo três membros titulares e três suplentes, além da secretaria executiva - que é diretamente ligada ao Gabinete do Reitor, à Comissão de Ética compete divulgar o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal; orientar e aconselhar o servidor sobre a conduta ética; fornecer à Diretoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos os registros sobre a conduta ética dos servidores, para efeito de instrução e fundamentação dos procedimentos próprios da carreira do servidor público; apurar denúncias de comprometimento ético e aplicar a penalidade de censura, quando for o caso; elaborar e revisar, quando necessário, seu Regimento Interno e prestar, sempre que solicitado, informações à Comissão de Ética Pública da Presidência da República. Reúne-se ordinariamente uma vez por mês na sala da comissão de ética, podendo ser convocada a se reunir extraordinariamente sempre que necessário. Possui o endereço eletrônico: ética@ifg.edu.br

Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD)

- Base Normativa - A Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) foi inicialmente constituída através do Decreto nº. 94664/87 e regulamentada pela portaria nº 475/87 do Ministério da Educação. Atualmente a Lei 12772/12 (alterada pela Lei 12863/13), artigo 26, institui a CPPD e define as suas atribuições.
- Atribuições - Art. 26 –Parágrafo 1º. À CPPD cabe prestar assessoramento ao colegiado competente ou dirigente máximo na instituição de ensino, para formulação e acompanhamento da execução da política de pessoal docente, no que diz respeito a: I. dimensionamento da alocação de vagas docentes nas unidades acadêmicas; II. contratação e admissão de professores efetivos e substitutos; III. alteração de regime de trabalho docente; IV. avaliação do desempenho para fins de progressão e promoção funcional; V. solicitação de afastamento docente para aperfeiçoamento, especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado; e VI. liberação de professores para programas de cooperação em outras instituições universitárias ou não. Parágrafo 2º. Demais atribuições e forma de funcionamento da CPPD serão objeto de regulamentação pelo colegiado superior ou dirigente máximo das instituições de ensino, conforme o caso.

Comissão Interna de Supervisão (CIS)

- Base Normativa - A Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (CIS) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), criada pela Lei nº. 2.519, de 15/07/2005 e Portaria MEC nº. 2.562, de 21/07/2005.
- Atribuições - Art. 4º. Compete à CIS do IFG: a) Acompanhar a implantação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação em todas as suas etapas, bem como o trabalho da comissão de enquadramento. b) Orientar a área de pessoal, bem como orientar os servidores do IFG quanto ao Plano de Carreira dos Técnico-Administrativos em Educação. c) Fiscalizar e avaliar a implementação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação no âmbito do IFG. d) Propor e encaminhar à apreciação da comunidade e da Comissão Nacional de Supervisão, sugestões de alterações necessárias



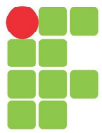
para o aprimoramento do Plano de Carreira dos Cargos Técnicos-Administrativos em Educação. e) Apresentar propostas e encaminhar a elaboração e a execução do Plano de Desenvolvimento de Pessoal do IFG e seus programas de capacitação, de avaliação e de dimensionamento de quadros, que apontam as necessidades de pessoal e modelo de alocação de vagas. f) Avaliar, anualmente, as propostas de lotação do IFG, em conformidade com o inciso I do § 1º. do art. 24 da Lei nº. 11.091, de 12 de janeiro de 2015. g) Acompanhar o processo de identificação dos ambientes organizacionais do IFG proposto pela área de pessoal, bem como os cargos que os integram. h) Examinar os casos omissos referentes ao Plano de Carreira e encaminhá-los à Comissão Nacional de Supervisão. i) Conduzir outras questões relativas ao PCCTAE, designadas pelo Conselho Superior da Instituição.

Comissão Própria de Avaliação (CPA)

- Base Normativa - A criação da CPA está prevista na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), regulamentado pela Portaria MEC nº 2.051, de 9 de julho de 2004.
- Atribuições - De acordo com o regulamento da Comissão Permanente de Avaliação, é objetivo geral: discutir, programar e implantar a política de autoavaliação institucional, de forma a se constituir em instrumento de apoio que propicie ao IFG avaliar e trabalhar os indicadores de potencialidades realçando-os e efetivando-os e identificando também, as dificuldades enfrentadas pela instituição e os caminhos possíveis para minimizá-las ou, preferencialmente, superá-las. No que tange os objetivos específicos: discutir, construir e implantar Projeto de Avaliação Institucional envolvendo todos os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada; deliberar sobre as questões dos instrumentos avaliativos e a metodologia de avaliação a ser empregada; acompanhar e supervisionar o desenvolvimento das atividades avaliativas desenvolvidas pelas Comissões Setoriais de Avaliação em cada campus que integra o IFG; sistematizar os processos de avaliação interna; prestar informações sobre a avaliação institucional ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP e a comunidade acadêmica; propor projetos, programas e ações que proporcionem a melhoria do processo avaliativo institucional; encaminhar aos órgãos de gestão do IFG as deliberações da CPA, os relatórios de avaliação e outras informações solicitadas; analisar e sistematizar os dados apresentados pelas Comissões Setoriais de Avaliação, dos diversos Campus que integram o IFG; divulgar os resultados da auto-avaliação mediante documentos informativos impressos e/ou eletrônicos, acessíveis às comunidades interna e externa; acompanhar e assessorar as comissões externas de avaliação; sugerir propostas de desenvolvimento institucional; participar de todas as atividades relativas a eventos que tratam da avaliação institucional, promovidos pelo IFG, INEP, CONAES sempre que solicitada; consolidar a sintonia do IFG com a política nacional de avaliação da educação superior, criando caminhos para que esse processo desenvolvido pelo IFG, torne-se referência às demais IES.

Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI);

- Base Normativa - De acordo com a portaria nº. 1309 de 25 de Julho de 2014: IV – Definir que o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, possuirá natureza consultiva e deliberativa, e será responsável pela determinação de ações prioritárias da Diretoria de Tecnologia da Informação da Reitoria do IFG, considerando as orientações contidas na Instrução Normativa nº. 04 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (IN 04/2008 SLTI/MPOG) e, em atendimento à Estratégia Geral de Tecnologia da Informação do SISP (EGTI) 2013-2015.



- Atribuições - De acordo com a portaria nº. 1309 de 25 de Julho de 2014, o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação é: determinar as prioridades dos programas de investimentos em Tecnologia de Informação de forma integrada com as estratégias e as prioridades da organização; deliberar sobre políticas, diretrizes e relativos a Tecnologia de Informação; elaborar a proposta do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI; aconselhar sobre o direcionamento estratégico; monitorar o estado atual dos projetos e resolver conflitos de recursos; monitorar níveis de serviços e suas melhorias.

2.2 Atuação da unidade de auditoria interna

A Auditoria Interna está estruturada em procedimentos com enfoque técnico, objetivo, sistemático e disciplinado e caracteriza-se por atividades consultivas, de avaliação e assessoramento da administração, busca a eficiência e eficácia dos sistemas de controles e a qualidade do desempenho das áreas e tem por finalidade essencial o exame da integridade e confiabilidade das informações e registros, a simplificação dos procedimentos e a correta aplicação da legislação.

Em seguida, há análise das atividades previstas e executadas no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT no exercício de 2014.

a) Estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas, quando houver:

A Auditoria Interna nos trabalhos realizados em 2014 teve amplo, livre e irrestrito acesso às atividades do IFG, registros, propriedades, pessoal e procedimentos instituídos em cada uma das áreas, portanto os trabalhos foram desenvolvidos sem limitações tanto na Reitoria, quanto nos Câmpus auditados.

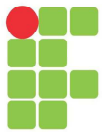
As constatações e recomendações emitidas pela Auditoria Interna ocorreram através da emissão de relatórios de ações específicas estabelecidas no PAINT/2014. A comunicação interna com os Câmpus, Pró-Reitorias, Diretorias, Gerências e com os Setores envolvidos nas auditorias foi realizada através de memorandos e e-mails. Os Relatórios foram enviados aos destinatários (responsáveis pelos pontos auditados), com cópias para os Pró-Reitores e para o Reitor, para acompanhamento e providências sobre as implementações das recomendações emitidas. No ano de 2014, foram realizadas auditorias na Reitoria e em 07 (sete) Câmpus do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG).

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), no exercício de 2014, apresentou em sua composição 14 (quatorze) Câmpus instituídos e em pleno funcionamento, todavia já há mais um Câmpus na cidade de Novo Gama autorizado para implantação.

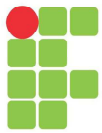
Os trabalhos da Auditoria Interna do IFG foram desenvolvidos levando-se em consideração o tamanho da Instituição, sua abrangência e complexidade, os objetivos, a natureza, oportunidade e extensão dos procedimentos de auditoria, os riscos de auditoria, os controles internos existentes e a identificação das áreas importantes da Instituição.

b) Informações quantitativas e qualitativas (área de negócio, unidade regional, objeto etc.) das auditorias e/ou fiscalizações realizadas no exercício de referência do relatório e gestão:

A Auditoria interna em seus trabalhos emitiu 16 (dezesseis) relatórios, listados a seguir:

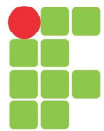


1. Relatório nº 001 – Auditoria do processo licitatório nº 23377.001148/2012-31 – Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 29/2012 – Valor R\$ 4.687.220,62 (quatro milhões, seiscentos e oitenta e sete mil, duzentos e vinte reais e sessenta e dois centavos).
Escopo: A análise do presente processo abrange os atos do processo licitatório nas suas fases preparatória e externa, com a verificação e análise da documentação prevista no Artº 30, do Decreto Nº 5.450, de 31/05/2005, além dos aspectos formais. Foram emitidas recomendações que foram acatadas pelo Câmpus.
2. Relatório nº 002 – Despesas de Exercícios Anteriores – Foram analisados por amostragem 18 (dezoito) processos com valor total de R\$ 38.835,50 (trinta e oito mil, oitocentos e trinta e cinco reais e cinquenta centavos).
Escopo: Foram analisados os aspectos formais e análise da documentação prevista na Portaria Conjunta Nº 2, de 30 de Novembro de 2012.
Os processos verificados não apresentaram nenhuma inconsistência, portanto não foi emitida nenhuma recomendação.
3. Relatório nº 003 – Auditoria no Câmpus Goiânia. Escopo: Foram verificados: o Patrimônio, que incluiu a análise do imobilizado e a conservação dos imóveis; a utilização dos Cartões de Pagamento do Governo Federal (CPGF), sobre os quais foram analisados o orçamento, a formalização do processo, as despesas efetuadas e a prestação de contas; o pagamento de Auxílio Financeiro a Estudantes, que incluiu os processos de Alimentação, Permanência e Transporte, Pronatec, Proeja, Visitas Técnicas; a existência de Plano de Atividades Administrativas; Recursos Humanos onde foi verificada a frequência dos servidores; Avaliação dos Controles Internos dos Projetos Pedagógicos; Análise das Diárias e Passagens no Sistema (SCDP); Licitações e Contratos; Utilização da Logomarca do IFG. (sigla; só aqui são utilizadas letras maiúsculas.)
Foram emitidas 82 (oitenta e duas) recomendações ao Câmpus, a maioria já foi atendida e algumas ainda estão sendo monitoradas pela AUDIN.
4. Relatório nº 004 – Auditoria no Câmpus Inhumas. Escopo: Foram verificados: o Patrimônio, que incluiu a conferência da conservação dos imóveis, utilização das catracas eletrônicas e emissão dos termos e responsabilidade; a elaboração do Plano de Atividades Administrativas; Recursos Humanos do qual foi verificada a frequência dos servidores; Controles Internos dos Projetos de Pesquisa; Controles Internos dos Projetos Pedagógicos; Avaliação das Diárias e Passagens no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP); Utilização da Logomarca do IFG; Auxílio Financeiro a Estudantes, sobre o qual foram examinados os processos de Alimentação, Permanência e Transporte, Pronatec, Visitas Técnicas, Proeja, Mulheres Mil; Execução de Contratos.
Foram emitidas 23 (vinte três) recomendações ao Câmpus, que implementou a maioria delas; algumas ainda estão sendo monitoradas pela AUDIN.
5. Relatório nº 005 – Execução de Contratos - Processo de Pagamento nº 23373.000670/2013-16. Escopo: A análise dos aspectos formais tem como referência a pertinência dos pagamentos efetuados. Foi emitida uma recomendação que foi acatada pela Unidade.
6. Relatório nº 006 – Processos de Pagamento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Foram analisados 09 (nove) processos, nos quais foram verificados os aspectos financeiros e a instrução dos processos, além da Portaria Nº 168/MEC, de 07/03/2013, da Resolução CD/FNDE Nº 4, de 16/03/2012, e Resolução



CD/FNDE Nº 62, de 11/11/2011. Foram analisadas ainda as informações contidas nos seguintes Memorandos da Pró-Reitoria de Extensão do IFG: 102/2014, de 15/04/2014; 107/2014, de 08/05/2014, e 105, de 06/05/2014. As recomendações emitidas foram acatadas pela Pró-Reitoria de Extensão (PROEX).

7. Relatório nº 007 – Auditoria no Câmpus Itumbiara. Escopo: Avaliação das Diárias e Passagens no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP); Controles Internos dos Projetos de Pesquisa; Controles Internos dos Projetos Pedagógicos; Processos Licitatórios; Auxílio Financeiro a Estudantes, sobre o qual foram examinados os processos de Visitas Técnicas, Estágio, Mulheres Mil, Pronatec, Proeja, Alimentação, Permanência e Transporte. As recomendações foram acatadas pelo Câmpus Itumbiara.
8. Relatório nº 008 – Auditoria no Câmpus Cidade de Goiás. Escopo: Avaliação das Diárias e Passagens no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP); Planejamento de Atividades Administrativas, Recursos Humanos onde se avaliou a frequência dos servidores; Licitações e Contratos; Auxílio Financeiro a Estudantes, sobre o qual foram examinados os processos de Alimentação, Permanência e Transporte. As recomendações foram acatadas pelo Câmpus Cidade de Goiás.
9. Relatório nº 009 – Auditoria no Câmpus Formosa. Escopo: Avaliação das Diárias e Passagens no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP); Planejamento de Atividades Administrativas; Recursos Humanos do qual se avaliou a Frequência dos Servidores, Controle de Atestados Médicos, Controles Internos da Jornada de Trabalho dos Servidores docentes; Patrimônio, sobre o qual se verificou o funcionamento das Catracas Eletrônicas, a Conservação dos Imóveis e a emissão dos Termos e Responsabilidade; Auxílio Financeiro a Estudantes, sobre o qual foram examinados os processos de Proeja, Visitas Técnicas, Alimentação, Permanência e Transporte; Controles Internos dos Projetos Pedagógicos; Utilização da Logomarca do IFG; Licitações e Contratos. As recomendações emitidas foram acatadas pelo Câmpus Formosa.
10. Relatório nº 010 – Auditoria no Câmpus Luziânia. Escopo: Planejamento de Atividades Administrativas; Patrimônio, onde se verificou o funcionamento das Catracas Eletrônicas; Recursos Humanos do qual se avaliou a Frequência dos Servidores, Controles Internos da Jornada de Trabalho dos Servidores Docentes; Avaliação das Diárias e Passagens no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP); Auxílio Financeiro a Estudantes, sobre o qual foram examinados os processos de Visitas Técnicas, Mulheres Mil, Proeja, Pronatec e Alimentação, Permanência e Transporte; Controles Internos dos Projetos Pedagógicos; Utilização da Logomarca do IFG; Licitações e Contratos. As recomendações emitidas foram acatadas pelo Câmpus Luziânia.
11. Relatório nº 011 – Auditoria na Educação a Distância (EAD). Escopo: Avaliação dos Controles Internos na EAD; Análise dos Processos Seletivos; Verificação das Diárias e Passagens no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP) inerentes à Educação a Distância. As recomendações emitidas foram acatadas pela Pró-Reitoria de Ensino (PROEN).
12. Relatório nº 012 – Auditoria nos processos de pagamento de Auxílio Funeral e Ajuda de Custo. Escopo: Foram verificados 12 processos de Auxílio Funeral, compreendendo o



período de Janeiro de 2013 a Agosto de 2014. Foram analisados 29 processos de ajuda de custo e de transporte aos servidores do IFG.

13. Relatório nº 013 – Auditoria nos Processos Seletivos (Concursos Públicos).

Escopo: Exame dos pagamentos de gratificação por encargo de curso ou concurso dos processos seletivos: Docentes (Edital 001/2014) e Técnico-Administrativos (Edital 064/2014); Formação das Bancas Examinadoras; Utilização da Logomarca do IFG; Constituição das Comissões de Concurso; Admissão de Pessoal Aprovado em Concurso.

14. Relatório nº 014 – Auditoria no Câmpus Aparecida de Goiânia. Escopo: Auxílio Financeiro a Estudantes, sobre o qual foram examinados os processos de Estágios, Monitorias, Proeja, Alimentação, Permanência e Transporte; Avaliação das Diárias e Passagens no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP); Análise dos Processos de Capacitação de Servidores do IFG (PROCAP); Recursos Humanos onde foi verificada a frequência dos servidores e os Controles Internos da Jornada de Trabalho dos Docentes; Processos Licitatórios; Controles Internos dos Projetos Pedagógicos; Utilização da Logomarca e Plano de Atividades Administrativas.

15. Relatório nº 015 – Auditoria nos Processos de Capacitação de Servidores do IFG (PROCAP) da Reitoria. Escopo: Análise dos processos referente ao período de Junho de 2012 a Março de 2014, e tem como referência o Memorando nº 090/PROAD/IFG/2013, de 20/06/2013 e o documento Procedimento Administrativo de Incentivo à Participação em Eventos e Cursos para Capacitação dos Servidores do IFG 2013 (sem nº e sem data) da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional.

16. Relatório nº 016 – Auditoria em Processos da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODI). Escopo: Verificação dos processos de Exercícios Anteriores de Pessoal, do Programa Institucional de Bolsas de Graduação e Especialização (PIGE) e dos pagamentos das rubricas de Adicional de Insalubridade e Periculosidade.

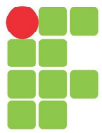
c) Demonstração da execução do plano anual de auditoria, contemplando avaliação comparativa entre as atividades planejadas e realizadas, destacando os trabalhos mais relevantes, as principais constatações e as providências adotadas pela gestão da unidade jurisdicionada:

A Auditoria Interna no exercício de 2014 cumpriu todas as atividades previstas no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT. Dessa forma, apresentamos todas as ações que foram desenvolvidas pela AUDIN no período.

I - Ações previstas e realizadas no exercício de 2014:

Ações previstas para o Exercício de 2014:

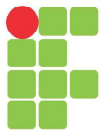
1. Acompanhar o atendimento a atuações do Tribunal de Contas da União;
2. Acompanhar o atendimento a atuações da CGU, concatenar com os setores / unidades internas;
3. Análise do processo de prestação de contas referente ao exercício de 2013;
4. Atendimento às auditorias e acompanhamento delas, acompanhamento da implementação do Plano de Providências sobre as recomendações expedidas pela CGU e das determinações e diligências do TCU;
5. Elaboração do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT/2015;



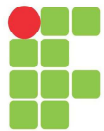
6. Produção do Relatório Anual das Atividades da Auditoria Interna – RAIN/2014;
7. Verificar as indenizações concedidas pelo IFG aos seus servidores;
8. Analisar a aplicação e prestação de contas do Cartão Corporativo do Governo Federal;
9. Verificar os pagamentos de despesas de exercícios anteriores;
10. Avaliação da regularidade dos procedimentos licitatórios;
11. Acompanhamento da movimentação de pessoal (admissões, vacâncias, aposentadorias e pensões);
12. Examinar os processos de Assistência aos Estudantes do Ensino de Graduação e Técnico;
13. Analisar a execução dos programas de monitorias e bolsas de estágios;
14. Análise dos controles de bens móveis e imóveis;
15. Acompanhamento da folha de pagamento de pessoal, Insalubridade/Periculosidade;
16. Realização de processos seletivos de concursos públicos;
17. Análise dos processos de capacitação e desenvolvimento de pessoas;
18. Análise do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC);
19. Análise do Programa e-Tec;
20. Análise dos controles internos dos Projetos Pedagógicos;
21. Análise dos controles internos dos Projetos de Pesquisa.

Ações Executadas no exercício de 2014:

1. Ocorreu o atendimento às Diligências e Acórdãos do TCU evitando a não execução pelos setores responsáveis. Segue a relação dos Acórdãos emitidos pelo TCU no exercício de 2014:
 - I. Acórdão nº 533/2014 – TCU – 1ª Câmara (Atos de Admissão);
 - II. Acórdão nº 554/2014 – TCU – 1ª Câmara (Pensão Civil);
 - III. Acórdão nº 912/2014 – TCU – 1ª Câmara (Atos de Admissão);
 - IV. Acórdão nº 925/2014 – TCU – 2ª Câmara (Prestação de Contas – Exercício: 2012);
 - V. Acórdão nº 3095/2014 – TCU – 1ª Câmara (Atos de Admissão).No exercício de 2014 o Tribunal de Contas da União não emitiu em seus Acórdãos recomendações ou determinações ao IFG.
2. No exercício de 2014, não ocorreu a Auditoria Anual de Contas efetuada pelo Controle Interno. Entretanto, existiram trabalhos para o acompanhamento da Gestão. A CGU efetuou auditoria em atos de pessoal e verificou o cumprimento do PAINT/2014 pela Auditoria Interna e emitiu Nota Técnica sobre o Plano de Providências Permanente. A AUDIN acompanhou os trabalhos realizados e supervisionou todas as atividades internas necessárias ao cumprimento das solicitações feitas pela Controladoria Regional da União em Goiás (CGU-GO).
3. Análise de Prestação de Contas referente ao exercício de 2013: Foi efetuado o acompanhamento da elaboração do Relatório de Gestão e respectiva prestação de contas ao Tribunal de Contas da União – TCU.
4. A Auditoria Interna elaborou o Plano Anual de Atividades para o exercício 2015. O PAINT 2015 foi produzido consoante às instruções contidas na IN CGU nº 01/07, IN CGU nº 07/06 e IN CGU nº 09/07.
5. O Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna foi elaborado atendendo ao disposto na Instrução Normativa nº 01, de 03 de janeiro de 2007, da Controladoria Geral da União.
6. Pagamentos de indenizações.

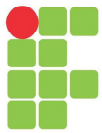


- a. Análise dos lançamentos no sistema de concessão de diárias e passagens:
A AUDIN efetuou análises por amostragem no Sistema SCDP, cujo valor total foi de R\$ 439.957,70 (quatrocentos e trinta e nove mil, novecentos e cinquenta e sete reais e setenta centavos). Foram emitidos relatórios aos seguintes Câmpus:
- Câmpus Goiânia, total verificado R\$ 209.386,69 (duzentos e nove mil, trezentos oitenta e seis reais e sessenta e nove centavos);
 - Câmpus Inhumas, total verificado R\$ 29.060,90 (vinte e nove mil, sessenta reais e noventa centavos);
 - Câmpus Itumbiara, total verificado R\$ 27.920,20 (vinte e sete mil, novecentos e vinte reais e vinte centavos);
 - Câmpus Cidade de Goiás, total verificado R\$ 45.730,17 (quarenta e cinco mil, setecentos e trinta reais e dezessete centavos);
 - Câmpus Formosa, total verificado R\$ 43.633,12 (quarenta e três mil, seiscentos e trinta e três reais e doze centavos);
 - Câmpus Luziânia, total verificado R\$ 21.625,42 (vinte e um mil, seiscentos e vinte e cinco reais e quarenta e dois centavos);
 - Câmpus Aparecida de Goiânia, total verificado R\$ 24.467,90 (vinte e quatro mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e noventa centavos);
 - Reitoria (EAD), total verificado R\$ 38.133,30 (trinta e oito mil, cento e trinta e três reais e trinta centavos).
- b. Ajuda de Custo
A AUDIN analisou por amostragem 29 processos no valor total de R\$ 293.337,80 (duzentos e noventa e três mil, trezentos e trinta e sete reais e oitenta centavos).
- Examinamos por amostragem os cenários de Insalubridade e Periculosidade mediante os pagamentos, conforme laudos periciais. Foram verificados os pagamentos realizados de janeiro a agosto de 2014. No adicional de periculosidade, examinou-se um total de 54 (cinquenta e quatro) concessões a servidores. No adicional de insalubridade, o total verificado foi de 91 (noventa e uma) concessões.
 - Análise do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Foram analisados 09 (nove) processos de pagamento no valor total de R\$ 4.802.756,00 (quatro milhões, oitocentos e dois mil, setecentos e cinquenta e seis reais).
 - Verificamos por amostragem os controles internos dos Projetos de Pesquisa nos Câmpus Inhumas e Itumbiara.
 - Verificamos por amostragem os controles internos dos Projetos Pedagógicos em 09 (nove) Câmpus do IFG.
 - Analisamos 34 (trinta e quatro) processos do Programa Institucional de Bolsas de Graduação e Especialização (PIGE) no valor total de R\$ 93.382,90 (noventa e três mil, trezentos e oitenta e dois reais e noventa centavos).
 - Analisamos 28 (vinte e oito) processos da Reitoria do Programa Institucional de Incentivo à Participação em Eventos ou Cursos (PROCAP) no valor total de R\$ 40.920,04 (quarenta mil, novecentos e vinte reais e quatro centavos) e 34 (trinta e quatro) processos do Câmpus



Aparecida de Goiânia no valor total de R\$ 41.471,54 (quarenta e um mil, quatrocentos e setenta e um reais e cinquenta e quatro centavos).

13. Verificamos a legalidade e formalidade dos processos licitatórios procurando possíveis impropriedades, assim como, a execução dos contratos. Foram examinados 13 (treze) processos licitatórios no valor total de R\$ 7.587.712,33 (sete milhões, quinhentos e oitenta e sete mil, setecentos e doze reais e trinta e três centavos), sendo: 03 (três) pregões, 03 (três) dispensas, 05 (cinco) inexigibilidades, 01 (uma) adesão a ARP e 01 (uma) concorrência. O total da execução de contratos foi de R\$ 682.336,78 (seiscentos e oitenta dois mil, trezentos e trinta seis reais e setenta e oito centavos), produzindo um montante de R\$ 8.270.049,11 (oito milhões, duzentos e setenta mil, quarenta e nove reais e onze centavos). A AUDIN utilizou como metodologia de avaliação as variáveis de relevância, materialidade e criticidade, com ênfase nas dispensas e inexigibilidades.
14. Em referência à Assistência ao Estudante de Ensino de Graduação e Técnico (Bolsas de auxílio ao estudante – apoio técnico, auxílio estágio), verificamos a existência de normas para seleção de bolsistas por tipo de bolsas e o cumprimento das etapas de cadastro e registro de frequência. Igualmente, foram averiguados os processos de pagamento e outras formalidades. O Conselho Superior aprovou no exercício de 2014 os seguintes Regulamentos: Regulamento do estágio curricular dos cursos de educação profissional técnica de nível médio e do ensino superior, Regulamento de visitas técnicas, Regulamento relativo ao programa de monitoria do ensino do IFG e Regulamento do corpo discente.
15. Na avaliação da Gestão do Uso do Cartão Corporativo, realizamos a avaliação das concessões de suprimentos de fundos por meio da utilização dos cartões de pagamentos atualmente em uso nos Câmpus. Sua utilização está em consonância com os Decretos nº 5.355/2005 e 6.370/2008. O valor total examinado foi de R\$ 36.600,00 (trinta e seis mil e seiscentos reais).
16. Despesas de Exercícios Anteriores: Examinamos um total de 26 (vinte seis) processos, sendo que, 13 (treze) são inerentes a adicional de insalubridade e periculosidade, 04 (quatro) sobre retribuição por titulação, 01 (um) sobre capacitação profissional, 05 (cinco) de incentivo à qualificação, 01 (um) sobre abono de permanência e 02 (dois) que trataram de diferenças salariais. O montante dos processos verificados foi de R\$ 49.561,10 (quarenta e nove mil, quinhentos e sessenta um reais e dez centavos).
17. Provedimento de cargos públicos: Foram analisados atos de admissão tendo como referência a documentação exigida para a investidura em cargo público, conforme disposto na Lei nº 8112/1990 e nas disposições contidas nos editais de concurso público para provedimento de cargos publicados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. Foram analisadas as pastas individuais de 91 (noventa e um) servidores que ingressaram na Instituição no exercício de 2014.
18. Bens móveis e imóveis: O imobilizado foi examinado por amostragem e realizado mediante trabalho de campo, sendo que ocorreu em 07 (sete) Câmpus da Instituição. Foram verificados o funcionamento do Setor de Patrimônio e Almojarifado, o controle dos bens e os termos de responsabilidade, maquinários comprados e que não estão em funcionamento, locação de espaço público, conservação e manutenção dos bens imóveis.



19. Processos Seletivos: Foram analisados 02 (dois) processos no valor total de R\$ 987.682,17 (novecentos e oitenta e sete mil, seiscentos e oitenta e dois reais e dezessete centavos) relacionados a seguir: Processo nº 23372.000072/2014-38 referente ao edital nº 001/2014, concurso para docentes, no valor de R\$ 635.575,20 (seiscentos e trinta e cinco mil, quinhentos e setenta e cinco reais e vinte centavos); e Processo nº 23372.000415/2014-64 referente ao edital nº 064/2014, concurso para servidores técnico-administrativo; no valor de R\$ 352.106,97 (trezentos e cinquenta e dois mil, cento e seis reais e noventa e sete centavos).
20. Analisamos por amostragem 12 (doze) processos de Auxílio Funeral no valor de R\$ 55.544,93 (cinquenta e cinco mil, quinhentos e quarenta quatro reais e noventa e três centavos).
21. Educação a Distância (EAD). Avaliamos os Controles Internos na EAD, analisamos os Processos Seletivos e Verificamos as Diárias e Passagens no Sistema SCDP inerentes à EAD no valor total de R\$ 38.133,30 (trinta e oito mil, cento e trinta e três reais e trinta centavos).
22. A utilização da Logomarca e a elaboração do Plano de Atividades Administrativas foram verificadas nos 07 (sete) Câmpus Auditados.

d) Eventuais redesenhos feitos recentemente na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da unidade jurisdicionada, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes:

As ações da Auditoria Interna são delineadas para se (intentando) conquistar uma segurança satisfatória sobre as questões auditadas, com isso tem procurado (e) entender melhor os eventos, as transações e práticas operacionalizadas na Instituição, além disso, tem buscado uma interação maior com as Pró-Reitorias, para que haja um alcance de resultados mais relevantes e o aperfeiçoamento de seus trabalhos.

A AUDIN enviou proposta de alteração no Regimento Interno do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, no que se refere à sua própria estrutura de atuação, visando ao atendimento dos apontamentos efetuados pela Controladoria-Regional da União em Goiás (CGU-GO) em seu Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 23372000243201348 e na Auditoria de Acompanhamento – Exercício 2013, produzindo uma maior autonomia nas atividades e pontuando como instrumento de valorização da Unidade de Auditoria Interna.

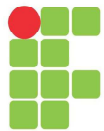
Diante do exposto, prosseguimos os estudos quanto aos normativos internos de auditoria e o desenvolvimento de novas metodologias de trabalho, a serem aplicadas em 2015.

e) Opinião do auditor interno sobre a qualidade dos controles internos relacionados à apuração dos resultados dos indicadores utilizados para monitorar e avaliar a governança e o desempenho operacional unidade jurisdicionada:

A Auditoria Interna examinou ações específicas inerentes aos controles internos, com relação aos indicadores de desempenho exigidos pela decisão do TCU, não foi possível a sua avaliação tendo em vista a não disponibilização dos dados em tempo hábil.

Com relação à regularidade dos procedimentos licitatórios, verificamos que estão devidamente formalizados e apresentaram a regularidade exigida pela legislação vigente.

Segue a relação dos processos examinados pela AUDIN:



1.1. Processo nº 23377.001148/2012-31 – Processo de Pagamento nº Valor R\$ 4.687.220,62 (quatro milhões, seiscentos e oitenta e sete mil, duzentos e vinte reais e sessenta e dois centavos). Objeto: O processo refere-se ao registro de preços para a aquisição de equipamentos de infraestrutura, médico-odontológico, hidráulico, educação física, eletroeletrônico e laboratório de química, para a Reitoria e os Câmpus de Goiás, Inhumas, Itumbiara e Uruaçu.

1.2. Processo nº 23373.001289/2013-74 – Concorrência nº 01/2013 – Valor: R\$ 8.492,52 (oito mil, quatrocentos e noventa e dois reais e cinquenta e dois centavos). Objeto: O presente processo refere-se à cessão de bem público, a título oneroso, com finalidade de instalação de posto de atendimento bancário/PAB para a comunidade Interna do IFG/Campus Goiânia.

1.3. Processo nº 23373.002291/2013-61 – Inexigibilidade nº 03/2013. Valor R\$ 7.990,00 (sete mil novecentos e noventa reais). Objeto: O presente processo refere-se à contratação de sistema via web de pesquisas de preços praticados pela Administração Pública Federal, a ser utilizado na Reitoria e em todos os campus do IFGoiás.

Responsável pela fundamentação legal: Estrelita Bandeira Martins.

1.4. Processo nº 23373.002796/2013-25 – Dispensa nº 02/2013. Valor R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). Objeto: O presente processo refere-se à contratação, por parte do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás de empresa especializada no fornecimento de energia elétrica para o Campus Goiânia do IFG.

Responsável pela fundamentação legal: Estrelita Bandeira Martins.

1.5. Processo nº 23373.004289/2013-26 – Inexigibilidade nº 06/2013 – Valor R\$ 198.000,00 (cento e noventa e oito mil reais). Objeto: O presente processo refere-se à contratação, por parte do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás de empresa especializada no fornecimento de água tratada e a coleta/afastamento e tratamento de esgoto sanitário para o Campus Goiânia do IFG.

Responsável pela fundamentação legal: Estrelita Bandeira Martins.

1.6. Processo de Pagamento nº 23375.000830/2013-15 – Execução de Contratos – Valor R\$ 624,96 (seiscentos e vinte quatro reais e noventa e seis centavos).

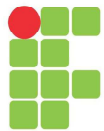
Objeto: O processo refere-se ao pagamento das Notas Fiscais nºs 128, 130, 131, 132, 154 e 156 da empresa ELO Eventos e Assessoria Ltda, provenientes da prestação de serviços a que se refere o Contrato Nº 33/2013.

1.7. Processo de Pagamento nº 23375.000476/2013-11 – Execução de Contratos – Valor R\$ 7.118,00 (sete mil cento e dezoito reais).

Objeto: O processo refere-se ao pagamento das Notas Fiscais nºs 383, 372, 420, 484 e 561, da empresa TRIP – Locações e Eventos Ltda – EPP, provenientes da prestação de serviços a que se refere o Contrato Nº 28/2013.

1.8. Processo de Pagamento nº 23375.000468/2013-74 – Execução de Contratos – Valor R\$ 10.240,00 (dez mil duzentos e quarenta reais).

Objeto: O processo refere-se ao pagamento das Notas Fiscais nºs 439, 556 e 570, da empresa Agência de eventos Negócios e Serviços Ltda - ME, provenientes da prestação de serviços a que se refere o Contrato Nº 31/2013.



1.9. Processo de Pagamento nº 23375.000573/2013-11 – Execução de Contratos – Valor R\$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais).

Objeto: O processo refere-se ao pagamento das Notas Fiscais nºs 058, 079, da empresa Vander e Titra Promoções e Produções Ltda - EPP, provenientes da prestação de serviços a que se refere o Contrato Nº 29/2013.

2.0. Processos de Pagamento nº 23375.000684/2013-10 e 23375.000074/2013-05 – Execução de Contratos – Valor R\$ 61.029,00 (sessenta e um mil e vinte nove reais).

Objeto: Os processos referem-se à aquisição de móveis, através da Ata de Registro de Preços Nº 108/2013, e ao pagamento das notas fiscais nºs 19623 e 19369 da empresa USE – Móveis para Escritório Ltda.

2.1. Processo de Pagamento nº 23375.000594/2013-29 – Execução de Contratos – Valor R\$ 1.505,00 (um mil quinhentos e cinco reais).

Objeto: O processo refere-se ao pagamento da Nota Fiscal nº 0078, da empresa Air Five Turismo e Eventos Ltda - ME, proveniente da prestação de serviços a que se refere o Contrato Nº 34/2013.

2.2. Processo de Pagamento nº 23375.000807/2013-12 – Execução de Contratos – Valor R\$ 4.963,44 (quatro mil, novecentos e sessenta e três reais e quarenta e quatro centavos).

Objeto: O processo refere-se ao pagamento das Notas Fiscais nºs 21384, 22445, 23973 e 25392, da empresa Brasilcard Administradora de Cartões Ltda, provenientes da prestação de serviços a que se refere o Contrato Nº 45/2013.

2.3. Processo de Pagamento nº 23375.000194/2013-13 – Execução de Contratos – Valor R\$ 207.136,40 (duzentos e sete mil, cento e trinta seis reais e quarenta centavos). Objeto: O processo refere-se ao pagamento das Notas Fiscais nºs 164, 190, 233, 250, 264, 265, 272, da empresa Engefap Engenharia Ltda, provenientes da prestação de serviços a que se refere o Contrato Nº 008/2012.

2.4. Processo de Pagamento nº 23373.000670/2013-16 – Execução de Contratos - Dispensa de Licitação. Valor previsto R\$ 378.165,58 (trezentos e setenta e oito mil, cento e sessenta e cinco reais e cinquenta e oito centavos).

Objeto: O presente processo refere-se ao pagamento à Celg Distribuição S/A pelo fornecimento de energia elétrica para o Campus Goiânia, durante o exercício de 2013.

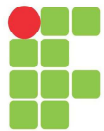
2.5. Processo nº 23376.301138/2013-93 – Dispensa nº 01/2013. Valor R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais). Objeto: Processo referente à contratação por parte do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás de empresa especializada no fornecimento de energia elétrica para o Campus Itumbiara.

Responsável pela fundamentação legal: Oniel Arantes de Araújo.

2.6. Processo nº 23470.000215/2013-12 – Inexigibilidade – Valor R\$ 1.155,00 (um mil cento e cinquenta e cinco reais).

Objeto: O presente processo refere-se à contratação de 11 (onze) assinaturas anuais da Revista **Ciência Hoje** para atender as demandas de 10 (dez) Câmpus do Instituto Federal de Goiás, durante o exercício de 2013.

Responsável pela fundamentação legal: Simone Barros do Amaral.



2.7. Processo nº 23378.000422/2013-25 – Inexigibilidade – Valor R\$ 7.716,00 (sete mil setecentos e dezesseis reais).

Objeto: Processo referente à contratação por parte do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Câmpus Formosa, de contratação de assinaturas anuais de Revistas da Editora Globo S/A, para atender às demandas da Reitoria e de 10 (dez) Câmpus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Responsável pela fundamentação legal: Ricardo Noronha Tristão.

Processo de Pagamento nº 23378.000149/2014-10

2.8. Processo nº 23372.000276/2013-98 – Pregão Eletrônico nº 03/2013 (Pregão 11/2013 – IFG Reitoria) – Valor R\$ 1.119.057,68 (um milhão, cento e dezenove mil, cinquenta e sete reais e sessenta e oito centavos).

Objeto: O presente processo tem como objeto o registro de preços para a aquisição de material pedagógico para as áreas acadêmicas da Reitoria e dos Câmpus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

2.9. Processo nº 23379.001016/2013-70 – Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 01/2014 – Valor R\$ 574.835,31 (quinhentos e setenta e quatro mil, oitocentos e trinta e cinco reais e trinta e um centavos).

Objeto: O presente processo tem como objeto o registro de preços para a aquisição de materiais para os cursos de Mecânica e áreas acadêmicas dos Câmpus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás e Reitoria.

2.10. Processo nº 23379.001026/2013-13 – Inexigibilidade – Valor R\$ 17.805,20 (dezessete mil, oitocentos e cinco reais e vinte centavos).

Objeto: O processo refere-se à contratação de assinaturas do Jornal **Folha de São Paulo** para atender às demandas da Reitoria e de 11 (onze) Câmpus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Responsável pela fundamentação legal: José Carlos Barros da Silva.

2.11. Processo nº 23469.000728/2013-62 – Adesão a ARP nº 01/2013 (Hospital de guarnição e Marabá/PA) – Valor R\$ 20.440,00 (vinte mil quatrocentos e quarenta reais).

Objeto: Aquisição de Microscópios Binoculares para o campus de Aparecida de Goiânia, por meio de adesão à Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico Nº 01/2013, realizado pelo Hospital de Guarnição de Marabá – PA.

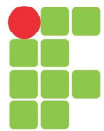
2.12. Processo nº 23469.000016/2013-43 – Dispensa – Valor R\$ 205.000,00 (duzentos e cinco mil reais).

Objeto: Trata-se da prorrogação do Contrato Nº 65/2012, celebrado com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, para o período de 10/07/2014 até 09/07/2015.

Responsável pela fundamentação legal: Hugo Antônio B. Silva.

No tocante à avaliação de convênios, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás não formalizou convênios no ano de 2014. O repasse foi feito por descentralização de créditos, disponibilizados por meio de Portarias ou Termos e Cooperação. A execução foi realizada conforme planos de trabalho, cuja prestação de contas foi realizada pelo setor contábil, atendendo ao disposto na legislação atual.

Em referência à regularidade dos processos de admissão de pessoal, foram analisados 91 (noventa e um) atos de admissão de servidores, verificou-se que eles estão em consonância com a



lei nº 8.112/90 e com o disposto nos editais de concurso público para provimento de cargos publicados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. A amostra examinada é concatenada aos seguintes editais: Edital nº 001 de 08/01/2014, edital nº 064 de 07/04/2014.

Quanto à avaliação da gestão do uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal “cartão corporativo”, a Auditoria Interna avaliou os processos de pagamento nas concessões de suprimentos de fundos, por meio da utilização dos cartões atualmente em uso nos câmpus. Sua utilização foi formalizada por meio de processos, o controle estabelecido demonstrou ser um instrumento eficaz, portanto, está em consonância com os Decretos nº 3.555/2005 e 6.370/2008. O Valor total examinado foi de R\$ 33.360,00.

No tocante à ajuda de custo, a AUDIN analisou por amostragem 29 processos no valor total de R\$ 293.337,80 (duzentos e noventa e três mil, trezentos e trinta e sete reais e oitenta centavos) e apresentou obediência a legislação federal atualmente em vigor.

No que concerne à análise do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Foram analisados 09 (nove) processos de pagamento no valor total de R\$ 4.802.756,00 (quatro milhões, oitocentos e dois mil, setecentos e cinquenta e seis reais) e mostrou-se consoante com a legislação federal em vigor.

Em referência as Despesas de Exercícios Anteriores, examinamos um total de 26 (vinte seis) processos, sendo que, 13 (treze) são inerentes a adicional de insalubridade e periculosidade, 04 (quatro) sobre retribuição por titulação, 01 (um) sobre capacitação profissional, 05 (cinco) de incentivo à qualificação, 01 (um) sobre abono de permanência e 02 (dois) que trataram de diferenças salariais. O montante dos processos verificados foi de R\$ 49.561,10 (quarenta e nove mil, quinhentos e sessenta um reais e dez centavos). Os processos examinados se apresentaram em conformidade com a legislação pertinente.

No que diz respeito à Educação a Distância (EAD), avaliamos os Controles Internos na EAD, analisamos os Processos Seletivos e Verificamos as Diárias e Passagens no Sistema SCDP inerentes à EAD no valor total de R\$ 38.133,30 (trinta e oito mil, cento e trinta e três reais e trinta centavos).

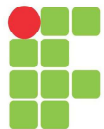
2.3 Sistema de Correição

O IFG, seguindo o que preconiza o Art. 143 da Lei 8.112/90, promove a apuração imediata das irregularidades observadas a partir da abertura de Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares – PAD.

De acordo com o Inciso XIV do Art. 46 do estatuto do IFG, caberá à Diretoria Geral do Câmpus propor à Reitoria a abertura de Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância, sempre que identificada a necessidade.

A Pró-Reitoria de Administração e a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, através de sua Diretoria de Recursos Humanos, também possuem sistemas próprios de correição, que permitem avaliar os atos praticados pelos Coordenadores subordinados.

Em dezembro de 2014, em atendimento a Portaria CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007, e a Portaria MIN nº 40 de 05 de março de 2009, o IFG recebeu sua senha de acesso ao sistema CGU PAD e ainda neste mês iniciou o cadastramento das Sindicâncias e Processos Administrativos.



2.4 Avaliação e funcionamento dos controles internos

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás reconhece a relevância de um adequado sistema dos controles internos e busca o seu aperfeiçoamento por meio da formalização de procedimentos e orientações padronizadas, com a intenção de lograr um ambiente de controle que coopera com os objetivos e metas institucionais. O IFG tem atuado potencializando a gestão administrativa, desenvolvendo e implantando políticas institucionais, criando comissões, tais como: Comissão Própria de Avaliação - CPA, Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD, Comissão de Ética, Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – CIS e Comissão Provisória de Políticas de Promoção da Igualdade Étnico-Racial - CPPIR. A maioria das assertivas sobre o sistema de controle interno classifica-se no *status* de avaliação Parcialmente Válida, indicando que a Instituição vem melhorando progressivamente seus processos, entretanto ainda há necessidade de aprimoramento desse sistema.

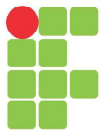
Tal resultado é fruto das ações que vêm sendo efetivadas pela Gestão no sentido de melhorar as formas de controle interno. Cabe destacar que o *status* de avaliação atual é resultante de avaliação que denota a percepção dos Pró-Reitores sobre os itens avaliados.

O Quadro A.2.4 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ foi inserido no ANEXO 1, de acordo com as orientações previstas na DN 134/2013.

2.5 Remuneração paga a administradores

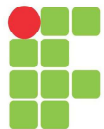
É importante esclarecer que o IFG não possui Conselho Diretor, pois o órgão máximo da instituição é o Conselho Superior, com caráter apenas consultivo e deliberativo, ou seja, não efetua gestão. O Conselho Superior é composto por servidores, corpo discente, egressos, representantes da sociedade civil (indicados por entidades patronais, dos trabalhadores, representantes do Setor Público e/ ou empresas estatais), se reúne a cada dois meses, não é remunerado e conseqüentemente, não tem características de Conselho de Administração, o que segundo o Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC – 4ª Edição – 2009, tem como atribuições: *“É o responsável por apoiar e supervisionar continuamente a gestão da organização com relação aos negócios, aos riscos e as pessoas. Não deve interferir em assuntos operacionais, mas deve ter a liberdade de solicitar todas as informações necessárias ao cumprimento de suas funções... O Conselho deve prestar contas aos sócios, incluindo um parecer sobre o relatório da Administração e as demonstrações financeiras, além de propor, para deliberação da assembleia, a remuneração anual dos administradores, sempre vinculada a um processo de avaliação dos órgãos e de seus integrantes.”*

Os gestores que ocupam Cargos de Direção recebem uma gratificação de atividade pelo desempenho de função de acordo com o cargo que ocupam. A Lei 11.526/2007, alterada pela Lei 12.778/2012, fixa os valores que devem ser pagos aos servidores que ocupam cargos de gestão nas Instituições Federais de Ensino.



CARGO	VALOR UNITÁRIO (EM REAIS)			
	ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2012	A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2013	A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2014	A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2015
CD-1	8.889,52	9.575,95	10.315,37	11.111,90
CD-2	7.431,09	8.004,90	8.623,02	9.288,86
CD-3	5.833,75	6.284,22	6.769,47	7.292,19
CD-4	4.236,41	4.563,53	4.915,92	5.295,51

Fonte: Lei 12.778/2012



3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

3.1 Canais de acesso do cidadão

O IFG oferece dois canais permanentes de acesso do cidadão à Unidade Jurisdicionada para fins de solicitações, reclamações, denúncias ou sugestões, o Serviço de informação ao Cidadão – SIC e as pesquisas da Comissão Permanente de Avaliação – CPA.

A Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (lei de acesso à informação), tem como princípio que as informações produzidas e armazenadas no serviço público são da sociedade e obriga, dentro da transparência ativa, que os órgãos públicos criem o SIC para atender e orientar o público quanto ao acesso a informações, informar sobre tramitação de documentos e protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações. A Lei também determina prazo limite de até 20 dias prorrogáveis por mais dez dias para os órgãos públicos responderem a pedidos de informação. No IFG, no ano de 2013, todos os prazos de resposta foram rigorosamente cumpridos.

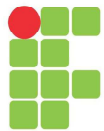
O Serviço de informação ao Cidadão – SIC foi instituído no IFG no ano de 2012 e continua em pleno funcionamento. Conta atualmente com 2 servidores. As informações podem ser solicitadas pessoalmente (na sala do SIC que funciona no prédio da Reitoria), por telefone (62-3612-2222), por e-mail (com envio de mensagem simples ou do formulário próprio do IFG para sic@ifg.edu.br) ou pelo Sistema de Informação e-SIC, no *link* <http://www.acessoainformacao.gov.br/sistema/>. Para facilitar o acesso do usuário, há um *banner* com a logo do Serviço de informação ao Cidadão –SIC na página inicial do IFG (www.ifg.edu.br). Basta que o usuário clique no *banner* para ser direcionado para a página do SIC. Registre-se que todas as solicitações foram respondidas tempestivamente empregando-se um prazo médio de resposta de 13,57 dias.

Outro canal de acesso do cidadão ao IFG são as pesquisas elaboradas pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), que é uma comissão permanente constituída para conduzir os processos internos de avaliação da Instituição. Ela é composta por representantes de todos os segmentos da comunidade acadêmica e também por representantes da sociedade. A criação da CPA está prevista na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), regulamentado pela Portaria MEC nº 2.051, de 9 de julho de 2004. Como parte integrante do SINAES, a CPA tem atuação autônoma em relação aos Conselhos e demais órgãos colegiados existentes na Instituição. É regida por regulamento próprio e tem como principais atribuições definir os instrumentos para a autoavaliação institucional, planejar todo o trabalho e elaborar o Relatório de Autoavaliação Institucional. Também é responsável por sistematizar e prestar informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Devido à característica multiCâmpus do IFG, a CPA conta com o apoio de Subcomissões de Avaliação, constituídas em cada um dos Câmpus da Instituição, com pelo menos um ano de funcionamento. As Subcomissões de Avaliação atuam sob a coordenação geral, acompanhamento e supervisão da CPA, auxiliando-a em todo o processo de avaliação interna e elaborando os Relatórios Parciais de Avaliação de cada Câmpus.

A Reitoria do IFG reconstituiu, em caráter provisório, a Comissão Própria de Avaliação (CPA), por meio da Portaria nº 1.431, de 27 de agosto de 2012, que substituiu a Comissão anterior nomeada pela Portaria nº 382, de 2 de maio de 2011, porém, em outubro de 2014, foi realizada um processo de escolha popular para eleger a Comissão Própria de Avaliação que conduzirá os trabalhos da CPA no Biênio 2014-2016.

O processo eleitoral para CPA foi deflagrado em 13 de outubro de 2014, através do Edital nº 01/2014/CCE, e conduzido pela Comissão Central Eleitoral, nomeada pela Portaria nº 1.471/2014.



As eleições ocorreram em 05 de novembro de 2014. A CPA eleita tomou posse em 01 de dezembro de 2014 e teve sua designação assinada pelo Reitor do IFG através da Portaria nº 2.235, de 01 de dezembro de 2014.

No dia 10 de fevereiro de 2015, ocorreu a reunião de instalação da CPA, onde os presentes discutiram sobre a finalidade da avaliação institucional, as dimensões institucionais que precisam ser avaliadas previstas na Lei do SINAES, os processos de avaliação institucional, além do repasse de informações dos membros da última gestão. Diante do cenário relatado acima, o IFG está com os seus relatórios de autoavaliação institucional em atraso desde o ano de 2013. A CPA, então, dá (deu) início aos seus trabalhos dando prioridade às seguintes necessidades:

- Postar informações acerca da autoavaliação institucional do IFG no sistema eletrônico e-MEC. Tal procedimento se dá através desta justificativa;
- Atualizar os Relatórios Institucionais atrasados: 2013/2014;
- Planejar e iniciar o processo de autoavaliação do IFG do ano de 2015. Tais relatórios deverão ser postados no e-MEC, em versão parcial, até 31 de março 2016.

Em 2015, será criada a Ouvidoria como Órgão interno vinculado à Reitoria, dotado de autonomia na sua atuação e com independência de seu titular, com mandato de 2 anos, escolhido pelo Reitor e homologado pelo Conselho Superior do IFG. O Ouvidor atuará como mediador dos interesses institucionais do IFG junto à sua comunidade interna e aos setores da comunidade externa e terá o objetivo funcional o controle social sobre a atuação institucional do IFG e o acompanhamento sistemático do desempenho acadêmico e dos indicadores de avaliação do Instituto. Caberá a Ouvidoria também ser o órgão de esclarecimento e elucidação dos questionamentos sobre a atuação do IFG em todos os seus setores.

3.2 Carta de Serviços ao Cidadão

A Carta de Serviços ao Cidadão do IFG, instituída em atendimento ao Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009 tem por objetivo informar quais os serviços prestados pela Unidade Jurisdicionada, as formas de acesso a esses serviços e os padrões de qualidade de atendimento ao público.

Seguindo o previsto no §4º do art. 11 do Decreto 6932/2009 o IFG disponibiliza link para sua Carta de Serviços ao Cidadão a partir de sua página inicial no endereço www.ifg.edu.br.

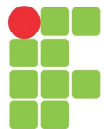
3.3 Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços

No Brasil, a avaliação das instituições de ensino superior e dos cursos de graduação está prevista em lei ([Lei nº 10.861](#), de 14/04/2004) e compreende a avaliação externa e interna.

A avaliação externa é feita por comissões externas de avaliação institucional e comissões externas de avaliação de cursos, designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão responsável pela operacionalização da avaliação no âmbito do SINAES.

Também faz parte da avaliação externa das instituições e cursos superiores a avaliação do desempenho dos estudantes, realizada pelo INEP, com a aplicação do Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes (ENADE).

A avaliação interna, ou autoavaliação, é uma das etapas do processo avaliativo,



desenvolvida pela comunidade acadêmica de cada instituição e coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA).

Com o objetivo de medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da unidade, o IFG emprega instrumentos de avaliação para cada um dos sete públicos distintos:

- Comunidade externa;
- Servidores Técnico Administrativos;
- Gestores;
- Docentes;
- Discentes ;
- Discentes da pós Graduação;
- Discentes do ensino à distância;

Todos os formulários empegados estão à disposição da comunidade no endereço eletrônico <http://www.ifg.edu.br/cpa/questionarios>

3.4 Acesso às informações da Unidade Jurisdicionada

O portal do IFG, www.ifg.edu.br, permite que o cidadão tenha acesso à diversas informações úteis à sociedade, contribuindo para a transparência da gestão. Segue adiante relação dos principais *links*:

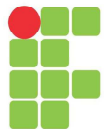
Tabela 3: Endereços Eletrônicos do IFG

Tema	Link
Auditoria Interna	http://www.ifg.edu.br/sic/index.php/auditoria
Carta de Serviços ao Cidadão	http://www.ifg.edu.br/index.php/carta-de-servicos
Comissão de Ética	http://www.ifg.edu.br/index.php/comissaoetica
Comissão Própria de Avaliação	http://www.ifg.edu.br/cpa/
Documentos Institucionais	http://www.ifg.edu.br/index.php/instituicao
Plano de Desenvolvimento Institucional	http://www.ifg.edu.br/index.php/pdii
Prestação de contas	http://www.ifg.edu.br/proad/index.php/prestacao
Relatórios de Gestão	http://www.ifg.edu.br/proad/index.php/prestacao/158
Serviço de Informação ao Cidadão	http://www.ifg.edu.br/sic/

Fonte: Diretoria de Relações Institucionais/IFG

O Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) foi instituído no IFG no ano de 2012 e continua em pleno funcionamento. Conta atualmente com dois servidores e realizou no ano de 2014 um total de 1.267 atendimentos. As informações podem ser solicitadas pessoalmente (na sala do SIC que funciona no prédio da Reitoria), por telefone (62 3612-2222), por e-mail (com envio de mensagem simples ou do formulário próprio do IFG para sic@ifg.edu.br) ou pelo Sistema de Informação e-SIC – Controladoria-Geral da União, no link: <http://www.acessoainformacao.gov.br/sistema/>.

A Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação) tem como princípio que as informações produzidas e armazenadas no serviço público são da sociedade e



obriga, dentro da transparência ativa, que os órgãos públicos criem o SIC para atender e orientar o público quanto ao acesso a informações, informar sobre tramitação de documentos e protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações. A Lei também determina prazo limite de até 20 dias prorrogáveis por mais dez dias para os órgãos públicos responderem aos pedidos de informação. No IFG, no ano de 2014 todos os prazos de resposta foram rigorosamente cumpridos.

Tabela 4: Consultas ao Serviço de Informação ao Cidadão - 2014

	e-mail: SIC-IFG	e-SIC (Sistema/CGU)	telefone/SIC: 3612-2222	Total
Janeiro	23	07	70	100
Fevereiro	09	05	85	99
Março	07	08	83	98
Abril	19	08	86	113
Maio	12	13	89	114
Junho	06	03	80	89
Julho	15	05	67	87
Agosto	25	08	85	118
Setembro	24	04	81	109
Outubro	20	02	88	110
Novembro	32	10	90	132
Dezembro	12	02	84	98
Total de Consultas	204	75	988	1267

Fonte: Diretoria de Relações Institucionais/IFG

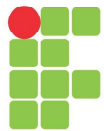
3.5 Avaliação do desempenho da unidade jurisdicionada

Como já foi abordado, no fim de 2014 a Comissão Própria de Avaliação-CPA foi eleita para mandato de 02 anos. Caberá a esta comissão desenvolver o novo trabalho de autoavaliação institucional em 2015.

Apresentamos a síntese do resultado da última autoavaliação realizada pelo IFG.

Esta avaliação contou com 1.373 participantes, entre discentes, docentes, Técnicos, Comunidade externa e Gestores e buscou avaliar todos os Câmpus da instituição a partir das 10 dimensões previstas na Lei 10.861/2004 que criou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES:

1. Missão e PDI
2. Política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão
3. Responsabilidade social da IES
4. Comunicação com a sociedade
5. As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e técnico-administrativo
6. Organização de gestão da IES
7. Infraestrutura física
8. Planejamento de avaliação
9. Políticas de atendimento aos estudantes
10. Sustentabilidade financeira



Segue adiante uma síntese dos resultados obtidos pela avaliação em cada uma das dimensões supracitadas.

DIMENSÃO 1 – A MISSÃO E O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

A pesquisa com servidores técnico-administrativos, docentes e discentes do Ensino Superior e Pós-Graduação. Avaliou-se os Documentos Institucionais (Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, Projeto Pedagógico da Instituição – PPI, Projeto Pedagógico do Curso – PPC, Regulamento do TCC, Regulamento de Atividades Complementares, Matrizes Curriculares dos Cursos), e os resultados apontaram que a maioria considera os Documentos Institucionais adequados, exceto quanto ao Regulamento do TCC, considerado adequado por apenas 35%.

DIMENSÃO 2 – A POLÍTICA PARA O ENSINO, A PESQUISA, A PÓS-GRADUAÇÃO, A EXTENSÃO E AS RESPECTIVAS FORMAS DE OPERACIONALIZAÇÃO

Pesquisa foi realizada com servidores técnico-administrativos, docentes e discentes do Ensino Superior e Pós-Graduação.

Para os discentes, os documentos institucionais avaliados (Projeto Pedagógico da Instituição – PPI, Projeto Pedagógico do Curso – PPC, Divulgação do Regulamento do TCC, realização de atividades complementares, facilidade de realização de estágio, realização de visitas técnicas, atuação da monitoria, expectativas do aluno referentes ao curso) são adequados.

Sobre a atuação dos docentes nas disciplinas técnicas (Apresentação do Plano de Ensino; Planejamento de aulas; domínio do conteúdo; clareza; disponibilidade para atendimento; metodologias de ensino; processo de avaliação da aprendizagem; relação professor/aluno; desempenho e interesse na orientação de TCC ou estágio supervisionado), os discentes se mostraram muito satisfeitos com a atuação docente.

A respeito da atuação docente nas disciplinas do núcleo comum (apresentação do plano de ensino; planejamento das aulas; domínio do conteúdo; disponibilidade para atendimento; metodologia de ensino; processo de avaliação da aprendizagem; relação professor/aluno; desempenho e interesses na orientação de TCC ou estágio supervisionado), a maior parte dos discentes considera adequada, exceto no aspecto *desempenho e interesse na orientação de TCC ou estágio supervisionado*, que a maioria (36,41%) desconhece ou considera adequado (28,1%).

Quanto à extensão na perspectiva dos docentes (viabilização de projetos), a maioria (43,06%) considera adequada.

Quanto à pesquisa na perspectiva dos docentes (incentivo à iniciação e produção científica, divulgação de trabalhos científicos, condições para orientação de trabalho de conclusão de curso ou pesquisa, auxílio para a participação em eventos científicos), a maioria considera adequada, exceto no aspecto *condições para orientação de trabalhos de conclusão de curso ou pesquisa*, em que a maioria (30,53%) considera pouco adequado, adequado (28,42%) ou inadequado (23,16%).

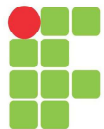
Quanto à extensão na perspectiva dos gestores, a maioria considera a divulgação dos cursos pouco adequada (31,25%) ou adequada (28,12%) e a qualidade dos cursos adequada (37,50%) ou muito adequada (34,38%). Ainda quanto à qualidade dos cursos, parte considerável (15,62%) desconhece.

DIMENSÃO 3 – A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO

Pesquisa realizada com servidores técnico-administrativos, comunidade externa, docentes e gestores. Avaliou as Bibliotecas, os serviços e atendimento e a extensão.

Os *periódicos e revistas especializadas* são considerados pouco adequados na maioria dos Câmpus pesquisados, exceto em Formosa e Itumbiara, onde são considerados adequados.

O *Acervo* é considerado pela maioria como muito adequado no Câmpus Goiânia, pouco adequado nos Câmpus Anápolis e Uruaçu, e adequado nos demais.



O *atendimento aos usuários* e o *horário de atendimento* são considerados adequados em todos os Câmpus pesquisados.

A *Informatização* é considerada pela maioria pouco adequada nos Câmpus Inhumas, Goiânia e Itumbiara, adequada em Formosa, Anápolis, Uruaçu e Jataí, e muito adequada em Luziânia.

DIMENSÃO 4 – A COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

A Pesquisa foi realizada com servidores técnico-administrativos, discentes do ensino superior e pós-graduação, docentes e gestores, onde foram avaliados o site do IFG, a Coordenação de Comunicação Social dos Câmpus e Reitoria e a Direção-Geral dos Câmpus.

O Q-Acadêmico foi o aspecto com opiniões mais divididas, é considerado de plenamente adequado a adequado por 15-56% dos técnicos, 59-91% dos discentes e 46-68% dos docentes, embora a porcentagem que o considera pouco adequado ou desconhece também seja alta. Os demais aspectos (confiabilidade das informações, atualização das informações, acessibilidade das informações e *layout* das páginas) são considerados adequados pela maioria.

DIMENSÃO 5 – AS POLÍTICAS DE PESSOAL, AS CARREIRAS DO CORPO DOCENTE E DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Esta pesquisa com servidores técnico-administrativos e docentes.

A maioria dos servidores do IFG possui escolaridade de nível superior e especialização. Quanto aos aspectos referentes à pesquisa (incentivo à iniciação e produção científica; divulgação dos trabalhos; auxílio participação em eventos e incentivo à qualificação), a maioria considera os programas do IFG adequados. Grande parte dos docentes informa que a Coordenação de Assistência ao Servidor (CAS) desenvolve um trabalho adequado.

DIMENSÃO 6 – ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INSTITUIÇÃO

Pesquisa junto aos servidores técnico-administrativos, docentes, discentes do ensino superior e pós-graduação, gestores e comunidade externa. Neste item foram avaliados o Organograma, Estatuto, Regimento Geral e Plano de Desenvolvimento Institucional.

Quanto ao Gabinete da Reitoria nos aspectos de Relação com o Servidor, presteza na solução das demandas, transparência e atuação, a maioria o considera adequado. Destaca-se ainda que, entre os discentes, o percentual que informa desconhecer a estrutura institucional é alto, variando de 31% a 100% dependendo do Câmpus pesquisado.

DIMENSÃO 7 – INFRAESTRUTURA FÍSICA

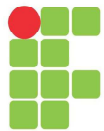
Pesquisa junto aos servidores técnico-administrativos, Comunidade Externa, discentes do Ensino Superior e Pós-graduação, docentes e gestores. Neste item foram avaliadas as diversas instalações físicas.

A maioria dos usuários considera os aspectos (acessibilidade, ventilação, nível de ruído, mobiliário, limpeza e iluminação) adequados ou muito adequados. Dentre as exceções destacam-se por registrarem avaliações negativas: a iluminação nos Câmpus Formosa, Luziânia e Itumbiara; Anápolis; o mobiliário e a ventilação e nível de ruído no Câmpus Jataí; e a ventilação no Câmpus Uruaçu.

DIMENSÃO 8 – PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO

Pesquisa realizada junto aos servidores técnico-administrativos, Comunidade Externa, discentes do ensino superior e pós-graduação, docentes e gestores.

Analisou-se o método de avaliação na perspectiva dos técnico-administrativos (assiduidade e pontualidade; relação técnico/professor; relação técnico/aluno; relação com a comunidade externa;



relação técnico/terceirizado), dos discentes de curso superior (compreensão dos conteúdos ministrados pelos professores; realização ou participação de atividades acadêmicas; relação aluno/servidor; relação aluno/terceirizado), dos docentes (assiduidade e pontualidade; relação teoria/prática em suas disciplinas; utilização de metodologias de ensino; relação professor/técnico; relação professor/aluno; relação com terceirizados) e dos gestores (assiduidade e pontualidade; relação com os técnicos; relação com os alunos; relação com os docentes; relação com os terceirizados). Em todos os aspectos e para todas as categorias, o resultado obtido foi adequado ou muito adequado.

DIMENSÃO 9 – POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES

A pesquisa junto aos discentes do Ensino Superior e Pós-Graduação e docentes, avaliando a Biblioteca (espaço físico, informatização, horário de atendimento, atendimento aos usuários, acervo e periódicos e revistas especializadas) e a extensão (viabilização dos projetos). Os aspectos relativos às bibliotecas são considerados adequados pela maioria dos discentes. A extensão é informada como muito adequada na perspectiva dos docentes.

DIMENSÃO 10 – SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

O orçamento do IFG é provido pela União, fato que limita e restringe as intervenções e ações da Instituição. A sustentabilidade financeira é tratada pelo PDI 2012/2016 em seu item 1.4, o qual considera que “[...] a autonomia financeira assume uma dimensão particular na medida em que incorpora a característica da participação da comunidade da Instituição”, por este motivo os avaliados não souberam avaliar o item.

3.6 Medidas Relativas a Acessibilidade

O IFG possui 14 Câmpus que podem ser classificados da seguinte forma:

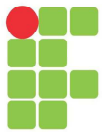
- 02 Câmpus (Goiânia e Jataí) construídos antes da vigência da Lei 10.098/2000;
- 08 Câmpus (Inhumas, Itumbiara, Formosa, Anápolis, Luziânia, Valparaíso, Águas Lindas, Aparecida de Goiânia), construídos após a vigência da Lei 10.098/2000;
- 01 Câmpus (Uruaçu) que recebeu uma edificação do Poder Público Municipal.
- 03 Câmpus (Goiânia Oeste, Senador Canedo e Cidade de Goiás) funcionando em prédios provisórios e com sedes definitivas em construção;

Os 08 Câmpus que foram construídos após a vigência da lei 10.098, assim como os 03 Câmpus que estão em construção, possuem projetos que respeitam o Capítulo IV da Lei 10.098 que trata da acessibilidade nos edifícios públicos ou de uso coletivo.

O Câmpus Jataí, que havia sido construído antes da vigência da Lei, passou a funcionar, a partir de 2014, em uma nova edificação, também construída a partir de um projeto que atende a todos os aspectos previstos na legislação em vigor.

Os Câmpus Goiânia e Uruaçu estão sendo adaptados.

É importante salientar que, visando atender o Decreto 5.296/2004, o IFG deu posse para dez servidores atuarem como tradutores/intérpretes nos diversos Câmpus e passou também a contar com estagiários para apoiar os discentes deficientes auditivos.



4. AMBIENTE DE ATUAÇÃO

4.1 Informações do Ambiente de Atuação da Unidade Jurisdicionada

Faz-se necessário apresentar um panorama do ambiente de atuação da Instituição, o que é realizado a seguir, por meio da análise dos seguintes tópicos: caracterização e comportamento do mercado de atuação, principais empresas que atuam ofertando produtos e serviços similares, contextualização dos produtos e serviços ofertados em relação ao ambiente de atuação e principais mudanças de cenário ocorridas nos últimos exercícios.

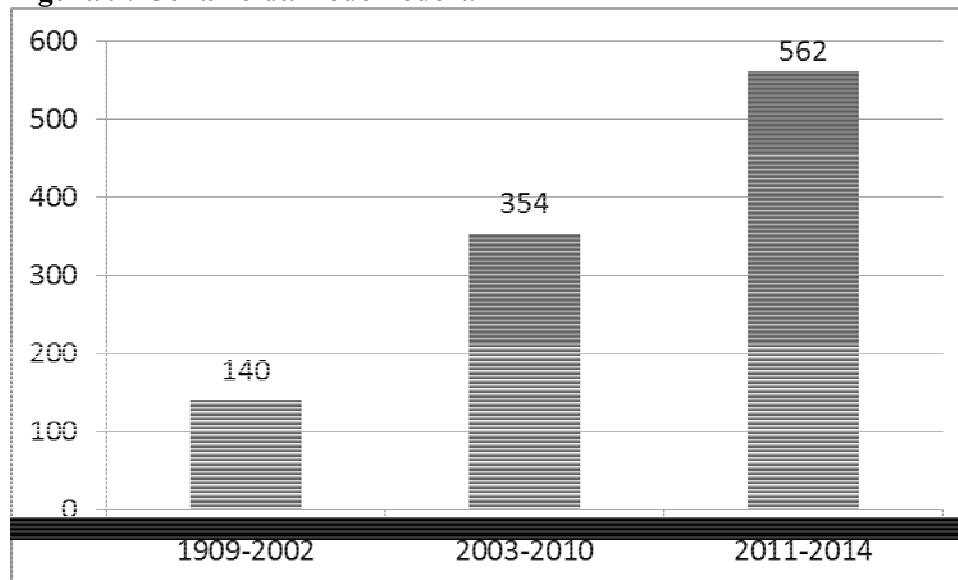
Ao buscarmos a caracterização da educação profissional no Brasil faz-se necessário remetermos ao período de colonização, sendo os primeiros aprendizes de ofício, os índios e escravos, que recebiam formação para o trabalho, já que pertenciam às mais baixas categorias sociais. A partir do ciclo da mineração e criação das casas de fundição e de moeda, houve a demanda por um ensino mais especializado, contudo, apenas os filhos de homens brancos tinham acesso à formação técnica necessária para o exercício dessa atividade. (FONSECA, 1961, p.68).

O histórico de criação das Escolas de Aprendizes e Artífices e, posteriormente, Escolas Técnicas, Centros Federais de Educação e Tecnologia, e atualmente Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, ultrapassa 100 anos de dedicação a oferta de educação profissional.

Em se tratando da atual conjuntura brasileira, reflexo da expansão da Rede Federal, identificamos a articulação entre a Educação Profissional, Ciência e Tecnologia com vistas a elevar os índices de desenvolvimento regional e local a partir do momento em que oferece condições para a inserção dos indivíduos no mercado de trabalho.

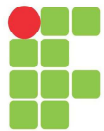
Conforme Figura 01 a seguir, o cenário atual da Rede Federal é o seguinte:

Figura 9: Cenário da Rede Federal



Fonte: Ministério da Educação (2015)

Ao voltarmos o olhar para o cenário local, o IFG possui 14 Câmpus em funcionamento nos municípios de: Anápolis, Formosa, Goiânia, Inhumas, Itumbiara, Jataí, Luziânia, Uruaçu, Aparecida de Goiânia, Cidade de Goiás, Águas Lindas, Goiânia Oeste, Senador Canedo e



Valparaíso. Destacamos ainda que o IFG continua mantendo a tradição na oferta de educação pública, gratuita e de qualidade, desde a educação profissional integrada ao ensino médio à pós-graduação, além de oferecer cursos de extensão para formação profissional de trabalhadores através do PRONATEC e de cursos FIC.

A oferta de cursos por meio do IFG objetiva a formação técnico-profissional dos trabalhadores, tanto por meio de cursos técnicos de nível médio quanto superiores, sendo estes gratuitos e de referência, buscando a transformação de realidades locais dos municípios onde estão inseridos, assim como os circunvizinhos. Contribui-se, assim, para o desenvolvimento econômico local. Neste sentido, conforme PDI, esta instituição tem o propósito de exercer o papel de formadora de ideias, conhecimento e cultura, capaz de preparar cidadãos qualificados tecnicamente, com habilidades sociais e profissionais.

Quando analisamos os municípios onde se encontram os Câmpus do IFG e a realidade concernente ao número de Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas nestes, notamos, conforme Tabela 3, municípios como Anápolis, Formosa, Inhumas, Itumbiara, Luziânia Senador Canedo e Uruaçu, nos quais o IFG foi a primeira IES Federal a se instalar no município.

Ao voltarmos nosso olhar para a estrutura multicâmpus, do IFG notamos a ampliação do acesso por parte dos segmentos sociais historicamente excluídos ao ensino gratuito e de qualidade. No caso específico de Valparaíso, identificamos que o Câmpus do IFG trata-se da primeira IES pública a se instalar no município.

Tabela 3: Quantidades de IES nos municípios em que o IFG se encontra (2014)

Município	IES PÚBLICAS		IES PRIVADAS	TOTAL
	FEDERAL	ESTADUAL		
Águas Lindas	1	1	1	3
Anápolis	1	1	9	11
Aparecida de Goiânia	2	1	5	8
Cidade de Goiás	2	1	0	3
Formosa	1	1	3	5
Goiânia	2	1	28	31
Inhumas	1	1	1	3
Itumbiara	1	1	3	5
Jataí	2	1	2	5
Luziânia	1	1	1	3
Senador Canedo	1	1		2
Uruaçu	1	1	1	3
Valparaíso	1	0	3	4

Fonte: e-MEC (2014).

A quantidade de cursos oferecidos pelo IFG merece destaque, em especial o número significativo de cursos oferecidos nas mais diferentes modalidades. Nota-se que o Câmpus Goiânia, no ano de 2014, ofereceu 134 cursos nas modalidades técnico integrado, técnico integrado para Educação de Jovens e Adultos, técnicos subsequentes, bacharelados, licenciaturas e tecnólogos. O Câmpus Goiânia ofereceu, no mesmo ano, 44 cursos nas mais diferentes modalidades. Merece destaque o Câmpus Jataí, pela oferta de 13 cursos, e o câmpus Formosa, que mesmo criado a partir da expansão da rede em 2008 e iniciando suas atividades no ano de 2011, conseguiu oferecer no ano de 2014 a mesma quantidade de cursos do que o câmpus Jataí.

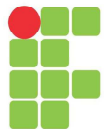


Tabela 4: Quantidade de cursos oferecidos pelo IFG por modalidade - 2014

CÂMPUS	QUANTIDADE						TOTAL
	Téc. Integ	Téc. Int. PROEJA	Subseq	Superior			
				Bachar	Licenc	Tecnól	
Águas Lindas	2						2
Anápolis	5	2	1	1	2	1	12
Aparecida de Goiânia	3	2		1	1		7
Cidade de Goiás	4	1					5
Formosa	5	3	1	1	2	1	13
Goiânia	9	3	3	9	4	16	44
Goiânia Oeste		1		1			2
Inhumas	3	2		3	1		9
Itumbiara	3	1	2	1	1		8
Jataí	4	2	1	2	2	2	13
Luziânia	4	1	1	1	1	1	9
Uruaçu	4	2	1	1	1	1	10
TOTAL	46	20	10	21	15	22	134

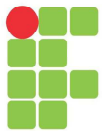
Fonte: NEP/PRODI/IFG

Os Institutos Federais foram criados pela Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008 com o objetivo de colaborar com os desenvolvimentos local e regional, por meio da consolidação de arranjos produtivos sociais e culturais. Este objetivo é um dos critérios que o MEC estabeleceu com o propósito de justificar a expansão dos IFETs, com destaque para proporcionar a qualificação dos profissionais no interior do país, democratizar o ensino profissional e tecnológico e fortalecer políticas de superação da pobreza. O ponto de partida para a expansão foi a demanda dos setores industrial e comercial por trabalhadores que possuíssem qualificação técnica, por isso ficou a cargo dos IFETs ao invés das universidades. (SILVA; TERRA, 2013).

Embora atualmente os Institutos Federais passem a concorrer com as universidades na oferta de cursos superiores, a SETEC enfatiza sua diferença em relação a essas pela ênfase na oferta de licenciaturas e demais cursos considerados estratégicos no ponto de vista do planejamento, visando o desenvolvimento socioeconômico.

Os Institutos Federais foram inicialmente formados por meio da transformação de 31 Cefets, 75 Uneds, 39 escolas agrotécnicas, 7 escolas técnicas e 8 escolas vinculadas a universidades. Hoje, a Rede Federal totaliza 562 escolas em funcionamento, constituindo-se de 38 Institutos Federais, dois Cefets, 25 escolas vinculadas a universidades e uma Universidade Tecnológica. De 2011 a 2014, o MEC investiu R\$ 3,3 bilhões na expansão, consolidando a maior expansão da história da Rede Federal. De 2003 a 2010, foram somadas 214 novas unidades nas 140 já existentes e, em 2014, entraram em funcionamento mais 208 unidades, conforme MEC (2015).

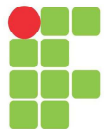
Paralelamente ao processo de expansão da Rede Federal, foram implantados vários programas em parcerias (ProUni, PRONATEC etc.) e a implantação de 12 novas universidades federais. De acordo com a SETEC (2015), a segunda fase da expansão (2007-2010) tinha o slogan “uma escola técnica para cada cidade-polo do país”, e as cidades-pólo eram consideradas de acordo com a distribuição territorial das unidades e demais institutos, atendimento às mesorregiões e aos Arranjos Produtivos Locais, aproveitamento de infraestruturas já existentes e potenciais parcerias.



Na terceira fase da expansão (2011-2020) pretende-se implantar 60 novas unidades a cada ano, completando mil unidades até o final de 2020, com um IF a cada 5 municípios brasileiros. Espera-se possibilitar o atendimento, a partir de então, de um milhão e duzentos mil alunos.

O IFG não desenvolveu nenhum estudo com a finalidade de levantar as Oportunidades, Ameaças, Forças e Fraquezas em seus ambientes interno e externo, assim como nunca fez uma análise de riscos de mercado, entretanto, em sua proposta de desenvolvimento de Plano de Desenvolvimento Institucional para o período de 2017-2020 há a previsão de emprego de Análises SWOT e APP com a finalidade de se analisar os impactos do Macroambiente sobre o negócio.

As informações gerenciais sobre o relacionamento da UJ com seus principais clientes estão apresentadas na Parte B do presente relatório.



5. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

5.1 Planejamento da Unidade

Por se tratar de uma Instituição de Ensino, o IFG, em consonância com o que preconiza as Leis 9.394/96, 10.861/2004 e o Decreto 5.773/2006, estrutura o seu Planejamento Estratégico através do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

O PDI do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) é o documento que identifica a Instituição no que diz respeito ao seu papel social, à sua filosofia de trabalho, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve.

O Plano de Desenvolvimento Institucional orienta o planejamento estratégico da Instituição para o período de sua abrangência (2012-2016) e ainda o planejamento anual das ações e atividades a serem desenvolvidas tanto no plano acadêmico quanto administrativo.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (2012-2016) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás foi o resultado de um processo que teve como origem a Minuta do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFG (2010-2014), encaminhado para consulta pública pela Reitoria do IFG, ao final do ano letivo de 2010. Mediante a mobilização da comunidade interna da Instituição com vista na sua integração direta ao processo de elaboração do PDI, foi proposto por parte da Pró-Reitoria de ensino e prontamente acatada pela Reitoria o documento convocatório do I Congresso Institucional de Educação do IFG – I CONGRESSO PDI, aprovado pelo Colégio de Dirigentes após amplo processo de debate e deliberação que envolveu a comunidade interna da Instituição.

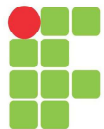
Em 19/12/2013, o PDI do IFG foi aprovado pelo Conselho Superior, publicado através da Resolução nº 036, de 19/12/2013 e inserido pela Procuradoria Educacional Institucional no e-MEC que é o sistema de tramitação eletrônica dos processos de regulação (credenciamento e reconhecimento das Instituições de Ensino Superior – IES, autorização e renovação de reconhecimento de cursos) regulamentados pelo Decreto nº5.773, de 09 de maio de 2006.

O PDI 2012/2016 foi dividido em dez conjuntos de informação:

1. Perfil Institucional, função social e princípios institucionais;
2. Projeto Político Pedagógico Institucional;
3. Organização Acadêmica;
4. Gestão de Pessoas;
5. Corpo Docente;
6. Organização Administrativa;
7. Autoavaliação institucional;
8. Infraestrutura;
9. Estrutura de apoio à inclusão;
10. Demonstrativo de Sustentabilidade Financeira.

5.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

Os quadros e instruções apresentados a seguir buscam atender o subitem 5.2. da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 134/2013.



A seguir apresentaremos os resultados orçamentários e financeiros alcançados pela gestão relativos aos programas, objetivos, iniciativas e ações de responsabilidade do IFG, no que diz respeito à Reitoria, unidade consolidadora, e os seus Campus, unidades consolidadas.

Podem-se visualizar as metas físicas estipuladas para cada ação programática, bem como os resultados alcançados (Quadro 5.2.3.1. – Ações). Vale destacar que ao IFG não compete gerir programas de governo, objetivos e iniciativas inscritos no âmbito do Plano Plurianual do Governo Federal. Coube à instituição, executar as ações orçamentárias inscritas na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2014, com destaque para os objetivos institucionais pertencentes. O IFG é constituído por 14 Câmpus, que são unidades gestoras as quais possuem, por delegação de competência, autonomia na execução de recursos orçamentários, visando a consecução de objetivos institucionais. Neste relatório, os resultados são apresentados de forma consolidada não permitindo a identificação individual dos Câmpus. Há, porém, reuniões periódicas coordenadas pela PROAD junto aos Campus para tomadas de decisão na gestão orçamentária e financeira.

5.2.1 Programa Temático

O IFG, por não ser representado por Secretaria Executiva ou Secretaria Geral, seguindo a orientação da Portaria-TCU nº 90, de 16 de Abril de 2014, não elaborará neste relatório os quadros referentes ao Programa Temático.

5.2.2 Objetivo

Como o IFG não representa órgão responsável por objetivos no âmbito do PPA, não é possível apresentar metas quantitativas fixadas pelo PPA.

5.2.3 Ações

As informações apresentadas a seguir são referentes às ações referentes à esfera orçamentária: Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS e Orçamento de Investimentos.

5.2.3.1 Ações - OFSS

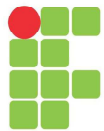
O **Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS** foi inserido no ANEXO 2, de acordo com as orientações previstas na DN 134/2013.

5.2.3.2 Ações/Subtítulos - OFSS

Como o IFG não se responsabiliza por subtítulos, mas sim pela execução integral da ação, empregou-se o Quadro 5.2.3.1 para encaminhar a informação.

5.2.3.3 Ações não Previstas na LOA 2014 – Restos a Pagar não Processados - OFSS

O IFG não executou em 2014, e a título de restos a pagar não processados, ações não mais previstas na LOA 2014.

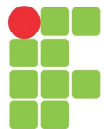


5.2.3.4 Ações - Orçamento de Investimento - OI

O Anexo 3 – Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS foi inserido no ANEXO 3, de acordo com as orientações previstas na DN 134/2013.

5.2.3.5 Análise Situacional

- a) Na execução da Ação **20RJ-Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica** não houve execução por falta de descentralização dos limites orçamentários.
- b) Na Ação **20GR-Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica**, observa-se que a meta financeira realizada atingiu 95,9% da meta prevista e a meta física realizada representou 93,7% da prevista. A meta física realizada deu-se em função da continuidade da implantação dos Câmpus Aparecida de Goiânia e Cidade de Goiás, que disponibilizam vagas gradualmente à medida que ocorrem a contratação de professores, e também o início da construção dos Câmpus Águas Lindas de Goiás, Goiânia Oeste, Senador Canedo e Valparaíso, que não têm condições de disponibilizarem vagas no primeiro ano de implantação. Não se avançou mais devido à falta de descentralização dos limites orçamentários.
- c) Na execução da Ação **20RL-Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** nota-se que a meta física alcançada manteve-se em relação à meta física prevista, enquanto que a meta financeira não atingiu sua totalidade com 88,7% de execução devido ao contingenciamento de limite para empenho não descentralizado.
- d) A Ação **2994-Assistência ao Educando da Educação Profissional** apresentou uma diminuição da meta física prevista em 77,9%, enquanto a meta financeira realizada corresponde a 99,7% da meta prevista. Essa significativa diminuição da meta física prevista deve-se ao contingenciamento de limite para empenho não descentralizado. Mesmo assim, a implantação da Política Institucional de Assistência ao Educando com a implantação dos auxílios permanência (moradia, alimentação, transporte), do auxílio aos estudantes da educação de jovens e adultos, do auxílio alimentação aos alunos do técnico integrado em tempo integral, a manutenção dos programas de estágio, monitoria, iniciação científica, além do auxílio financeiro a estudantes para a realização das atividades extraclasse e visitas técnicas não ficou a desejar visto a paralização de alguns campus em movimento grevista.
- e) A execução das Ações 0181, 20TP, 2004, 4572, 2010, 2011, 2012, 00M1 e 09HB, que tratam de pagamento de pessoal e seus benefícios, transcorreram normalmente, tanto na execução das metas físicas quanto financeiras, atendendo a legislação vigente.
- f) A seguir apresentaremos os resultados orçamentários e financeiros alcançados pela gestão relativos aos programas, objetivos, iniciativas e ações de responsabilidade do IFG, no que diz respeito à Reitoria, unidade consolidadora, e os seus Campus, unidades consolidadas.



g) Podem-se visualizar as metas físicas estipuladas para cada ação programática, bem como os resultados alcançados (Quadro 5.2.3.1. – Ações). Vale destacar que ao IFG não compete gerir programas de governo, objetivos e iniciativas inscritos no âmbito do Plano Plurianual do Governo Federal. Coube à instituição, executar as ações orçamentárias inscritas na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2014, com destaque para os objetivos institucionais pertencentes. O IFG é constituído por 14 Câmpus, que são unidades gestoras as quais possuem, por delegação de competência, autonomia na execução de recursos orçamentários, visando a consecução de objetivos institucionais. Neste relatório, os resultados são apresentados de forma consolidada não permitindo a identificação individual dos Câmpus.

5.3 Informações sobre outros resultados da gestão

Considerando que a Portaria -TCU nº 90, de 16 de Abril de 2014, orienta que no item 5.3 devam ser inseridos resultados decorrentes do planejamento estratégico da unidade ou identificados no decorrer da gestão, mas não abordados em outros tópicos do relatório, optou-se por inserir os resultados atingidos pelo IFG nos tópicos específicos.

5.4 Informações sobre indicadores de desempenho operacional

O Quadro A.5.4 – Indicadores de Desempenho foi inserido no ANEXO 4, de acordo com as orientações previstas na DN 134/2013. Contém o resultado dos principais indicadores direcionados à eficácia e efetividade, por serem aqueles que mais se relacionem objetivamente com o desempenho operacional.

5.5 Informações sobre Custo de Produtos e Serviços

Quadro A.5.5 – Variações de Custos

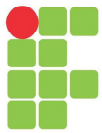
Produtos/ Serviços	Custo Unitário Mensal Médio			Variação % Custo Unitário ano	
	2014	2013	2012	2014/2013	2014/2012
Custo aluno/mês	R\$ 1.199,49	R\$ 1.011,07	R\$ 1.056,15	18,63%	6,79%

Fonte: PRODI-PROAD-PROEN/IFG

O IFG tem buscado ajustar sua oferta de cursos à demanda, o que levou à extinção de vários cursos nos últimos dois anos. Esta decisão permitiu o surgimento de outros cursos mais aderentes às necessidades locais, entretanto, é preciso aguardar todo o ciclo de criação de um curso (03 anos) para que todas as turmas tenham alunos matriculados, e assim os custos fixos possam ser melhor diluídos, reduzindo o Custo Unitário Médio.

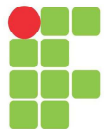
Outro aspecto que deve ser levado em consideração na análise é a inflação média do período. Segundo dados do IPCA/IBGE, o índice de 2014 foi de 6,40% e de 2013 de 5,91%.

Todos os esforços tem sido realizados buscando fazer com que o Custo Unitário Mensal Médio volte a cair a partir de 2016.



GESTÃO DOS FUNDOS NO CONTEXTO DA UNIDADE

Não se aplica a UJ



6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Este item busca apresentar as informações que esclareçam como o IFG realiza a gestão de alguns tópicos relacionados à execução orçamentária e financeira.

6.1 PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DAS DESPESAS

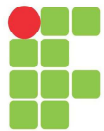
6.1.1 Programação das despesas

O QUADRO A.6.1.1 – Programação de Despesas foi inserido no ANEXO 5, de acordo com as orientações previstas na DN 134/2013.

6.1.1.1 Análise Crítica

Compatibilidade das dotações com as necessidades da UJ:

Na análise dos quadros da Programação Orçamentária das despesas, a situação demonstrada reflete um aumento na LOA do Instituto Federal de Goiás de 2013 para 2014, principalmente nas Despesas de Pessoal e Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes, que apresentaram uma variação de 21,11% e 29,46% respectivamente. O aumento dessas despesas é consequência do crescimento e da expansão da UJ com a implantação de novos Câmpus nas Cidades de Goiânia Oeste, Valparaíso, Águas Lindas e Senador Canedo, e a consolidação da implantação dos Câmpus Aparecida de Goiânia, Cidade de Goiás, Anápolis, Formosa, Luziânia, Inhumas, Itumbiara e Uruaçu, além da recomposição do quadro de pessoal dos Câmpus Goiânia e Câmpus Jataí. Desse modo, os limites orçamentários para essas despesas foram compatíveis com as necessidades de crédito do IFG para cumprimento da sua programação de trabalho no exercício de 2014.



6.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	158153	158131	12363203120RL0052			209,79
		158124	12363203120RL0052			16.183,80
		154040	12363203120RL0052			239,77
		158143	12363203120RL0052			2.247,82
Recebidos	150014	158153	12122210909HB0001	278.500,00		
	152734		12363203163800001			247.544,56
	153019		12364203220RK0041			659,34
	154043		12364203220RK0031			639,36
	153173		12363203120RW0001			5.001.150,24
	153173		12363203182520001			159.300,42
	158124		12363203129940052			40.144,72
	158131		12363203120RL0017			1.758,24
	158516		12363203120RL0042			3.684,44
	420030		13392202720ZF0001			315.562,91
	340033		13392202720ZF0001			166.999,59
	200016		14243206214UF0001			56.982,96
	Origem da Movimentação		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital
Concedente		Recebedora	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras		6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos	153173	158153	12363203182520001	407.610,21		
	340033		13392202720ZF0001	299.974,76		

6.1.3 Realização da despesa
QUADRO A.6.1.3.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total

Unidade Orçamentária: Instituto Federal de Goiás	Código UO: 26.429		UGO: 158153	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	38.003.886,72	33.080.285,94	37.279.921,84	32.158.113,79
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência	13.563.626,61	8.920.318,51	13.527.230,14	8.354.044,28
d) Pregão	24.440.260,11	24.159.967,43	23.752.691,70	23.804.069,51
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	3.525.291,56	2.773.204,67	3.523.087,57	2.725.138,74
h) Dispensa	2.887.779,39	2.459.554,68	2.885.882,07	2.414.891,49
i) Inexigibilidade	637.512,17	313.649,99	637.205,50	310.247,25
3. Regime de Execução Especial	9.178,35	8.248,60	9.178,35	8.248,60
j) Suprimento de Fundos	9.178,35	8.248,60	9.178,35	8.248,60
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	219.877.162,68	180.827.406,09	219.877.079,33	180.723.317,03
k) Pagamento em Folha	218.917.842,43	180.026.014,89	218.917.842,43	179.922.228,65
l) Diárias	959.320,25	801.391,20	959.236,90	801.088,38
5. Outros	12.730.898,90	8.155.086,99	12.679.535,78	8.136.537,30
6. Total (1+2+3+4+5)	274.146.418,21	224.844.232,29	273.368.802,87	223.751.355,46

FONTE: SIAFI GERENCIAL



QUADRO A.6.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total

Unidade Orçamentária: Instituto Federal de Goiás		Código UO: 26429				UGO: 158153			
DESPESAS CORRENTES									
<i>Grupos de Despesa de Pessoal</i>	<i>Empenhada</i>		<i>Liquidada</i>		<i>RP não processados</i>		<i>Valores Pagos</i>		
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	
3190.11-Venc. Vant. Fixas	140.978.368,01	111.972.593,02	140.978.368,01	111.972.593,02			140.978.368,01	111.972.593,02	
3191.13-Obrigações Patronais	28.581.495,99	23.295.202,78	28.581.495,99	23.295.202,78			28.581.495,99	23.191.416,54	
3190.01-Aposent.e Reformas	26.072.783,74	23.239.269,70	26.072.783,74	23.239.269,70			26.072.783,74	23.239.269,70	
<i>Demais elementos do grupo</i>	10.385.418,56	9.363.294,47	10.385.418,56	9.363.294,47			10.385.418,56	9.363.294,47	
2. Juros e Enc. da Dívida									
<i>Demais elementos do grupo</i>									
3. Outras Despesas Correntes									
3390.37- Loc. Mão-de-Obra	13.870.416,08		12.063.679,69				12.041.130,77		
3390.39-Serv. Pessoa Jurídica	13.333.365,16	12.605.756,36	8.148.484,79	8.910.864,07			5.184.880,37	3.694.892,29	8.817.665,36
3390.37- Loc. Mão-de-Obra		10.877.850,43		9.856.270,67				1.021.579,76	9.654.506,76
3390.18-Aux.Finan.Estudantes	8.674.665,62	7.020.240,06	8.670.965,62	7.020.240,06			3.700,00		7.001.690,37
<i>Demais elementos do grupo</i>	20.880.331,08	16.306.034,79	19.349.134,84	14.772.308,37			1.531.196,24	1.533.726,42	14.770.099,01



DESPESAS DE CAPITAL									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidadada		RP não Processados		Valores Pagos		
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	
4. Investimentos									
4490.51-Obras e Instalações	17.941.150,29		13.563.626,61		4.377.523,68		13.527.230,14		
4490.52-Equip.Mat. Permanente	10.805.412,09	14.810.464,76	5.892.460,36	7.335.898,85	4.912.951,73	7.474.565,91	5.279.383,96	7.228.804,16	
4490.51-Obras e Instalações		12.967.958,91		8.887.562,74		4.080.396,17		8.321.288,51	
449039-Outros Serv.Terceiros		196.781,57		190.727,56		6.054,01		190.727,56	
449061-Aquisição de Imóveis	440.000,00		440.000,00				440.000,00		
Demais elementos do grupo	-		-				-		
5. Inversões Financeiras									
Demais elementos do grupo	-		-				-		
6. Amortização da Dívida									
Demais elementos do grupo	-		-				-		

FONTE: SIAFI GERENCIAL

QUADRO A.6.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	953.824,45	1.489.661,19	679.413,81	1.374.749,71
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência	56.982,96	96.886,31	56.982,96	93.837,49
d) Pregão	896.841,49	1.392.774,88	622.430,85	1.280.912,22
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	35.858,60	28.436,48	35.858,60	24.620,83
h) Dispensa	35.858,60	28.436,48	35.858,60	24.620,83
i) Inexigibilidade				
3. Regime de Execução Especial		-		-
j) Suprimento de Fundos				
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	306.271,14	24.972,32	306.271,14	24.972,32
k) Pagamento em Folha	278.471,74		278.471,74	
l) Diárias	27.799,40	24.972,32	27.799,40	24.972,32
5. Outros	4.606.900,32	9.090.318,37	4.605.212,82	8.963.258,97
6. Total (1+2+3+4+5)	5.902.854,51	10.633.388,36	5.626.756,37	10.387.601,83

FONTE: SIAFI GERENCIAL



Quadro A.6.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Grupos de Despesa	DESPEAS CORRENTES							
	Empenhada		Liquidad		RP não processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
1 – Despesas de Pessoal								
319113-Obrigações patronais	278.471,74	-	278.471,74	-	-	-	278.471,74	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida								
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3 – Outras Despesas Correntes								
339039- Serviço Pessoa Jurídica		4.243.658,95		1.269.608,08		2.974.050,87		1.160.313,16
339018- Aux. Financ.estudantes		3.987.645,00		3.987.645,00				3.887.010,00
339048 - Outros aux.financ.P.Física	1.652.424,41	3.064.165,20	1.652.424,41	3.064.165,20			1.652.424,41	3.064.030,22
339018 - Aux. Financ. estudantes	1.642.632,23		1.624.792,23		17.840,00		1.623.136,23	
339036- Serviço Pessoa Física	1.150.854,80		1.150.854,80				1.150.823,30	
Demais elementos do grupo	1.532.568,69	2.548.232,56	900.401,12	2.123.723,68	632.167,57	424.508,88	899.859,69	2.088.002,05



DESPESAS DE CAPITAL									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidadada		RP não Processados		Valores Pagos		
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	
4 – Investimentos									
449051- Obras e Instalações		4.000.000,00				4.000.000,00			
449052 - Equip. Mat. permanente	707.584,97	471.867,29	295,910,21	188.246,40	411.674,76	283.620,89	22.041,00	188.246,40	
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
5 – Inversões Financeiras									
Demais elementos do grupo									
6 – Amortização da Dívida									
Demais elementos do grupo									

FONTE: SIAFI GERENCIAL

6.2 Despesas com ações de publicidade e propaganda

O IFG não realiza despesas com publicidade e propaganda nas modalidades de publicidade institucional, mercadológica ou de utilidade pública, limitando-se apenas a efetuar publicidade legal, que se destina a dar conhecimento de balanços, atas, editais, decisões, avisos e de outras informações dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, com o objetivo de atender às prescrições legais.

Quadro A.6.2 – Despesas com Publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional			
Legal	12.363.2031.20RL.0052	R\$ 355.999,96	R\$ 275.533,27
Mercadológica			
Utilidade pública			

Fonte: CCS-PROAD/IFG

6.3 Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos

O IFG não possui passivos por insuficiência de créditos ou recursos registrados em contas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI

6.4 Movimentação e o saldo de restos a pagar de exercício anteriores

QUADRO A.6.4- Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	R\$ 1.338.663,36	R\$ 1.222.155,38	R\$ 116.507,98	R\$ 0,00
2012	R\$ 3.416.258,20	R\$ 3.398.084,19	R\$ 18.174,01	R\$ 0,00
2011	R\$ 1.507,76	R\$ 0,00	R\$ 1.507,76	R\$ 0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	R\$ 25.493.395,20	R\$ 19.547.321,73	R\$ 1.249.922,92	R\$ 4.696.150,55
2012	R\$ 11.594.641,37	R\$ 10.013.608,68	R\$ 1.163.810,07	R\$ 417.222,62
2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Fonte: SIAFI Gerencial

6.5 Transferência de recursos

No exercício de referência do Relatório de Gestão, não foram realizadas transferências de recursos pelo IFG mediante convênios, contratos de repasse, termo de cooperação, termo de compromisso, bem como transferências a título de subvenções, auxílios ou contribuições

6.6 Suprimento de fundos

Os dados apresentados possibilitam aos órgãos gestores uma análise sucinta da gestão de suprimentos de fundos, utilizados pelo IFG.

6.6.1 Concessão de Suprimento de Fundos

Quadro A.6.6.1 – Concessão de suprimento de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Qtde	Valor Total	Qtde	Valor Total	
2014	158430	Instituto Federal de Goiás-Campus Goiânia			06	9.178,35	8.000,00
2013	158430	Instituto Federal de Goiás-Campus Goiânia			11	8.248,60	8.000,00
2012	158430	Instituto Federal de Goiás-Campus Goiânia			13	5.653,98	8.000,00

Fonte: SIAFI.

6.6.2 Concessão de Suprimento de Fundos

Quadro A.6.6.2 – Utilização de suprimento de fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Qtde	Valor Total	Qtde	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2014	158430	Instituto Federal de Goiás -Campus Goiânia			18	4.065,01	5.113,34	9.178,35
2013	158430	Instituto Federal de Goiás -Campus Goiânia			22	4.341,93	3.906,67	8.248,60

Fonte: SIAFI.

6.6.3 Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos

QUADRO A.6.6.3 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
158430	Instituto Federal de Goiás - Campus Goiânia	339030	01 - Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	R\$ 5.680,35
			39- Materiais p/manutenção de Veículos	R\$ 118,00
			TOTAL	R\$ 5.798,35
		339039	19- Manutenção e Conservação de Veículos	R\$ 60,00
			99- Outros serviços de Pessoa jurídica	R\$ 3.320,00
			TOTAL	R\$ 3.380,00

Fonte: SIAFI.

6.6.4 Análise Crítica

Conforme recomendação da Gestão do IFG, estamos diminuindo substancialmente a movimentação de suprimentos de fundos, pautando assim, no planejamento de nossas ações no ano de exercício.

6.7 Renúncia sob a Gestão da UJ

Não há, no caso do IFG, renúncias de receitas geridas pela UJ.

6.8 Gestão de Precatórios

Não há, no caso do IFG, gestão de precatórios.

7. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

7.1 Estrutura de pessoal da unidade

O perfil do quadro de servidores do IFG será demonstrado nas informações detalhadas nos subtópicos a seguir.

7.1.1 Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.7.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autoriz	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	1.827	1.785	264	58
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1.827	1.785	264	58
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1.827	1.780	264	58
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	1	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	2	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	2	1	0
2. Servidores com Contratos Temporários	250	156	88	60
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	2.077	1.941	352	118

FONTE: SIAPE

Quadro A.5.1.2.2 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	567	715	395	221	39
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	494	650	380	218	39
1.3. Servidores com Contratos Temporários	73	65	15	3	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	78	129	88	46	2
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	9	31	31	15	0
2.3. Funções Gratificadas	69	98	58	33	2
3. Totais (1+2)	645	844	483	267	41

Fonte: SUAP.

Quadro A.7.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)		
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	826	959
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	821	959
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	01	00
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	02	00
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	02	00
2. Servidores com Contratos Temporários	00	156
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	00	00

4. Total de Servidores (1+2+3)	826	1115
--------------------------------	-----	------

Quadro A.7.1.1.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação	
	Autorizada	Efetiva
1. Cargos em Comissão	88	86
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	88	86
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	88	85
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	1	1
1.2.4. Sem Vínculo	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0
2. Funções Gratificadas	375	260
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	375	257
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	3
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	463	340

FONTE: SIAPE

7.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

Ao fim de 2014, 79,29% do quadro efetivo de professores do IFG era composto por docentes mestres e doutores. Este indicador tem apresentado resultados melhores a cada ano, como poderá ser observado na análise do Indicador de Titulação do Corpo Docente (ITCD), a seguir.

Quanto ao quadro de profissionais Técnico Administrativos, apresentamos um conjunto de dados estratificando por Câmpus / Classe.

A Tabela 5 apresenta a distribuição de escolaridade dos técnico-administrativos de classe C. Pouco mais da metade (61,5%) dos servidores nesta classe possuem escolaridade de nível superior. Destaca-se que, no Câmpus Luziânia, todos os técnicos-administrativos classe C possuem nível superior. Esse índice também é alto, em comparação com a média, para os câmpus Formosa (75%) e Jataí (81%). O percentual de técnicos administrativos de classe C que possuem especialização é baixo (11,9%) destacando que, na maioria dos câmpus, estes dispõem de titulação máxima de ensino superior.

Tabela 5: Titulação dos servidores Técnico-Administrativos - Classe C

Câmpus	TA CLASSE C						
	Quantidade	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Nível Superior		Especialização	
				Qnt.	%	Qtd.	%
Anápolis	16		5	11	68,8	2	12,5
Aparecida de Goiânia	8		5	3	37,5		0,0
Formosa	8		2	6	75,0		0,0
Goiás	3		2	1	33,3	1	33,3
Goiânia	36	1	12	23	63,9	4	11,1
Inhumas	11		4	7	63,6	2	18,2
Itumbiara	10		6	4	40,0	1	10,0
Jataí	21		4	17	81,0	6	28,6
Águas Lindas							
Luziânia	6			6	100,0		0,0
Goiânia Oeste							
Reitoria	16		6	10	62,5	1	6,3

Senador Canedo							
Uruaçu	7		7		0,0		0,0
Valparaíso	1		1		0,0		0,0
IFG - Total	143	1	54	88	61,5	17	11,9

Fonte: SUAP.

A Tabela 6 apresenta a distribuição de escolaridade dos técnico-administrativos de classe D. Conforme a tabela, 72,5% do total possui escolaridade de nível superior, sendo que o percentual mais baixo obtido foi 42%, no Câmpus Valparaíso. No que tange à especialização, observamos que mais de 20% dos servidores técnicos-administrativos de classe D possuem especialização, com destaque para Reitoria que representa 48,6% de seu quadro. Os técnico-administrativos com maior nível de escolaridade (mestrado) estão lotados nos Câmpus Goiânia, Inhumas, Jataí e Reitoria.

Tabela 6: Titulação dos servidores Técnico-Administrativos - Classe D

Câmpus	TA CLASSE D								
	Quantidade	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Nível Superior		Especialização		Mestrado	
				Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%
Anápolis	21	0	5	16	76,2	6	28,6	0	0,0
Aparecida de Goiânia	22	0	7	15	68,2	2	9,1	0	0,0
Formosa	21	0	9	12	57,1	2	9,5	0	0,0
Goiás	20	0	5	15	75,0	5	25,0	0	0,0
Goiânia	97	1	21	73	75,3	11	11,3	3	3,1
Inhumas	23	0	6	15	65,2	4	17,4	2	8,7
Itumbiara	20	0	6	14	70,0	3	15,0	0	0,0
Jataí	27	0	4	20	74,1	6	22,2	3	11,1
Águas Lindas	10	0	5	5	50,0		0,0	0	0,0
Luziânia	18	0	2	16	88,9	3	16,7	0	0,0
Goiânia Oeste	9	0	1	8	88,9	3	33,3	0	0,0
Reitoria	72	0	9	62	86,1	35	48,6	1	1,4
Senador Canedo	8	0	3	5	62,5	2	25,0	0	0,0
Uruaçu	25	0	14	11	44,0	3	12,0	0	0,0
Valparaíso	7	0	4	3	42,9	1	14,3	0	0,0
IFG - Total	400	1	101	290	72,5	86	21,5	9	2,3

Fonte: SUAP.

A Tabela 7 apresenta os dados relativos à qualificação dos Técnico-Administrativos nível E. Como a escolaridade de nível superior é exigência mínima do cargo, todos a possuem. O percentual de servidores técnicos-administrativos de classe E com especialização é de 31,1% do total. Apenas os Câmpus Formosa, Cidade de Goiás, Águas Lindas, Luziânia e Goiânia Oeste não possuem servidores técnico-administrativos de nível E com nível de mestrado, notamos ainda, que apenas um servidor pertencente a esta classe possui doutorado.

Tabela 7: Titulação dos servidores Técnico-Administrativos - Classe E

Câmpus	TA CLASSE E						
	Quantidade	Nível Superior	Especialização		Mestrado		Doutorado
			Qtd.	%	Qtd.	%	
Anápolis	19	19	6	31,6	3	15,8	0

Aparecida de Goiânia	18	18	3	16,7	1	5,6	0
Formosa	15	15	6	40,0	0	0,0	0
Goiás	8	8	6	75,0	0	0,0	0
Goiânia	45	45	12	26,7	2	4,4	0
Inhumas	17	17	3	17,6	3	17,6	0
Itumbiara	18	18	2	11,1	4	22,2	0
Jataí	16	16	1	6,3	2	12,5	0
Águas Lindas	8	8	2	25,0	0	0,0	0
Luziânia	14	14	4	28,6	0	0,0	0
Goiânia Oeste	5	5	3	60,0	0	0,0	0
Reitoria	55	55	29	52,7	10	18,2	1
Senador Canedo	8	8	2	25,0	1	12,5	0
Uruaçu	10	10	1	10,0	1	10,0	0
Valparaíso	8	8	2	25,0	1	12,5	0
IFG - Total	264	264	82	31,1	28	10,6	1

Fonte: SUAP.

7.1.3 Capacitação da Força de Trabalho

Com o objetivo de Capacitar sua força de trabalho o IFG conta com os seguintes programas:

- PROCAP – Programa Institucional de Capacitação de Servidores, que disponibiliza recursos no montante de até R\$ 2.500,00 por semestre para ações de capacitação comprovadamente relevantes para o servidor e para o setor institucional onde atua;
- PIGE - Programa Institucional de Concessão de Bolsas de Graduação e Especialização, que disponibiliza 20 bolsas anuais para que servidores que ainda não tenham curso de graduação e pós graduação lato sensu possam buscar esta elevação de escolaridade;
- PIQS - Programa Institucional de Qualificação de Servidores em nível de Mestrado e Doutorado, que disponibiliza bolsas para os servidores desenvolverem cursos de Mestrado e Doutorado
- MINTER / DINTER – Programas interinstitucionais de Mestrado e Doutorado, onde o IFG busca convênios com outras IES ofertantes de cursos de pós graduação Stricto Sensu, para capacitar os servidores do IFG;
- ENAP EM REDE – Programa criado no fim de 2014 para a oferta de capacitação de cursos oferecidos pela Escola Nacional de Administração Pública – ENAP aos servidores do IFG. Servidores do IFG serão capacitados pela ENAP para ofertar os cursos.
- CAPACITAÇÃO IN COMPANY – Cursos contratados pelo IFG a partir das demandas apresentadas pelos Câmpus/Reitoria para capacitação de seus servidores.

7.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.7.1.3 – Custos do pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenc			
Membros de poder e agentes políticos									
Exercícios	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2013	53.205.228,20	10.742.821,93	27.398.225,50	6.899.919,80	2.692.707,50	61.217,99	83.464,07	101.334.593,82
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada									
Exercícios	2014	142.237.135,17	5.404.032,62	14.828.199,51	5.442.503,87	12.742.569,04	571.449,79	286.952,97	2.344.129,05
	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada									
Exercícios	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.769,46	6.769,46
	2013								0,00
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)									
Exercícios	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2013								0,00
Servidores cedidos com ônus									
Exercícios	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2013	219.264,35	39.656,87	76.556,01	22.283,00	4.669,44	44,80		362.474,47
Servidores com contrato temporário									
Exercícios	2014	5.242.189,32	396.343,30	280.967,95	698.904,07	0,00	0,00	0,00	6.618.404,64
	2013	4.325.193,30	465.092,32	325.668,60	177.364,23	4.006,95		510,60	5.297.836,00
TOTAL GERAL								190.546.684,71	

FONTE: SIAPE

7.1.4 Irregularidades na área de pessoal

Seguem as providências adotadas em 2014 visando coibir eventuais irregularidades relacionadas a pessoal.

7.1.4.1 Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos

Conforme informado, o Instituto Federal Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás solicitou à Superintendência do Ministério do Trabalho e Emprego em Goiás a liberação de senha de acesso à RAIS, o que possibilitaria o cruzamento dos dados dos servidores deste Instituto referente ao acúmulo de cargos e às cargas horárias superiores a 60 horas semanais, entretanto houve a negativa do MTE no fornecimento da senha. Posteriormente, o Ministério enviou à Chefia da AUDIN uma relação contendo os nomes dos servidores do IFG com outros vínculos em 2012.

Considerando o arquivo de Cruzamento RAIS 2012 – MTE de todos os servidores técnico-administrativos e docentes do IFG, foi realizado um levantamento das possíveis acumulações de cargos e, em 11.02.2014, teve início o encaminhamento de Memorandos solicitando justificativas e documentos comprobatórios para os casos em que houve vínculo sincrônico. No mês de setembro/2014, foram notificados os servidores submetidos ao regime de dedicação exclusiva do IFG que, no fechamento do Censo da Educação Superior de 2013, apresentavam vínculos com outras Instituições de Ensino Superior.

Vários servidores notificados responderam ao IFG, informando que os vínculos registrados na RAIS e no Censo da Educação Superior estavam desatualizados, sendo que, neste caso, os servidores apresentaram documentos que comprovavam a ruptura dos vínculos que os deixavam em situação irregular.

Outros servidores que apresentavam acumulação indevida de cargos optaram por se desvincular dos outros órgãos em que apresentavam vínculos, e apresentar o Termo de Opção de Cargo Efetivo, informando ao IFG a ruptura do vínculo a partir da notificação.

Os servidores que não responderam à notificação foram novamente notificados em 2015, sendo que lhes foi dado o prazo de 30 dias para apresentar resposta formal ao IFG.

7.1.4.2 Terceirização irregular de cargos

O IFG não possui servidores terceirizados que ocupam ou exercem cargos ou atividades típicos de categorias funcionais do plano de cargos da unidade.

7.1.5 Riscos identificados na Gestão de Pessoas

Com a publicação da Lei nº 11.892/2008, que instituiu os Institutos Federais os desafios impostos à Gestão de Pessoas se potencializaram. Desde a sua origem, a instituição de educação profissional e tecnológica apresenta algumas características que a torna singular em relação ao conjunto de instituições federais de ensino que compõem o sistema educacional brasileiro. Algumas dessas especificidades são expostas por Lucília Machado (2008):

A educação profissional tem no seu objeto de estudo e intervenção sua primeira especificidade, a tecnologia. Esta, por sua vez, se configura como uma ciência transdisciplinar das atividades humanas de produção, do uso dos objetos técnicos e dos fatos tecnológicos. Do ponto de vista escolar, é disciplina que estuda o trabalho humano e suas relações com os processos técnicos.

Outra característica ou especificidade que a educação profissional guarda e deve ser considerada na sua singularidade é a indissociabilidade entre teoria e prática, tanto no projeto político-pedagógico como no processo de ensino aprendizagem, tendo em vista que uma das finalidades da rede é, segundo inciso V, art. 6º, da Lei nº 11.892/2008 (BRASIL, 11.892/2008), a

“oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica”, o que requer estreita relação entre teoria e empiria.

A transformação em institutos federais possibilitou a ampliação e a interiorização do Instituto Federal de Goiás, com a abertura de unidades em regiões metropolitanas e em vários municípios do estado de Goiás, ampliação do número de vagas, de matrículas e de servidores efetivos, tanto trabalhadores docentes como técnico-administrativos.

Além do expressivo aumento do número de campi com o processo de interiorização do IFG, resalte-se o processo de reconfiguração no que tange à sua estrutura física, organizacional, político-pedagógico e de pessoal. Esta realidade apresenta velhos e novos desafios como a condução da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão em estrutura multicampi e pluricurricular tão ampla e complexa, na organização e gestão da força de trabalho, na efetivação de uma política institucional democrática, na implementação de políticas de formação, capacitação, aperfeiçoamento e a qualificação do seu pessoal, na articulação e garantia da autonomia de cada campus, na fixação dos novos servidores nos campi recém-inaugurados e na oferta de ensino público e de qualidade. Assim, a consolidação dos institutos federais assegurou a estrutura organizacional na forma de multicampi, um conjunto de escolas dirigidas por uma Reitoria responsável, subordinada ao Ministério da Educação.

O ensino profissional e tecnológico, ofertado também pelos institutos federais vem passando por um momento de enormes desafios para os gestores e demais trabalhadores que atuam direta ou indiretamente na área de gestão de pessoas. Dentre os aspectos mais críticos pode-se destacar: Número de servidores suficientes mediante as novas demandas:

Um enorme desafio para a gestão de pessoas é gerir o quantitativo de servidores necessários para o atendimento das diferentes demandas que os institutos abarca. Trata-se de uma solicitação constante dos Câmpus à Reitoria. Entretanto, a liberalização de código de vagas, as atribuições, as formas de ingresso, dentre outras, é subordinada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG. Em auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União (2012, p. 45) em alguns Institutos Federais “o principal fator que põe em risco a qualidade dos serviços educacionais prestados pelos Institutos Federais reside no déficit de professores e técnicos de laboratório”.

Dimensionamento de cargos e vagas:

Verifica-se que a política de recrutamento e de seleção está limitada à legislação pertinente, o que dificulta a definição dos perfis desejados, bem como a seleção de novos servidores, em conformidade com as necessidades institucionais e, muitas vezes, não respeitando as particularidades da realidade, as especificidades e as demandas dos campi que compõem o IFG. Como agravante, constata-se a inexistência de estudos quantitativos e qualitativos com o objetivo de estabelecer a Matriz de Alocação de Cargos e definir os critérios de distribuição de vagas na instituição, mediante análise do quadro de pessoal, da estrutura organizacional, dos processos e condições tecnológicas e de trabalho para o funcionamento adequado das unidades organizacionais dos Câmpus e da Reitoria, com vistas a atingir os objetivos definidos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), além de verificar o clima organizacional, a fim de intervir e promover melhorias nos aspectos físicos, subjetivos e motivacionais da instituição.

Planejamento, monitoramento e avaliação dos Programas, Projetos e Ações:

É necessária a construção de indicadores quantitativos e qualitativos, em consonância com as políticas institucionais, para a mensuração dos resultados. É de suma importância que a Gestão de Pessoas construa, de forma participativa e transparente os regulamentos, políticas e instrumentos que versam sobre o seu quadro de pessoal, a fim de garantir o rigor na coleta dos dados e acesso às informações fidedignas. E, sobretudo, combater as práticas de atitudes clientelistas, o favoritismo, dentre outros valores arraigados na cultura organizacional.

A recente criação do Núcleo de Estatística e Planejamento – NEP/PRODI, visa auxiliar no preenchimento desta lacuna.

Ausência de uma política institucional de fixação de servidores no interior

A Rede Federal passa por uma grande expansão pautada por motivações de naturezas distintas. Por um lado, o crescimento do País pressionou a demanda por mão de obra qualificada. Por outro lado, viu-se uma oportunidade quanto à convergência espacial da expansão da Rede com outras políticas públicas voltadas para o desenvolvimento regional. A esses dois vetores somou-se o entendimento de que a interiorização das Escolas Técnicas, reinstitucionalizadas em Institutos Federais, poderia contribuir para o desenvolvimento das microrregiões menos desenvolvidas (TCU, 2012, p. 9). Todavia, o alcance desse objetivo pode estar em xeque, tendo em vista a baixa atratividade da carreira docente nos Institutos Federais e o deslocamento para cidades interioranas ainda em desenvolvimento, com pouca infraestrutura e distantes dos centros urbanos dificulta a fixação dos trabalhadores, sobretudo os servidores docentes, que, normalmente, não são residentes daquela localização e logo que tomam posse já pedem para serem removidos. Para a Gestão de Pessoas dos Institutos Federais, o TCU recomenda que seja formulada uma proposta a ser encaminhada ao Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão no sentido de instituir programa de incentivos à fixação de docentes em campi localizados em cidades com infraestrutura precária e distantes de grandes centros urbanos ou municípios polo. Essa demanda é um dos principais desafios frente à interiorização do IFG,

Necessidade de reconstrução de uma identidade institucional

A partir da criação dos Institutos Federais, ocorreu consideráveis modificações na sua configuração. Desde mudanças na composição das instâncias superiores de tomadas de decisões, criação de Reitoria e suas Pró-reitorias, dentre outras modificações estruturais que requerem mudanças ou introdução de novos valores institucionais, bem como a disseminação de princípios e diretrizes que orientem as relações sociais no interior da instituição.

Implementação do Programa de Avaliação de Desempenho Individual e do Servidor em Estágio Probatório:

Estritamente articulado ao programa de capacitação, aperfeiçoamento e desenvolvimento do servidor, as ações e regulamentos que versam sobre a avaliação de desempenho individual e do servidor em estágio probatório também deve ser objeto de preocupação da Gestão de Pessoas do IFG. Faz-se necessário, uma reavaliação dos procedimentos atualmente adotados. É necessário mudança na forma como são aplicadas as avaliações. É imprescindível a adoção de plano de trabalho para avaliação das atividades pelos servidores. Instituir comissão permanente de avaliação, sobretudo àqueles que estão em estágio probatório, divulgação e envolvimento de todos no alcance dos objetivos e metas instituições, dentre outros mecanismos que garanta uma avaliação qualitativa, ética e em consonância com a realidade do IFG.

Desafios na implementação da Política de Atenção à Saúde e Segurança no Trabalho do Servidor Público Federal – PASS:

Na atual conjuntura, a implementação da PASS se coloca como desafio. O subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor – SIASS encontra-se em fase de reestruturação com a predominância de atendimentos periciais. Todavia, as ações que estão sendo empreendidas pelos gestores do Instituto Federal de Goiás e do Instituto Federal Goiano sinalizam a possibilidade de avanços nos demais eixos do SIASS, conforme legislação vigente. A Gestão de Pessoas e a Coordenação de Assistência ao Servidor da Reitoria e a Coordenação de Recursos Humanos dos Câmpus devem estar devidamente articulados no planejamento, monitoramento e avaliação dos programas, projetos e ações relacionados à promoção e prevenção à saúde do servidor público federal.

7.1.6 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

O IFG iniciou, no fim de 2014, um debate sobre indicadores gerenciais e estruturou um grupo de trabalho denominado Núcleo de Estatística e Planejamento – NEP. Sendo assim, a UJ está trabalhando a elaboração de indicadores para várias áreas, inclusive pessoal, e, no próximo ano, terá condições de explicitar os padrões utilizados, os objetos mensurados, os objetivos e metas fixados e, por fim, as conclusões quantitativas e qualitativas daí decorrentes sobre a gestão de recursos humanos.

7.2 Contratação de Mão de Obra de Apoio e de estagiários

7.2.1 Contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância

Tabela 8: Contratos de Manutenção, Limpeza e Vigilância por Câmpus

Unidade Contratante						
Câmpus:	Águas Lindas					
UG/Gestão:	158640/26429			CNPJ: 10.870.883/0014-69		
Ano do Contrato	Área	Natureza	Nº do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Vigência	
					Início	Fim
2014	L	O	08/2014	11.381.182/0001-04	10/03/2015	09/03/2016
2015	V	O	04/2015	08.931.820/0001-09	25/02/2015	24/02/2016
Unidade Contratante						
Câmpus:	Anápolis					
UG/Gestão:	158522/26429			CNPJ: 10.870.883/0009-00		
Ano do Contrato	Área	Natureza	Nº do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Vigência	
					Início	Fim
2013	L	O	02/2013	11.381.182/0001-04	02/09/13	01/09/15
2015	V	O	04/2015	08.931.820/0001-09	25/02/15	24/02/16
Unidade Contratante						
Câmpus:	Aparecida de Goiânia					
UG/Gestão:	158610/26429			CNPJ: 10.870.883/0010-35		
Ano do Contrato	Área	Natureza	Nº do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Vigência	
					Início	Fim
2012	L	O	43/2012	07.262.535/0001-80	27/03/2012	26/03/2015
2015	V	E	04/2014	08.931.820/0001-09	25/02/2015	24/02/2016
Unidade Contratante						
Câmpus:	Cidade de Goiás					
UG/Gestão:	158611/26429			CNPJ: 10.870.883/0011-16		
Ano do Contrato	Área	Natureza	Nº do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Vigência	
					Início	Fim

2015	L	O	02/2015	11.381.182/0001-04	03/12/15	03/11/15
2015	V	O	04/2015	08.931.820/0001-09	2/25/2015	2/24/2016
Unidade Contratante						
Câmpus:	Formosa					
UG/Gestão:	158523/26429			CNPJ: 10.870.883/0007-30		
Ano do Contrato	Área	Natureza	Nº do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Vigência	
					Início	Fim
2014	L	O	01/2014	11.381.182/0001-04	01/03/2014	28/02/2016
2012	V	O	01/2012	01.160.949/0001-11	01/01/2012	31/12/2015
Unidade Contratante						
Câmpus:	Goiânia					
UG/Gestão:	158430			CNPJ: 10.870.883/0002-25		
Ano do Contrato	Área	Natureza	Nº do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Vigência	
					Início	Fim
2014	L	O	1	11.381.182/0001-04	02/01/2015	01/01/2016
2012	V	O	1	04.701.639/0001-55	01/01/2015	31/12/2015
Unidade Contratante						
Câmpus:	Goiânia Oeste					
UG/Gestão:	158641/26429			CNPJ: 10.870.883/0013-88		
Ano do Contrato	Área	Natureza	Nº do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Vigência	
					Início	Fim
2013	L	O	40/2013	11.381.182/0001-04	12/09/14	11/09/15
2015	V	O	04/2015	08.931.820/0001-09	25/02/15	24/02/16
Obs.: tendo em vista que o Câmpus Goiânia Oeste e a Unidade I da Reitoria estão situadas no mesmo endereço, os contratos de vigilância e limpeza são compartilhados entre estas Unidades Gestoras.						
Unidade Contratante						
Câmpus:	Inhumas					
UG/Gestão:	158432/26429			CNPJ: 10.870.883/0004-97		
Ano do Contrato	Área	Natureza	Nº do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Vigência	
					Início	Fim
2011	L	O	04/2011	11.381.182/0001-04	05/04/2011	04/04/2015
2012	V	O	01/2012	05.502.450/0001-04	01/01/2012	31/12/2014
Unidade Contratante						
Câmpus:	Itumbiara					
UG/Gestão:	158433/26429			CNPJ: 10.870.883/0005-78		
Ano do Contrato	Área	Natureza	Nº do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Vigência	
					Início	Fim
2013	L	O	03/2013	11.381.182/0001-04	02/09/2014	01/09/2015
2012	V	O	01/2012	08.931.820/0001-09	01/01/2015	31/12/2015
Unidade Contratante						

Câmpus:		Jataí					
UG/Gestão:		158431/26429			CNPJ: 10.870.883/0003-06		
Ano do Contrato	Área	Natureza	Nº do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Vigência		
					Início	Fim	
2015	L	O	01/2015	11.381.182/0001-04	01/01/2015	01/01/2016	
2015	V	O	04/2015	08.931.820/0001-09	25/02/2015	24/02/2016	
Unidade Contratante							
Câmpus:		Luziânia					
UG/Gestão:		158524/26429			CNPJ: 10.870.883/0008-10		
Ano do Contrato	Área	Natureza	Nº do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Vigência		
					Início	Fim	
2012	V	O	01/2012	05.502.450/0001-04	01/01/15	31/12/15	
2012	L	O	02/2012	07.262.535/0001-80	01/01/15	31/12/15	
Unidade Contratante							
Câmpus:		Senador Canedo					
UG/Gestão:		158642/26429			CNPJ: 10.870.883/0012-05		
Ano do Contrato	Área	Natureza	Nº do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Vigência		
					Início	Fim	
2014	L	O	31/2014	11.381.182/0001-04	23/10/2014	22/10/2015	
2015	V	E	04/2015	08.931.820/0001-09	25/02/2015	24/02/2016	
Unidade Contratante							
Câmpus:		Uruaçu					
UG/Gestão:		158434/26429			CNPJ: 10.870.883/0006-59		
Ano do Contrato	Área	Natureza	Nº do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Vigência		
					Início	Fim	
2011	L	O	06/2011	11.381.182/0001-04	31/08/14	30/08/15	
2012	V	O	01/2012	08.931.820/0001-09	01/01/15	31/12/15	
Unidade Contratante							
Câmpus:		Valparaíso					
UG/Gestão:		158643/26429			CNPJ: 10.870.883/0015-40		
Ano do Contrato	Área	Natureza	Nº do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Vigência		
					Início	Fim	
2014	L	O	29/2014	07.548.828/0001-28	03/11/14	02/11/15	
2014	V	O	09/2014	10.655.701/0001-12	07/04/14	24/02/15	
Unidade Contratante							
Câmpus:		Reitoria					
UG/Gestão:		158153/26429			CNPJ: 10.870.883/0001-44		
Ano do Contrato	Área	Natureza	Nº do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Vigência		
					Início	Fim	
2012	V	O	09/2012	04.701.639/0001-55	01/02/15	31/01/16	
2015	L	O	02/2015 (Unid. II)	11.381.182/0001-04	12/01/15	11/01/16	

2015	L	O	12/2015	11.381.182/0001-04	26/03/15	25/03/16
------	---	---	---------	--------------------	----------	----------

LEGENDA: Área- (L) Limpeza e Higiene, (V) Vigilância Ostensiva / Natureza: (O) Ordinária e (E) Emergencial

Fonte: PROAD/IFG.

7.2.2 Locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão

Não se aplica ao IFG.

7.2.3 Análise Crítica dos itens 7.2.1 e 7.2.2

Nada houve a registrar.

7.2.4 Contratação de estagiários

Em 2014, o IFG contou com 04 estagiários de outras Instituições de Ensino, que trabalharam na Reitoria do IFG, especificamente no apoio ao trabalho da Procuradoria Federal.

Quadro A.7.2.4 – Composição do Quadro de Estagiários Externos

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim	
1. Nível superior					
1.1 Área Fim					
1.2 Área Meio	04	04	03	03	R\$ 24.437,00
2. Nível Médio					
2.1 Área Fim					
2.2 Área Meio					
3. Total (1+2)					

Ofereceu-se ainda 208 vagas de estágio para os alunos do IFG desenvolverem atividades laborais nos diversos ambientes acadêmicos do IFG. Foram 167 vagas de estágios remunerados de nível médio e 44 de nível superior. O valor da bolsa foi de R\$400,00 para ambos os níveis, em todos os Câmpus.

7.3 Análise dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do decreto 7.828/2012

Demonstração das medidas adotadas para revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do decreto 7.828/2012, atentando para os efeitos retroativos às datas de início da desoneração, mencionadas na legislação.

ACÓRDÃO Nº 2859/2013 – LEI Nº 12.546/2011 E DECRETO Nº 7.828/2012 – PLANO “BRASIL MAIOR” – DESONERAÇÃO CONTRATUAL

9.2 determinar ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Nacional do Ministério Público que:

9.2.1 nos termos do art. 65, § 5º, da lei 8.666/1993, orientem os órgãos e entidades que lhes estão vinculados a adotarem as medidas necessárias à revisão dos contratos de prestação de serviços ainda vigentes, firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, propiciada pelo art. 7º da lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do decreto 7.828/2012, mediante alteração das planilhas de custo, atentando para os efeitos retroativos às datas de início da desoneração, mencionadas na legislação;

9.2.2 orientem os referidos órgãos e entidades a obterem administrativamente o ressarcimento dos valores pagos a maior (elisão do dano) em relação aos contratos de prestação de serviços já encerrados, que foram firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, propiciada pelo art. 7º da lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do decreto 7.828/2012, mediante alteração das planilhas de custo;

O Instituto Federal de Goiás, quando da notificação sobre o acórdão acima referenciado, procedeu, também, à notificação das empresas contratadas quanto da necessidade de revisão destes e a possibilidade de repactuação dos preços contratados em função da desoneração da folha de pagamentos concedida por meio do Plano Brasil Maior;

Entretanto, em função da deficiência de pessoal técnico e especializado na área, somente agora, no ano de 2015, o IFG terá a capacidade técnica de pessoal de se proceder à revisão desses contratos, por meio do seu setor de contabilidade;

Destarte, procederemos no segundo semestre do exercício 2015 à revisão a fim de auferir se existem valores a serem ressarcidos ao erário em virtude do plano.

Obtenção administrativa do ressarcimento dos valores pagos a maior (elisão do dano) em relação aos contratos já encerrados que foram firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do decreto 7.828/2012.

Não se aplica a UJ.

Detalhamento sobre os contratos (vigentes e encerrados) revisados, incluindo número, unidade contratante, nome/CNPJ da empresa contratada, objeto e vigência, com destaque para a economia (redução de valor contratual) obtida em cada contrato.

Não se aplica a UJ.

8. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

8.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

O QUADRO RELAÇÃO DE VEÍCULOS DA FROTA DO IFG foi inserido no ANEXO 6, de acordo com as orientações previstas na DN 134/2013.

Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:

Neste caso o IFG conta com o Memorando Circular N°05/2012

1. Importância da frota de veículos sobre as atividades da UJ:

A frota de veículos do IFG tem grande importância para a instituição, seja para atividades administrativas ou para as atividades acadêmicas.

Nas atividades administrativas os veículos atuam transportando servidores para diversos compromissos como: reuniões, seminários, cursos, visitas a unidades em construção, transporte de material, enfim. Esse tipo de transporte é muito comum, pois a instituição possui unidades em Goiânia, Jataí, Inhumas, Uruaçu, Itumbiara, Formosa, Anápolis, Luziânia, Goiás e Aparecida de Goiânia, Águas Lindas, Senador Canedo, Valparaíso e Goiânia Oeste. Podemos ainda destacar inúmeras viagens a Brasília-DF, que é onde se localiza o Ministério da Educação e Cultura o qual o IFG está subordinado.

Nas atividades acadêmicas nossos veículos de maior porte como Vans, Micro-ônibus e Ônibus transportam alunos e professores para realização de visitas técnicas, que são atividades acadêmicas onde as turmas de alunos se deslocam até locais fora da unidade acadêmica, onde lhes são transmitidos conhecimentos teóricos e práticos.

2. Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ, bem como a totalização por grupo geral.

Analisando o Decreto N° 6.403/2008 da Presidência da República, que dispõe sobre a utilização dos veículos oficiais pela administração pública direta, autárquica e fundacional, podemos afirmar que o IFG conta somente com veículos oficiais de uso comum.

No ano de 2014 o IFG possuía 59 (cinquenta e sete) veículos próprios oficiais de uso comum.

3. Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra.

Os veículos do IFG rodaram em média no ano de 2014 aproximadamente **24.118 km**, e nesse ano totalizamos aproximadamente **1.423.016km** rodados.

4. Idade média da frota por grupo de veículos.

A média de idade dos veículos de nossa frota é de 4 (anos) anos.

5. Custos associados à manutenção da frota.

Os custos com a manutenção da frota são os seguintes:

1. Combustível e lubrificantes: R\$ 572.288,28

2. Manutenção e limpeza: R\$ 696.129,52

Total de **R\$1.268.417,80** (Um milhão duzentos e sessenta e oito mil quatrocentos e dezessete reais e oitenta centavos).

8.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

O Instituto Federal de Goiás dispõe de dois softwares específicos (Sistema de Almoxarifado e Sistema de Patrimônio), ligados entre si, com o mesmo banco de dados, em todos os Campus e Reitoria, para controle de entrada de novas aquisições, tombamento e baixa do patrimônio desta autarquia. Além de, dentro da estrutura organizacional, há a Coordenação de Almoxarifado e Patrimônio em todos os campus e reitoria, com pessoal de quadro permanente, ligados às Gerências Administrativas de cada unidade.

8.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.8.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
BRASIL	GOIÁS		
	Águas Lindas	1	1
	Anápolis	1	1
	Aparecida de Goiânia	1	1
	Cidade de Goiás	1	1
	Cidade de Goiás (Cessão)	1	1
	Formosa	1	1
	Goiânia + Lotes	5	4
	Goiânia (Locação de terceiros)	2	1
	Goiânia (Cessão)	1	0
	Inhumas	1	1
	Itumbiara	1	1
	Jataí	2	2
	Luziânia	1	1
	Senador Canedo	1	1
	Uruaçu + Lote	2	2
	Valparaíso de Goiás	1	1
Subtotal Brasil		23	20
EXTERIOR			
	A Instituição não possui imóveis no exterior		
Subtotal Exterior			
Total (Brasil + Exterior)		23	20

Fonte: Sistema SPIUNET.

8.2.2 Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional

QUADRO A.8.2.2.1 – Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
158153	1052000035007	Uso em Serviço Público	Novo	6.777.764,86	30/11/2014	13.978.947,65	0,00	-
158153	9373005405002	Uso em Serviço Público	Novo	15.000,00	30/11/2014	6.875.202,88	0,00	
158153	9373006075006	Uso em Serviço Público	Bom	2.000,00	30/11/2014	19.319.735,00	0,00	
158153	9377000485000	Cessão	Bom	812.173,89	30/11/2014	265.855,00	0,00	
158153	1066000175003	Uso em serviço Público	Novo	250.000,00	30/11/2014	13.898.417,42	0,00	
158153	9373006055005	Locação de Terceiros	Muito Bom	4.500.000,00	30/11/2014	6.123.932,00	0,00	953.109,07
158153	9753000075005	Uso em Serviço Público	Bom	9.869.048,49	30/11/2014	10.970.447,39	0,00	
158153	9373006565003	Cessão	Regular	17.647.469,92	30/11/2014	17.647.469,92	0,00	
158153	9373006545002	Locação de Terceiros	Bom	1.618.910,03	30/11/2014	1.618.910,03	0,00	
158430	9373003245008	Uso em Serviço Público	Muito bom	8.577.026,25	30/11/2014	50.703.495,32	0,00	1.285.295,20
158430	9373005895000	Uso em Serviço Público	Ruim	280.000,00	30/11/2014	610.540,66	0,00	
158430	9373006585004	Uso em Serviço Público	Ruim	440.000,00	30/11/2014	440.000,00	0,00	
158431	9433000195007	Uso em Serviço Público	Bom	1.285.420,84	30/11/2014	9.259.920,24	0,00	235.047,15
158431	9433000385000	Uso em Serviço Público	Novo	1.659.911,00	30/11/2014	19.972.304,71	0,00	
158432	9395000035003	Uso em Serviço Público	Muito Bom	1.262.178,81	30/11/2014	25.187.888,65	0,00	207.136,40
158433	9425000275000	Uso em Serviço Público	Bom	500.000,00	30/11/2014	23.136.826,53	0,00	112.000,00
158434	9633000225006	Uso em Serviço Público	Bom	150.000,00	30/11/2014	2.380.510,59	0,00	
158434	9633000245007	Uso em Serviço Público	Bom	1.150.000,00	30/11/2014	11.530.794,74	0,00	92.631,10
158522	9221000655001	Uso em Serviço Público	Novo	100.000,00	30/11/2014	22.063.953,17	0,00	132.640,30
158523	9361002595001	Uso em Serviço Público	Novo	50.000,00	30/11/2014	16.764.007,32	0,00	167.509,30

158524	9445000245008	Uso em Serviço Público	Novo	337.270,50	30/11/2014	23.015.181,11	0,00	19.999,38
158610	9227000305000	Uso em Serviço Público	Novo	290.341,05	30/11/2014	27.128.486,20	0,00	167.114,46
158611	9377000465000	Uso em Serviço Público	Bom	214.000,00	30/11/2014	2.852.130,68	0,00	94.741,00
Total							-	3.467.223,36

Fonte: Sistema SPIUNET.

Cessão de espaço físico em imóvel da União

Não há espaço físico sob a responsabilidade do IFG que esteja cedido a terceiros.

8.2.3 Bens Imóveis locados a terceiros

O IFG não possui bens imóveis locados a terceiros

9. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

9.1 Gestão da Tecnologia da Informação

Este item foi dividido em 03 subitens: Relação dos Sistemas e suas funções; Necessidades de novos sistemas informatizados ou funcionalidades; e Relação dos contratos na área de Tecnologia da Informação.

Relação dos Sistemas e suas funções

<i>Seq.</i>	<i>Sistemas</i>	<i>Função</i>
<i>Sistemas Proprietários</i>		
1	Microsoft Exchange	É uma solução de correio eletrônico que pode ser acessado por um cliente de e-mail como o Microsoft Outlook ou Mozilla Thunderbird ou através de sua versão online Outlook Web App. Sua interface web é acessada através do endereço https://correio.ifg.edu.br .
2	Q-Acadêmico	Sistema de Gestão Acadêmica integrada, foi projetado para administrar os mais diversos setores e departamentos das instituições de ensino. Pode controlar os campi de forma centralizada, com controles individuais para cada unidade e suas gerências de ensino. O Q-Acadêmico possui também o módulo Web, onde os alunos podem consultar seu boletim, histórico, horário individual, suas matrizes curriculares, o conteúdo programático das disciplinas, informações como ofertas de estágio, <i>download</i> de materiais de aula disponibilizados pelos professores, solicitar alteração de dados cadastrais, responder questionários, fazer pedido de matrícula, entre outras facilidades.
3	Sophia – Sistema de Biblioteca	Sistema de gestão de bibliotecas.
<i>Desenvolvidos pelo IFG e Instituições Parceiras</i>		
4	Sistema de Concursos e Processos Seletivos	Software desenvolvido para gerenciar os processos seletivos e concursos realizados no IFG.
5	Sistema de Almoxarifado e Patrimônio	Este sistema permite realizar lançamentos (cadastros, alteração, entrada, saída, relatórios) dos materiais de consumo e o controle patrimonial do IFG
6	Visão IFG	<i>Software</i> que possibilita a visualização de relatórios acadêmicos.
7	Programa de Emissão de Certificados do ENEM	<i>Software</i> para emissão de certificados do ENEM.
8	SUAP (Sistema Unificado de Administração Pública)	Módulo do Sistema SUAP (Sistema Unificado de Gestão Pública), atualmente estão implantados os módulos de Tramitação de Processos e Recursos Humanos.
9	Conferência WEB (RNP)	O Conferência Web é um serviço de comunicação e colaboração que promove encontros virtuais entre dois ou mais participantes. O serviço possibilita que, mesmo distantes geograficamente, os participantes compartilhem áudio, vídeo, texto, imagens, quadro branco e a tela de seus computadores.

10	Comunidade Acadêmica Federada (CAFe) - RNP	A CAFe propicia acesso aos usuários a diferentes serviços da rede utilizando o <i>login</i> e senha da instituição de origem. Benefícios: acesso rápido a inúmeros conteúdos, facilidade de uso, integração da base de dados, integração internacional, intercâmbio de informações, agilidade na pesquisa e na troca de informações, mobilidade e segurança, simplificação do processo de autenticação.
11	Infraestrutura de Chaves Públicas para Ensino e Pesquisa (ICPEdu) - RNP	Consiste na implantação de uma estrutura para criação de certificados digitais e chaves de segurança aplicados em autenticação, assinatura digital e sigilo dentro do ambiente das Instituições Federais de Ensino Superior, Unidades de Pesquisa e demais instituições de ensino.
12	EDUROAM (<i>Education Roaming</i>) - RNP	É um serviço de acesso sem fio seguro, desenvolvido para a comunidade internacional de educação e pesquisa. A iniciativa permite que os estudantes, os pesquisadores e as equipes das instituições participantes obtenham conectividade à internet, através de conexão sem fio (wi-fi), dentro de seus campi e em qualquer localidade que ofereça esta facilidade como provedora de serviço.
13	VIDEOAULA@RNP	Sistema integrado para elaboração, armazenamento e disponibilização de vídeo-aulas.
14	Dreamspark	É um programa da Microsoft que oferece <i>software</i> , para <i>download</i> gratuito a estudantes de nível superior. Ele é utilizado para efeitos de aprendizagem, ensino e investigação. O tipo de acesso para o aluno é individual, sendo necessário criar uma conta de aluno. É realizada uma verificação do status de aluno na primeira vez em que é realizada a visita ao DreamSpark e uma vez por ano depois disso.
15	Portal de Periódicos da CAPES	Serviço oferecido pela CAPES que disponibiliza pesquisas e consultas à sua fonte de artigos e dissertações, além de vídeos, mapas e diversos tipos de conteúdos.
16	Softwares Autodesk	A Autodesk disponibiliza para instituições de ensino, licenças dos <i>softwares</i> para utilização em ambientes de ensino. Vários laboratórios do IFG já utilizam <i>softwares</i> da Autodesk por meio desse serviço.
Software Livre		
17	Joomla	Sistema de Administração de Conteúdos (CMS – <i>Content Manager System</i>) que permite a publicação on-line de informações em sites na Internet ou Intranet.
18	Plataforma Moodle	A Plataforma Moodle (<i>Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment</i>) é um software livre de apoio à aprendizagem, executado em um ambiente virtual. Trata-se de uma plataforma <i>e-Learning</i> para gestão de conteúdos formativos.
19	Wordpress	Usado para a criação de sites sob o domínio ifg.edu.br, com a intenção de padronizar todas as páginas institucionais de eventos do IFG.
20	Ferramenta de Pesquisa LimeSurvey	Serviço utilizado para aplicação de questionários e pesquisas online.

21	GLPI – Service Desk	Sistema para gerenciar chamados para atendimentos relacionados a serviços e equipamentos de informática. Possibilita a implantação de uma Central de Serviços, Gerenciamento do Conhecimento, Gestão de Ativos entre outros.
22	Redmine – Gerência de Projetos	Tem o objetivo de auxiliar no gerenciamento de projetos do IFG.
23	DokuWiki	Este <i>software</i> colaborativo permite a edição coletiva dos documentos usando um sistema que não necessita que o conteúdo seja revisto antes da sua publicação. Usado para mapear os procedimentos dos setores.
24	CACTI	Cacti é uma ferramenta <i>software</i> livre administrativa de rede, que recolhe e exibe informações sobre o estado de uma rede de computadores através de gráficos. Permitindo o monitoramento e gerenciamento de redes simples até redes complexas, com centenas de dispositivos.
25	Openfire	Sistema de mensagens instantâneas para facilitar a comunicação interna.
Sistemas do Governo		
26	SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal)	Consiste no principal instrumento utilizado para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Governo Federal.
27	SIAPE (Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos)	O SIAPENet foi implantado como sítio oficial das informações do SIAPE (Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos). O SIAPENet torna disponível aos servidores, de forma ágil e transparente, as suas informações pessoais, funcionais e financeiras.
28	Comprasnet	É o sistema eletrônico de compras governamentais utilizado na Administração Pública Federal. O SIASG integra o portal de compras “comprasnet” (SIASG-Comprasnet)
29	SIGEPPE (Sistema de Gestão de Pessoas)	É um sistema para a gestão dos servidores do governo federal. Fornece dados como: contracheque, dados cadastrais, férias, dados financeiros, consignações, saúde do servidor e manual.
30	SISU (Sistema de Seleção Unificada)	O Sisu é o sistema informatizado do Ministério da Educação por meio do qual instituições públicas de ensino superior oferecem vagas a candidatos participantes do Enem.
31	SISTEC	Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
32	EDUCACENSO	O Educacenso é uma radiografia detalhada do sistema educacional brasileiro. A ferramenta permite obter dados individualizados de cada estudante, professor, turma e escola do país, tanto das redes públicas (federal, estaduais e municipais) quanto da rede privada.
33	SCDP	Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
34	SIMEC	Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle

Necessidades de novos sistemas informatizados ou funcionalidades

Prioridade	Requisitante	Demanda			Data da Requisição	Situação
		Título	Justificativa	Medidas Programadas		
1º	CS - Comunicação Social	Novo Portal IFG	Análise e definição de solução para implantação do novo Portal do IFG	Definição de plano de ação junto a comissão designada para implantação	2013/2	Executando plano de ação
2º	Coordenação de Bibliotecas	SOPHIA	Aquisição e Implantação do sistema Sophia	Foi realizado projeto para aquisição, migração de dados dos sistemas atuais, treinamento e demais fases de implantação	2012/1	Foi feita homologação da base de dados, o sistema entrará em produção em março/15
3º	Diretoria Acadêmica	Sistema de Gestão da PROEN	Sistema que integre com o Q-Academico e permita controle de informações da PROEN.	Aguardando realização de acordo com o IFCE, detentor do código fonte, para o IFG participar de forma colaborativa da evolução do software	2014/2	Aguardando acordo de cooperação e disponibilização do código fonte
4º	DDRH - Diretoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos	Progressão Funcional de TAEs e Docentes	Solução para avaliação de desempenho e controle de progressões de TAEs e Docentes	O sistema está sendo desenvolvido no projeto Fábrica de Software, localizado no câmpus Inhumas	2014/1	Em fase de análise e projeto
5º	DDRH - Diretoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos	Sistema de Ponto	Implantação do Módulo de Ponto Eletrônico do SUAP	O sistema foi alterado e novas funcionalidades foram implementadas, conforme solicitado pelo demandante. Foram realizados os testes, encontra-se disponível para definição de estratégias de implantação.	2013/1	Em fase de implantação

6º	Diretoria de Extensão	Sistema de Restaurante	Sistema para controle das bolsas/entrada aos restaurantes universitários	Verificando se o módulo do sistema SUAP atende o requisitante ou se será necessário desenvolvimento	2014/2	Análise da requisição
Prioridade	Requisitante	Demanda			Data da Requisição	Situação
		Título	Justificativa	Medidas Programadas		
7º	Diretoria de RH	Sistema para Gerenciamento do Processo de Remoção	Sistema para gerenciar os processos de remoção do DDRH.	Desenvolvimento e Implantação	2014/1	Aguardando disponibilidade de Pessoal
8º	DAA - Diretoria de Administração Acadêmica e Diretoria de Extensão	SUAP - Assistência Estudantil	Implantação do Módulo de Assistência Estudantil do SUAP e Questionário Sócio-Econômico	O requisitante está testando o sistema para verificar se as funcionalidades atendem	2013/2	Análise das funcionalidades do sistema
9º	Pró-Reitoria	Acompanhamento de Indicadores de Desempenho	Monitoramento de Indicadores de Desempenho através de Dashboard	Será verificado se é necessário desenvolvimento ou implantação e customização de solução livre	2014/1	Aguardando disponibilidade de Pessoal
10º	Centro de Seleção	Sistema de Concursos	Disponibilizar um Analista para documentar o Sistema, a fim de ampliar o suporte ao usuário	Será realizada engenharia reversa documentando o sistema e preparando mais um analista para dar suporte	2014/1	Aguardando disponibilidade de Pessoal
11º	DTI - Diretoria de Tecnologia da Informação	Service Desk - GLPI	Implantação do Módulo de Abertura e Acompanhamento de Chamados	Foi realizada implantação do módulo Service Desk na reitoria e no campus Luziânia. Em planejamento para implantação nos demais campus.	2014/1	Em fase de planejamento
12º	Pró-Reitoria	Plano de Trabalho Docente	Planejamento e Avaliação do Plano de Trabalho Docente	Demanda está sendo encaminhada para desenvolvimento no projeto Fábrica de Software	2014/1	Em planejamento para iniciar pela Fábrica de Software

13º	Centro de Seleção	Controle horas trabalhadas nos processos seletivos	Implantação da funcionalidade de controle de horas trabalhadas do SUAP	O sistema foi disponibilizado para o requisitante verificar se as funcionalidades atendem	2013/2	O requisitante está analisando as funcionalidades do sistema
Prioridade	Requisitante	Demanda			Data da Requisição	Situação
		Título	Justificativa	Medidas Programadas		
14º	CITE - Centro de Inovação Tecnológica	Projeto de Pesquisa	Solução para controle dos projetos de pesquisa do IFG	Foi feita análise do sistema pela analista lotada no setor do requisitante, será disponibilizado outro analista para trabalhar no projeto	2014/2	Aguardando disponibilidade de Pessoal
15º	PROEX	Portal do Egresso	Grupo de trabalho para desenvolvimento do Portal do Egresso	Foi designada comissão para implantação do portal	2014/2	Em fase de testes e implantação
16º	Diretoria de Execução Financeira e Contábil	SUAP - Almoarifado e Patrimônio	Implantação dos Módulos de Almoarifado e Patrimônio do SUAP	Definido sistema a ser implantado, aguardando disponibilidade de pessoal para realizar análise para migração de dados do sistema atual	2012/2	Aguardando disponibilidade de Pessoal
17º	DAA - Diretoria de Administração Acadêmica	Consulta pública de autenticidade de Diplomas e Certificados do ENEM	Desenvolver sistema que permita a consulta pública de Diplomas e Certificados emitidos pelo IFG	Esta funcionalidade está prevista para o módulo acadêmico do SUAP em 2016. Para o Enem, cursos superiores e outros.	2014/1	Aguardando entrega do módulo
18º	Diretoria de Extensão	SUAP - Projeto de Extensão	Implantação do Módulo de Projetos de Extensão do SUAP	O sistema foi disponibilizado para o requisitante verificar se as funcionalidades atendem	2014/1	Aguardando disponibilidade de Pessoal

19º	Coordenação de laboratórios, recursos didáticos	Gerenciamento de recursos e reservas	Sistema para controle de reservas de equipamentos e laboratórios	Será analisado o sistema desenvolvido pela Fábrica de Software e o sistema open source Booked	2014/2	Aguardando disponibilidade de Pessoal
-----	---	--------------------------------------	--	---	--------	---------------------------------------

O Quadro A.9.1 – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014 foi inserido no ANEXO 7, de acordo com as orientações previstas na DN 134/2013.

10. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

10.1 Gestão do uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental

Quadro A.10.1 – Aspectos da Gestão Ambiental

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis	Avaliação	
	Sim	Não
Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?		x
Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	x	
As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?		x
A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.		x
A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?		
O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		
O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		
Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual o plano pode ser acessado.		
Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		
Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual os resultados podem ser acessados.		
Considerações Gerais		
A separação de resíduos que trata o item 02 ocorre apenas nos Câmpus onde a prefeitura municipal possui serviço de coleta seletiva.		

Fonte: PRODI/IFG

11. ATENDIMENTO À DEMANDA DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

11.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

Neste item a informação foi estruturada em dois demonstrativos, sendo o primeiro relacionado com as deliberações do TCU atendidas pela UJ no exercício de referência do relatório de gestão, enquanto o segundo refere-se às deliberações que permaneceram pendentes de atendimento até o final do exercício de referência do relatório de gestão.

11.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no exercício

Quadro A.11.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás					451
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	015.036/2011-1	2315/2012 – TCU - Plenário	9.9	DE	Ofício nº 1143/2012-TCU/SECEX-RN
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás					451
Descrição da Deliberação:					
9.9 Determinar aos IFAC, IFAL, IFAM, IFDF, IFES, IFGO, IFGoiano, IFMT, IFMG, IFNorte de Minas, IFSudeste de Minas, IFSul de Minas, IFTriângulo Mineiro, IFPA, IFPB, IFPE, IFSertão Pernambuco, IFPI, IFRJ, IFRN, IFRio Grandense, IFFarroupilha, IFRS, IFCatarinense, IFSC, Cefet/MG, Cefet/Celso Suckow da Fonseca/RJ, Núcleo Avançado São João da Barra/RJ e Núcleo Avançado Valença/RJ que:					
9.9.1 Apurem, em relação a seus servidores ativos e inativos, inclusive de seus câmpus:					
(a) eventual acumulação indevida de cargo público;					
(b) percepção indevida de acréscimo remuneratório por servidores submetidos ao regime de dedicação exclusiva; e					
(c) descumprimento da carga horária, tanto por aqueles submetidos ao regime de dedicação exclusiva quanto por aqueles submetidos a 40 horas semanais, sem dedicação exclusiva;					
9.9.2 Verifiquem, para os servidores que possuem jornada total semanal superior a 60 (sessenta) horas semanais, a compatibilidade de horários e a ocorrência de prejuízo às atividades exercidas em cada um dos cargos acumulados pelos servidores, aplicando, ainda, se cabível, o previsto no art. 133 da Lei nº 8.112/1990;					
9.9.2.1 Fundamentem devidamente a decisão, na hipótese de se concluir pela licitude da acumulação, com a anexação, no respectivo processo, da competente documentação comprobatória e com a indicação expressa do responsável pela medida adotada;					
9.9.3 Promovam, caso confirmem a ocorrência das irregularidades, as medidas preconizadas na Lei nº 8.112/90;					
9.9.4 Informem, na prestação de contas ordinárias de 2012 ou no relatório de gestão, as medidas adotadas e os resultados obtidos para cada determinação expedida nesse subitem.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Pró- Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODI)					105182
Síntese da Providência Adotada:					
O Instituto Federal Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás solicitou à Superintendência do Ministério do Trabalho e Emprego em Goiás a liberação de senha de acesso à RAIS, o que possibilitaria o cruzamento dos dados dos servidores deste Instituto referente ao acúmulo de cargos e às cargas horárias superiores a 60 horas semanais, entretanto houve a					

negativa do MTE no fornecimento da senha. Posteriormente, o Ministério enviou à Chefia da AUDIN uma relação contendo os nomes dos servidores do IFG com outros vínculos em 2012.

Considerando o arquivo de Cruzamento RAIS 2012 – MTE de todos os servidores técnico-administrativos e docentes do IFG, foi realizado um levantamento das possíveis acumulações de cargos e, em 11.02.2014, teve início o encaminhamento de Memorandos solicitando justificativas e documentos comprobatórios para os casos em que houve vínculo sincrônico. No mês de setembro/2014, foram notificados os servidores submetidos ao regime de dedicação exclusiva do IFG que, no fechamento do Censo da Educação Superior de 2013, apresentavam vínculos com outras Instituições de Ensino Superior.

Síntese dos Resultados Obtidos:

Vários servidores notificados responderam ao IFG, informando que os vínculos registrados na RAIS e no Censo da Educação Superior estavam desatualizados, sendo que, neste caso, os servidores apresentaram documentos que comprovavam a ruptura dos vínculos que os deixavam em situação irregular.

Outros servidores que apresentavam acumulação indevida de cargos optaram por se desvincular dos outros órgãos em que apresentavam vínculos, e apresentar o Termo de Opção de Cargo Efetivo, informando ao IFG a ruptura do vínculo a partir da notificação.

Os servidores que não responderam à notificação foram novamente notificados em 2015, sendo que lhes foi dado o prazo de 30 dias para apresentar resposta formal ao IFG.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

A não liberação da senha de acesso a RAIS, pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), foi um fator de dificuldade relevante, entretanto não impediu o cumprimento da determinação.

Fonte: AUDIN/IFG

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás					451
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	020.520/2010-7	1.693/2011 1ª Câmara	1.7.14	RE	Ofício nº 803/2011-TCU/SECEX-GO
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás					451
Descrição da Deliberação:					
Regulamento no âmbito do IFG a concessão de bolsa de estudos e monitoria nos termos disciplinados no Manual Técnico de Orçamento MTO/2009 do Ministério do Planejamento/Portaria/SOF nº 29, de 27/06/2007.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Pró- Reitoria de Extensão (PROEX)					105179
Síntese da Providência Adotada					
O regulamento referente à concessão de bolsas de estudo e monitoria, foi elaborado pela Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) e, posteriormente, submetido à Câmara de Ensino, ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, e ao Conselho Superior.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
O regulamento referente à concessão de bolsas de estudo e monitoria, já foi aprovado pelo Conselho Superior do IFG por meio da Resolução nº 14, de 02 de junho de 2014.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve fatores negativos.					

Fonte: AUDIN/IFG

11.1.2 Deliberações do TCU não atendidas no exercício

Quadro A.11.1.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás					451
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	002.684/2012-8	2447/2013 2ª Câmara	c	DE	Ofício nº 0521/2013-TCU/SECEX-GO
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás					451
Descrição da Deliberação:					
Determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – IFG, com fundamento no art. 208, § 2º, do RI/TCU, que crie indicador que avalie a colocação ou realocação dos alunos no mercado de trabalho ao tempo de conclusão dos cursos, pois um dos objetivos basilares da política pública que ampara a Instituição é incrementar o acolhimento e o resgate social de um público historicamente posto à margem das políticas de formação para o trabalho.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Pró- Reitoria de Extensão (PROEX)					105179
Síntese da Providência Adotada					
<p>O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás reconhece a importância de formalização do indicador determinado pelo TCU e iniciou ações articuladas com todas as Pró-Reitorias no sentido de instrumentalizar e normatizar atividades que sejam legitimadas nas instâncias superiores da Instituição. No dia 4 de dezembro de 2014, a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) por meio da Diretoria de Ações Profissionais e Tecnológicas apresentou ao Colégio de Dirigentes a proposta, em desenvolvimento, do Programa de Acompanhamento de Egressos composto por três ferramentas/ações:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Política de Acompanhamento de Egressos; 2. Portal dos Egressos e Mundo do Trabalho; 3. Calendário Institucional para o Encontro dos Egressos. <p>1. A Política de Acompanhamento do Egresso consiste em um instrumento de planejamento que norteará ações capazes de promover a retroalimentação das políticas educacionais do IFG. Neste documento, serão definidas as competências e as habilidades dos egressos, a organização administrativa e as atribuições, os instrumentos de coleta de dados, a metodologia de análise e a aplicação. O questionário, instrumento de coleta de dados, conterà o cadastro do egresso, informações acadêmicas, avaliação do curso, avaliação da Instituição e avaliação da inserção do egresso no mercado de trabalho. Essa minuta está em fase de conclusão e será submetida à Câmara de Extensão para discussão e avaliação em fevereiro de 2015. A aprovação final seguirá os trâmites Institucionais obedecendo as (às) Instâncias.</p> <p>2. O Portal dos Egressos e Mundo do Trabalho será um espaço virtual de interação e socialização <i>online</i> com o objetivo de manter o vínculo entre os egressos e o IFG. No portal, serão disponibilizadas as fichas de avaliação para geração de dados e indicadores que permitirão avaliar a colocação e a recolocação dos</p>					

alunos no mercado de trabalho ao tempo da conclusão dos cursos bem como acompanhar a trajetória profissional por um determinado período após a conclusão do curso. Esse espaço virtual está em fase de construção e a previsão para o lançamento Institucional será em maio de 2015.

3. A construção do Calendário Institucional para o Encontro dos Egressos visa estimular e fomentar os câmpus do IFG para periodicamente promover encontros de egressos com o objetivo de manter a integração dos ex-alunos com a comunidade docente, discente e o mundo do trabalho. Vale ressaltar que em alguns câmpus o encontro de egressos já existe e acontece durante a Semana da Educação e Tecnologia (SECITEC/IFG).

Justificativa para o seu não cumprimento:

O IFG reconhece a importância e a necessidade de implementar instrumentos e ações que possam subsidiar a criação de indicadores consistentes e confiáveis para a avaliação permanente de colocação e realocação dos alunos no mundo do trabalho ao tempo da conclusão do curso.

O IFG está no processo de construção do Programa de Acompanhamento dos Egressos que se baseia principalmente na estruturação do Portal do Egresso e Mundo do Trabalho.

Nessa perspectiva, buscam-se alternativas que possam atender as prerrogativas de funcionamento de um Portal que efetivamente cumpra o papel ao qual foi proposto.

Diante do quadro, o IFG intensifica esforços para sobrepor os obstáculos apresentados e se empenha no sentido de atender à determinação feita.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Limitação técnica pela não adequação do Q-Acadêmico para a geração de dados na formação dos indicadores.

Fonte: AUDIN/IFG

11.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)

11.2.1 Recomendações do OCI atendidas no exercício

Quadro A.11.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás			451
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Auditoria Anual de Contas nº 201305868	2.1.1.1 Constatação	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás			451
Descrição da Deliberação:			
Recomendamos que a Unidade conclua o processo de discussão e votação dos regulamentos relativos à concessão de bolsa de estudo e monitoria com a maior brevidade possível, em atendimento à determinação do Acórdão TCU nº 1693/2011 - 1ª Câmara.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró- Reitoria de Extensão - PROEX			105179
Síntese da providência adotada:			
O regulamento referente à concessão de bolsas de estudo e monitoria, foi elaborado pela Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) e, posteriormente, submetido à Câmara de Ensino, ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, e ao Conselho Superior.			
Síntese dos resultados obtidos			
O regulamento referente à concessão de bolsas de estudo e monitoria, já foi aprovado pelo Conselho Superior do IFG por			

meio da Resolução nº 14, de 02 de junho de 2014.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Não houve fatores negativos.

Fonte: AUDIN/IFG

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás			451
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	Auditoria Anual de Contas nº 201305868	2.1.1.1 Constatação	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás			451
Descrição da Deliberação:			
Recomendamos que a Unidade efetue o levantamento com vistas a detectar eventuais ocorrências de acumulação de cargos, de percepções indevidas relacionadas à dedicação exclusiva, e de descumprimento de carga horária, e verifique quesitos em relação a servidores com carga horária ampliada por acúmulo de cargos, em atendimento à determinação do Acórdão nº 2315/2012 - TCU Plenário.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional - PRODI			105182
Síntese da providência adotada:			
O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás solicitou ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) uma senha de acesso à RAIS. O MTE negou o pedido, contudo enviou uma listagem com os nomes dos servidores técnico-administrativos e docentes com possível acumulação de cargos. A Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODI) notificou os servidores, solicitando justificativas e documentos comprobatórios para os casos em que houve o vínculo concomitante. No mês de setembro/2014, foram notificados os servidores submetidos ao regime de dedicação exclusiva do IFG que, no fechamento do Censo da Educação Superior de 2013, apresentavam vínculos com outras Instituições de Ensino Superior.			
Síntese dos resultados obtidos			
Vários servidores que foram identificados com possível acumulação de cargos apresentaram documentação comprovando os rompimentos de vínculo com outras instituições. Os servidores que não responderam à notificação foram novamente comunicados e possuem prazo para apresentarem resposta até 31 de março de 2015.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Prejudicaram a adoção de providências a não disponibilização de senha para acesso à RAIS e a demora no recebimento dos dados relacionados ao Censo da Educação enviados pelo INEP.			

Fonte: AUDIN/IFG

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás			451
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	Auditoria Anual de Contas nº 201305868	2.2.1.1 Constatação	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás			451

Descrição da Deliberação:	
Recomendação 2: Recomendamos que a Unidade providencie a solução para as situações verificadas na Ocorrência 66, alterando a sequência de pagamento para sequência '0' - cálculo automático - para os seguintes casos: Ocorrência Matrícula CPF 66 0270941 190.***.931-** 66 0270969 282.***.741- ** 66 0048236 159.***.471-** 66 0270416 153.***.501-**	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Pró- Reitoria de Desenvolvimento Institucional - PRODI	105182
Síntese da providência adotada:	
Foram realizadas as alterações da sequência de pagamento para a sequência “0” dos servidores apontados.	
Síntese dos resultados obtidos	
Todos os servidores apontados estão na sequência “0” (cálculo automático).	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores negativos.	
Fonte: AUDIN/IFG	

11.2.2 Recomendações do OCI não atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás			451
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Auditoria Anual de Contas nº 201305868	2.2.1.1 Constatação	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás			451
Descrição da Recomendação:			
Recomendamos que a Unidade faça constar em seus normativos dispositivos assegurando a autoridade da unidade de controle interno na organização, incluindo os seguintes aspectos: - autorização para acesso irrestrito a registros, pessoal, informações e propriedades físicas relevantes para executar suas auditorias; - obrigatoriedade de os departamentos da organização apresentarem as informações solicitadas pela unidade de controle interno, de forma tempestiva e completa; - possibilidade de obter apoio necessário dos servidores das unidades submetidas à auditoria e de assistência de especialistas e profissionais, de dentro e de fora da organização, quando considerado necessário.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional - PRODI			105182
Síntese da providência adotada:			
Foi elaborada uma proposta para alteração do Regimento Interno do IFG, incluindo os itens da recomendação.			
Síntese dos resultados obtidos			
A proposta para alteração do Regimento Interno do IFG será submetida ao Conselho Superior da Instituição no exercício de 2015.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não houve fatores negativos.			
Fonte: AUDIN/IFG			

11.3 Declaração de Bens e Rendias Estabelecida na Lei 8.730/93

Quanto ao controle do acompanhamento da entrega da declaração de bens e rendias (DBR) por autoridades, servidores e empregados públicos relacionados no art. 1º da Lei nº 8.730/93, informamos que todos os servidores do IFG, obrigados pela Lei nº 8.730/93 a entregar a DBR, apresentam formulário de autorização de Acesso à Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física, conforme exigência contida no §4º do Art. 13 da Lei nº 8.249, de 1992, o acesso às declarações anuais apresentada à Secretaria da Receita Federal do Brasil, com as respectivas retificações, tendo em vista o disposto no §2º do Art. 3º do decreto nº 5.483, de 30 de Junho de 2005.

Com vistas a atender ao previsto no item 11.3.2 da Portaria TCU- 90 de 16 de abril de 2014 informamos que:

- A Diretoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos é responsável pelo recebimento e gerenciamento das DBR/Formulário de Autorização de Acesso à DBR;
- Não há sistema informatizado para este gerenciamento;
- Não há análise, pela a UJ, das DBR com o intuito do identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida;
- As DBR físicas são guardadas em envelope lacrado diante da necessidade de preservação do sigilo fiscal das informações.

11.4 Medidas adotadas em caso de dano ao erário

Segue adiante as ações realizadas em 2014 com o objetivo de fazer com que eventuais pagamentos realizados de forma equivocada sejam devolvidos ao Erário.

REPOSIÇÃO AO ERÁRIO 2014				
JANEIRO 2014				
Nº	Matrícula	Nome	Rubrica	Valor
1	270870	Carlos Alexandre Ferreira de Lima	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	574,77
2	270896	Samir Youssif Wehbi Arabi	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	986,26
3	271114	Gilda Aquino de Araujo Mendonca	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	961,94
4	271185	Carlos Alberto Vasconcelos Bezerra	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	601,99
5	1038162	Emerson Miguel da Cruz	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	512,33
6	1038162	Emerson Miguel da Cruz	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	512,33
7	1090286	Silvia Helena de Amo	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	788,16
8	1127163	Paulo Cesar Bezerra Bastos	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	952,14
9	1140959	Ezio Fernandes da Silva	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	1.368,50
10	1791070	Marco Antonio Borges Traldi	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	644,14
11	1795066	Waldir Cardoso da Silva	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	358,04
12	1929297	Divino Gabriel Lima Pinheiro	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	429,00
TOTAL MENSAL				8.689,60
FEVEREIRO 2014				
Nº	Matrícula	Nome	Rubrica	Valor
1	270870	Carlos Alexandre Ferreira de Lima	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	574,77
2	270896	Samir Youssif Wehbi Arabi	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	986,26
3	271185	Carlos Alberto Vasconcelos Bezerra	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	601,99
4	1038162	Emerson Miguel da Cruz	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	512,33

5	1038162	Emerson Miguel da Cruz	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	512,33
6	1127163	Paulo Cesar Bezerra Bastos	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	952,14
7	1140959	Ezio Fernandes da Silva	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	1.368,50
8	1791070	Marco Antonio Borges Traldi	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	22,62
9	1929297	Divino Gabriel Lima Pinheiro	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	428,24
TOTAL MENSAL				5.959,18
MARÇO 2014				
Nº	Matrícula	Nome	Rubrica	Valor
1	270870	Carlos Alexandre Ferreira de Lima	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	598,18
2	270896	Samir Youssif Wehbi Arabi	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	1.021,88
3	271185	Carlos Alberto Vasconcelos Bezerra	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	624,16
4	1038162	Emerson Miguel da Cruz	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	533,16
5	1038162	Emerson Miguel da Cruz	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	533,16
6	1127163	Paulo Cesar Bezerra Bastos	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	985,85
7	1140959	Ezio Fernandes da Silva	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	1.490,08
8	1929297	Divino Gabriel Lima Pinheiro	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	477,92
TOTAL MENSAL				6.264,39
ABRIL 2014				
Nº	Matrícula	Nome	Rubrica	Valor
1	270870	Carlos Alexandre Ferreira de Lima	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	598,18
2	270896	Samir Youssif Wehbi Arabi	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	1021,88
3	271185	Carlos Alberto Vasconcelos Bezerra	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	624,16
4	1038162	Emerson Miguel da Cruz	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	533,16
5	1038162	Emerson Miguel da Cruz	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	533,16
6	1127163	Paulo Cesar Bezerra Bastos	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	985,85
7	1140959	Ezio Fernandes da Silva	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	1490,08
8	1929297	Divino Gabriel Lima Pinheiro	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	478,21
TOTAL MENSAL				6.264,68
MAIO 2014				
Nº	Matrícula	Nome	Rubrica	Valor
1	270870	Carlos Alexandre Ferreira de Lima	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	598,18
2	270896	Samir Youssif Wehbi Arabi	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	1021,88
3	271185	Carlos Alberto Vasconcelos Bezerra	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	624,16
4	1038162	Emerson Miguel da Cruz	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	533,16
5	1038162	Emerson Miguel da Cruz	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	533,16
6	1127163	Paulo Cesar Bezerra Bastos	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	985,85
7	1140959	Ezio Fernandes da Silva	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	1490,08
8	1929297	Divino Gabriel Lima Pinheiro	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	477,07
TOTAL MENSAL				6.263,54
JUNHO 2014				
Nº	Matrícula	Nome	Rubrica	Valor
1	270870	Carlos Alexandre Ferreira de Lima	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	598,18
2	270896	Samir Youssif Wehbi Arabi	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	1021,88
3	271185	Carlos Alberto Vasconcelos Bezerra	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	624,16
4	1038162	Emerson Miguel da Cruz	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	533,16
5	1038162	Emerson Miguel da Cruz	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	533,16
6	1127163	Paulo Cesar Bezerra Bastos	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	985,85
7	1140959	Ezio Fernandes da Silva	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	1490,08
8	1929297	Divino Gabriel Lima Pinheiro	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	477,07
TOTAL MENSAL				6.263,54
JULHO 2014				
Nº	Matrícula	Nome	Rubrica	Valor
1	270870	Carlos Alexandre Ferreira de Lima	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	598,18

2	270896	Samir Youssif Wehbi Arabi	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	1021,88
3	271185	Carlos Alberto Vasconcelos Bezerra	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	624,16
4	1038162	Emerson Miguel da Cruz	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	533,16
5	1038162	Emerson Miguel da Cruz	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	533,16
6	1127163	Paulo Cesar Bezerra Bastos	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	985,85
7	1140959	Ezio Fernandes da Silva	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	1490,08
8	1929297	Divino Gabriel Lima Pinheiro	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	477,07
TOTAL MENSAL				6.263,54
AGOSTO 2014				
Nº	Matrícula	Nome	Rubrica	Valor
1	270870	Carlos Alexandre Ferreira de Lima	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	598,18
2	270896	Samir Youssif Wehbi Arabi	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	1021,88
3	271185	Carlos Alberto Vasconcelos Bezerra	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	624,16
4	1038162	Emerson Miguel da Cruz	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	533,16
5	1127163	Paulo Cesar Bezerra Bastos	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	985,85
6	1140959	Ezio Fernandes da Silva	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	1490,08
7	1929297	Divino Gabriel Lima Pinheiro	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	478,21
6	2093839	Islara Floriana Mendes	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	301,75
TOTAL MENSAL MENSAL				6.033,27
SETEMBRO 2014				
Nº	Matrícula	Nome	Rubrica	Valor
1	270870	Carlos Alexandre Ferreira de Lima	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	598,18
2	270896	Samir Youssif Wehbi Arabi	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	1021,88
3	271185	Carlos Alberto Vasconcelos Bezerra	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	624,16
4	1038162	Emerson Miguel da Cruz	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	533,16
5	1127163	Paulo Cesar Bezerra Bastos	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	985,85
6	1140959	Ezio Fernandes da Silva	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	1490,08
7	1929297	Divino Gabriel Lima Pinheiro	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	478,21
8	2093839	Islara Floriana Mendes	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	301,75
9	2129723	Catarina Percinio Moreira da Silva	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	196,66
TOTAL MENSAL				6.229,93
OUTUBRO 2014				
Nº	Matrícula	Nome	Rubrica	Valor
1	270870	Carlos Alexandre Ferreira de Lima	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	598,18
2	270896	Samir Youssif Wehbi Arabi	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	1021,88
3	271185	Carlos Alberto Vasconcelos Bezerra	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	624,16
4	1038162	Emerson Miguel da Cruz	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	533,16
5	1127163	Paulo Cesar Bezerra Bastos	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	985,85
6	1140959	Ezio Fernandes da Silva	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	1490,08
7	1929297	Divino Gabriel Lima Pinheiro	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	479,34
8	2093839	Islara Floriana Mendes	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	301,75
9	2129723	Catarina Percinio Moreira da Silva	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	196,66
TOTAL MENSAL				6.231,06
NOVEMBRO 2014				
Nº	Matrícula	Nome	Rubrica	Valor
1	270870	Carlos Alexandre Ferreira de Lima	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	598,18
2	270896	Samir Youssif Wehbi Arabi	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	1021,88
3	271185	Carlos Alberto Vasconcelos Bezerra	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	156,28
4	1038162	Emerson Miguel da Cruz	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	533,16
5	1127163	Paulo Cesar Bezerra Bastos	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	985,85
6	1140959	Ezio Fernandes da Silva	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	1490,08
7	1929297	Divino Gabriel Lima Pinheiro	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	488,82
8	2093839	Islara Floriana Mendes	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	301,75

9	2129723	Catarina Percinio Moreira da Silva	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	239,47
TOTAL MENSAL				5.815,47
DEZEMBO 2014				
Nº	Matrícula	Nome	Rubrica	Valor
1	270870	Carlos Alexandre Ferreira de Lima	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	598,18
2	270896	Samir Youssif Wehbi Arabi	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	1034,44
3	1038162	Emerson Miguel da Cruz	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	542,53
4	1127163	Paulo Cesar Bezerra Bastos	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	997,73
5	1140959	Ezio Fernandes da Silva	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	1544,32
6	1929297	Divino Gabriel Lima Pinheiro	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	72,3
7	2093839	Islara Floriana Mendes	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	301,75
8	2129723	Catarina Percinio Moreira da Silva	REP.ERARIO L.8112/90-10486/02	239,47
TOTAL MENSAL				5.330,72
TOTAL GERAL				69.345,38

Fonte: PRODI/IFG

11.5 Alimentação SIASG E SICONV

Quadro A.11.5 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, **UBALDO ELEUTÉRIO DA SILVA**, CPF nº 101.118.718-32, **Pró-Reitor de Administração**, exercido no **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece a LDO 2014 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Goiânia, 20 de março de 2015.

Ubaldo Eleutério da Silva
CPF nº 101.118.718-32
Pró-Reitor de Administração

12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

12.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

A Unidade Jurisdicionada ainda não está aplicando os dispositivos contidos nessas normas, por falta de um sistema patrimonial informatizado.

Os trabalhos da Diretoria de Tecnologia da Informação do Instituto Federal de Goiás continuam, no sentido de ampliar o Sistema Unificado de Administração Pública – SUAP, o qual fornecerá mecanismos para o processo contábil da depreciação, da amortização e da exaustão dos bens patrimoniais da Unidade. Por enquanto, os módulos que estão em funcionamento são o de Recursos Humanos e Protocolo, que está dentro da Administração.

12.2 Apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas

O Instituto Federal de Goiás não possui uma estrutura padronizada para oferecer as informações solicitadas. Sendo assim, os únicos custos (gastos) que a Instituição levanta são os que estão previstos no Acórdão TCU n.º 2.267/2005, mais precisamente os seguintes:

- Gastos Correntes por Aluno
- Percentual de Gastos com Pessoal
- Percentual de Gastos com outros Custeios
- Percentual de Gastos com Investimentos

Existem outros índices previstos no PDI 2012-2016, porém ainda não foram implantados em sua totalidade e não há como mensurar os resultados obtidos. Está em fase de estudos e de análise a possibilidade de implantação de um sistema de custos no âmbito da Instituição com objetivo de mensurar com segurança os gastos com os serviços prestados pelo IFG, relacionados as despesas, as quais serão de grande importância no desenvolvimento das atividades administrativas e pedagógicas do IFG, tendo uma maior eficiência e eficácia na realização da despesa pública.

A expectativa é que, para o exercício de 2015, esse projeto de levantamento de custos já possam ser incluídas no relatório que será apresentado em 2016.

12.3 Conformidade Contábil

A Diretoria de Contabilidade analisa diariamente os documentos contábeis e efetua mensalmente o registro da conformidade contábil da Reitoria e dos Câmpus. A execução das tarefas ficam a cargo dos contadores de cada câmpus, observando a segregação de função no processo de registro da conformidade.

A ocorrência não sanada até o final do exercício de referência do relatório de gestão é a falta do processo contábil da depreciação, da amortização e da exaustão dos bens patrimoniais da unidade. Conforme descrito no item 12.1, estamos aguardando a implantação de um sistema patrimonial informatizado.

12.4 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

A Declaração do Contador responsável por UJ que apresenta Relatório de Gestão para dar cumprimento a normativo do TCU, no caso de declaração plena, incluirá a denominação completa da UJ; o código da UJ no SIAFI (UG); o texto da Declaração, de acordo com os **Quadros A.11.2.1** apresentado a seguir; local e data da elaboração da declaração; o nome completo do Contador

responsável pela UJ, bem como o respectivo nº do registro do profissional no Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

Quadro A.12.4.1 – Declaração do Contador Afirmativa da Fidedignidade das Demonstrações Contábeis

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás			158153
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2014, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Goiânia	Data	25/03/2014
Contador Responsável	Terezinha Borges de Almeida	CRC nº	6.447

Fonte: PROAD/IFG

12.5 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008

Não se aplica a esta UJ, uma vez que os registros contábeis são realizados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

12.6 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976

Não se aplica a esta UJ uma vez que os registros contábeis são realizados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

12.7 Composição Acionária das Empresas Estatais

Não se aplica a esta UJ .

12.8 Relatório de Auditoria Independente

Não se aplica ao IFG.

13. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

13.1 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ

Conforme fora informado, o IFG informa através de sua Carta de Serviços ao Cidadão, quais os serviços prestados pela Unidade Jurisdicionada, as formas de acesso a esses serviços e os padrões de qualidade de atendimento ao público.

Seguindo o previsto no §4º do art. 11 do Decreto 6932/2009 o IFG disponibiliza link para sua Carta de Serviços ao Cidadão a partir de sua página inicial no endereço www.ifg.edu.br.

Outra informação que é importante ressaltar, trata dos modelos de avaliação do IFG pela sociedade. No Brasil, a avaliação das instituições de ensino superior e dos cursos de graduação está prevista em lei ([Lei nº 10.861](#), de 14/04/2004) e compreende a avaliação externa e interna.

A avaliação externa é feita por comissões externas de avaliação institucional e comissões externas de avaliação de cursos, designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão responsável pela operacionalização da avaliação no âmbito do SINAES.

Também faz parte da avaliação externa das instituições e cursos superiores a avaliação do desempenho dos estudantes, realizada pelo INEP, com a aplicação do Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes (ENADE).

A avaliação interna, ou autoavaliação, é uma das etapas do processo avaliativo, desenvolvida pela comunidade acadêmica de cada instituição e coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA).

Com o objetivo de medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da unidade, o IFG emprega instrumentos de avaliação para cada um dos sete públicos distintos:

- Comunidade externa;
- Servidores Técnico Administrativos;
- Gestores;
- Docentes;
- Discentes ;
- Discentes da pós Graduação;
- Discentes do ensino à distância;

Todos os formulários empegados estão à disposição da comunidade no endereço eletrônico <http://www.ifg.edu.br/cpa/questionarios>

Por fim, ressalta-se que através do portal do IFG, www.ifg.edu.br, o cidadão pode ter acesso à diversas informações úteis à sociedade, contribuindo para a transparência da gestão. Segue adiante relação dos principais *links*:

Tabela 9: Endereços Eletrônicos do IFG

Tema	Link
Auditoria Interna	http://www.ifg.edu.br/sic/index.php/auditoria
Carta de Serviços ao Cidadão	http://www.ifg.edu.br/index.php/carta-de-servicos
Comissão de Ética	http://www.ifg.edu.br/index.php/comissaoetica
Comissão Própria de Avaliação	http://www.ifg.edu.br/cpa/
Documentos Institucionais	http://www.ifg.edu.br/index.php/instituicao
Plano de Desenvolvimento Institucional	http://www.ifg.edu.br/index.php/pdii
Prestação de contas	http://www.ifg.edu.br/proad/index.php/prestacao
Relatórios de Gestão	http://www.ifg.edu.br/proad/index.php/prestacao/158
Serviço de Informação ao Cidadão	http://www.ifg.edu.br/sic/

Fonte: DIREX/IFG

O Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) foi instituído no IFG no ano de 2012 e continua em pleno funcionamento. Conta atualmente com dois servidores e realizou no ano de 2014 um total de 1.267 atendimentos. As informações podem ser solicitadas pessoalmente (na sala do SIC que funciona no prédio da Reitoria), por telefone (62 3612-2222), por e-mail (com envio de mensagem simples ou do formulário próprio do IFG para sic@ifg.edu.br) ou pelo Sistema de Informação e-SIC – Controladoria-Geral da União.

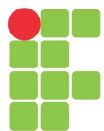
II - PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 134/2013 – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS.

Indicadores de Gestão dos IFET nos Termos do Acórdão TCU nº 2.267/2005

Quadro B.65.1 – Resultados dos Indicadores – Acórdão TCU n.º 2.267/2005

Indicadores		Fórmula de Cálculo	Exercícios				
			2014	2013	2012	2011	2010
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	Quantidade de candidatos ÷ quantidade de vagas	6,41	5,65	10,01	11,68	8,68
	Relação Ingressos/Aluno	Quantidade de alunos ingressantes ÷ quantidade total de alunos	28,33	38,21	33,05	25,82	26,46
	Relação Concluintes/Aluno	Quantidade de concluintes ÷ quantidade de alunos ingressantes	11,41	13,07	8,25	7,01	4,41
	Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes	Quantidade de alunos ÷ quantidade de ingressantes no ciclo	45,80	44,55	48,1	56,38	66,45
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar	Quantidade de retenções ÷ quantidade de alunos	40,53	24,07	27,3	39,55	16,08
	Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral	Quantidade de alunos ÷ Quantidade de docentes em Regime de Dedicção Exclusiva (RDE)	12,49	13,65	-	-	-
Administrativos	Gastos Correntes por Aluno	Total de Gastos ÷ Número matrículas	14.393,89	12.132,82	12.673,76	11.015,65	11.370,83
	Percentual de Gastos com Pessoal	(Total de Gastos com Pessoal X 100) ÷ Gastos Totais	69,01	64,3	56,91	61,1	65,38
	Percentual de Gastos com outros Custeios	(Total de Gastos com Outros Custeios X 100) ÷ Gastos Totais	20,97	20,46	15,19	11,34	9,99
	Percentual de Gastos com Investimentos	(Total de Gastos com Despesas de Investimentos (LOA + Movimentações) X 100) ÷ Gastos Totais	10,09	12,44	25,25	23,4	20,2
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação do Corpo Docente	ITCD = (Gx1 + Ax2 + Ex3 + Mx4 + Dx5) ÷ Qtde total de docentes <i>G/A/E/M/D - Número de professores com titulação máxima graduação, aperfeiçoamento, especialização, mestrado, doutorado.</i>	3,95	-	-	-	-

Fonte: PROEN/IFG



Análise dos Resultados dos Indicadores acadêmicos da UJ

Os indicadores apresentados a seguir foram analisados pela Diretoria de Administração Acadêmica e Procuradoria Educacional Institucional, segundo a legislação vigente e tomando como base as informações constantes no SISTEC – Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica. Diante disso, passa-se a apresentar os indicadores calculados diretamente da planilha de dados SISTEC extraída em 06/03/2015, enviada pela “Equipe Indicadores de Gestão do MEC”. Em seguida faz-se uma análise com relação aos indicadores obtidos em anos anteriores.

Conceitos

Ingressantes: todos os alunos que possuem o mês de ocorrência da matrícula entre janeiro e dezembro de 2014.

Matrículas Atendidas: todos os alunos que estão com status EM CURSO ou que tiveram alteração de status com mês de referência no intervalo entre janeiro e dezembro de 2014, ou seja, todos os alunos que estiveram matriculados em 2014, independentemente da sua situação atual.

Concluídos: todos os alunos com status CONCLUÍDO que tiveram sua alteração para um esse status com mês de referência entre janeiro e dezembro de 2014. Essa fórmula nos leva aos alunos que mudaram para o status de CONCLUÍDOS dentro do período de interesse do indicador.

Integralizados Fase Escolar: todos os alunos com status INTEGRALIZADO FASE ESCOLAR que tiveram sua alteração para um esse status com mês de referência entre janeiro e dezembro de 2014. Essa fórmula nos leva aos alunos que mudaram para o status de INTEGRALIZADO FASE ESCOLAR dentro do período de interesse do indicador.

Evadidos, Desligados e Transferidos Externos: todos os alunos com status EVADIDO, DESLIGADO OU TRANSFERIDO EXTERNO que tiveram sua alteração para um esse status com mês de referência entre janeiro e dezembro de 2014. Essa fórmula nos leva aos alunos que mudaram para os status de EVADIDO, DESLIGADO OU TRANSFERIDO EXTERNO dentro do período de interesse do indicador.

Retidos: todos os alunos que estão com status EM CURSO e mais os alunos com status diferente de EM CURSO que tiveram sua última alteração realizada em mês de referência posterior à data prevista para o fim do ciclo. Essa fórmula nos permite selecionar todos os alunos que mudaram para um status de finalizado (com ou sem sucesso) após a data prevista para o fim do ciclo, dentro do período de interesse do indicador e os alunos que ainda permanecem EM CURSO, mesmo o ciclo tendo encerrado.

Concluente: Situação igual a “CONCLUÍDO” ou “INTEGRALIZADO FASE ESCOLAR”.

Situação Final: Aluno com situação diferente de “EM CURSO”, ou seja, a situação é de “CONCLUINTE” ou “DESLIGADO” ou “EVADIDO” ou “TRANSFERIDO EXTERNO”.

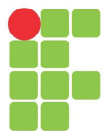


Tabela 10: Resumo dos Indicadores

Indicadores	Fórmula de Cálculo	Exercício				
		2014	2013	2012	2011	2010
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	6,41	5,65	10,01	11,68	8,68
	Relação Ingressos/Aluno	28,33	38,21	33,05	25,82	26,46
	Relação Concluintes/Aluno	11,41	13,07	8,25	7,01	4,41
	Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes	45,80	44,55	48,1	56,38	66,45
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar	40,53	24,07	27,3	39,55	16,08
	Relação de Alunos/Docentes em Tempo Integral	12,49	13,65	-	-	-
Socioeconômico	Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar	432	198	-	-	-

Fonte: PROEN-PRODI/IFG

Indicador 1 – Relação Candidato por Vaga

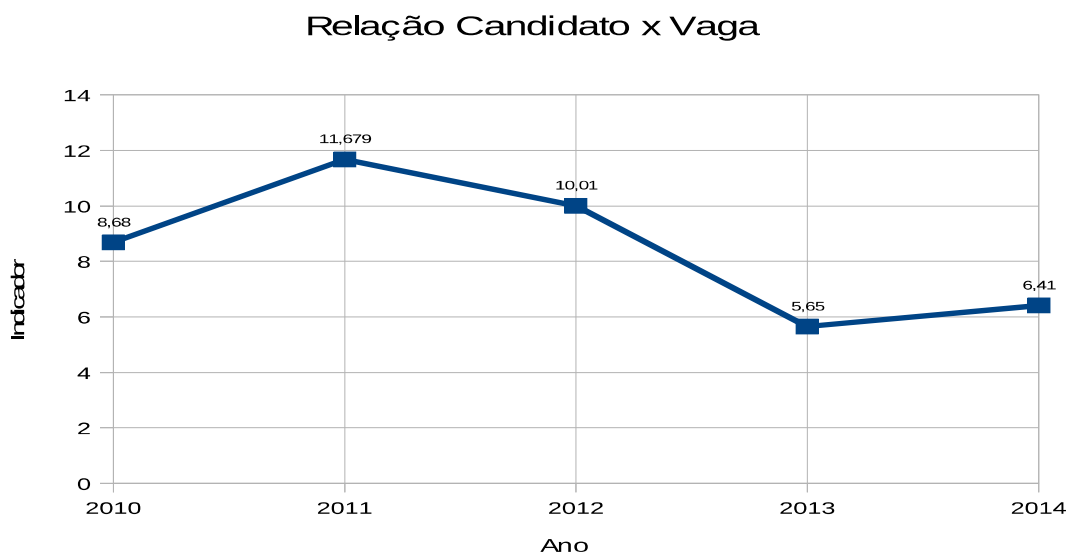
Conforme apresentado na Tabela 10, este indicador evidencia a relação entre o número de candidatos inscritos e o número de vagas ofertadas durante o ano de 2014. O resultado do indicador será o quociente da divisão entre ambos os somatórios.

Equação Básica:

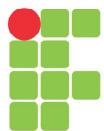
$$\text{relação candidato / vaga} = \frac{\text{inscrições}}{\text{vagas ofertadas}}$$

OBSERVAÇÃO: O cálculo leva em consideração todos os candidatos que buscaram a vaga ofertada, por quaisquer formas monitoradas pela instituição.

Figura 10: Relação Candidato por Vaga



Fonte: PROEN.



Análise Crítica

O indicador Relação Candidato x Vaga para o IFG, conforme apresentado na Tabela 11, foi de 6,41. Este indicador apresentou em 2013 uma importante queda comparando com o ano de 2012, uma vez que em 2013 os cursos EaD passaram a compor os cálculos dos indicadores no relatório de gestão e a procura dos cursos EaD ficou abaixo do esperado. Os alunos de EaD da Rede e-Tec Brasil que constavam na análise do ano de 2013 não fizeram parte do cálculo dos Indicadores de Gestão do ano de 2014, uma vez que esses alunos pertencem a uma ação específica do Pronatec, com financiamento próprio.

Considerando a queda do indicador no ano de 2014 em comparação como o ano de 2013, justifica-se pela baixa procura dos cursos FIC (Formação Inicial e Continuada) e Pós-Graduação, com menos de 1,5 candidato por vaga. Da mesma forma, os cursos EJA e Subsequente (presenciais) possuem baixa procura.

Com relação aos cursos superiores, onde estudantes concorrem às vagas do IFG, sendo 80% delas através de processo seletivo próprio e 20% por meio do SiSU (Sistema de Seleção Unificada) a procura também tem suas discrepâncias com relação a sua modalidade de oferta. Os cursos de bacharelados e tecnologias possuem concorrência 137,28% maior que os cursos de licenciaturas. A concorrência dos cursos de licenciatura também contribui para queda do indicador. A tabela a seguir apresenta o indicador Candidato x Vaga por modalidade no ano de 2014.

Tabela 11: Candidato X Vaga por Modalidade em 2014

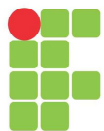
CÂMPUS	TOTAL
Bacharelado e Tecnologia	16,23
Licenciatura	6,84
Técnico Integrado	4,36
Técnico Subsequente	2,92
Técnico Integrado - EJA	2,18
FIC	1,08
Pós-Graduação	1,49

Fonte: PROEN/IFG

A Tabela 1 do Anexo I apresenta o cálculo da relação Candidato x Vaga no período de 2010 até 2014, para todos os Câmpus.

Indicador 2 – Relação Ingressos por Aluno

Este indicador permite que se calcule, para um determinado período, a relação entre as matrículas ingressantes e o total de matrículas atendidas no mesmo período, conforme apresentado na Tabela 1. Para o cálculo é considerado no numerador o somatório de todas as matrículas registradas pela primeira vez na situação ativa ("Em Curso") no período (considerando as inclusões de cada mês de ocorrência do período). Já no denominador deve ser considerado o total de matrículas em curso considerando o último mês de ocorrência consolidado, tomando como referência a data final do período informado, correspondendo também ao total da soma dos diversos status do aluno no período considerado.

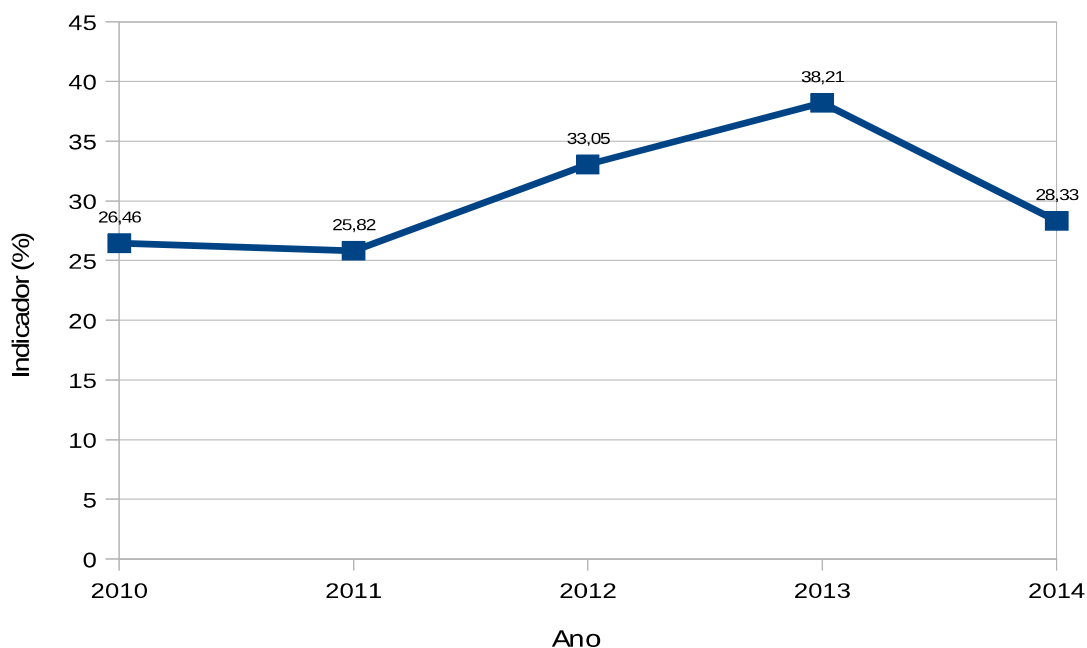


Equação Básica:

$$\text{Relação} = \frac{\sum N^{\circ} \text{ de ingressos ocorridos em 2014} \times 100}{\text{Alunos Matriculados}}$$

Figura 11: Relação Ingresso/Aluno

Relação de Ingresso/Aluno



Fonte: PROEN/IFG

Análise Crítica

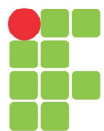
Através desse indicador é possível analisar a capacidade da oferta de vagas da Instituição. Observa-se que o indicador decresce à medida que o câmpus avança com a formação dos ciclos completos de seus cursos e o valor tende a se estabilizar evidenciando a sua real capacidade de ofertas. Este valor também é influenciado em razão de alteração da oferta de vagas.

O indicador em 2014 teve uma queda devido à diminuição de ingressantes que foi ocasionada pela redução da oferta de vagas no ano de 2014, uma vez que os alunos de EaD da Rede e-Tec Brasil que constavam na análise do ano de 2013 não fizeram parte do cálculo dos Indicadores de Gestão do ano de 2014, uma vez que esses alunos pertencem a uma ação específica do Pronatec, com financiamento próprio. A redução pode ser observada na Tabela 3:

Tabela 12: Redução do Número de Vagas Ofertadas

Ano	Vagas Ofertadas
2013	7424
2014	4000
Diferença	3424

Fonte: PROEN/IFG



Na Tabela 4, sem considerar cursos na modalidade EaD, podemos observar que o indicador no ano de 2014 teve um decréscimo exclusivamente devido à diminuição do número de ingressantes em 2014.

Tabela 13: Percentual de ocupação em 2014

Modalidade	2013 (extração dos dados em 03/02/2014)			2014 (extração dos dados em 06/03/2015)		
	Vagas	Ingressantes	% de ocupação	Vagas	Ingressantes	% de ocupação
FIC	859	747	86,96	575	436	75,83
Pós-Graduação	0	0	0%	125	95	76,00
Bacharelado, Licenciaturas e Técnicos Presenciais	2940	2763	93,98	3300	2934	88,91

Fonte: PROEN/IFG

A Tabela 2 do Anexo I apresenta o cálculo da relação de Ingresso por Aluno no período de 2010 até 2014, para todos os Câmpus.

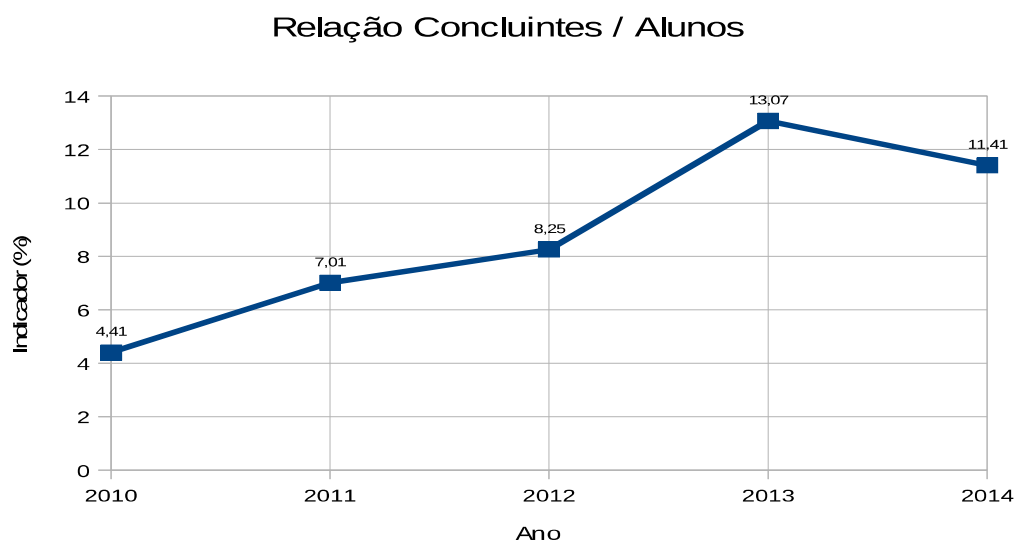
Indicador 3 – Relação de Concluintes por Alunos

A relação de concluintes por aluno permite que se calcule, para um determinado período, a relação entre as matrículas registradas no SISTEC com a situação “CONCLUÍDA / INTEGRALIZAR FASE ESCOLAR” e o total de matriculados no mesmo período.

Equação Básica:

$$\text{Relação} = \frac{\sum N^{\circ} \text{ de concluintes ocorridos em } 2014 \times 100}{\text{Alunos Matriculados}}$$

Figura 12: Relação Concluintes/Alunos



Fonte: PROEN/IFG

Análise Crítica

Através desse indicador torna-se possível analisar a taxa de concluintes sobre o número total de matrículas.

Em 2012, o valor do indicador seria maior se não houvesse o movimento de paralisação que provocou o término do ano letivo para o início do ano de 2013. Com isto, muitas situações de matrículas de concluintes do ano de 2012 foram registradas em 2013, o que acarretou no elevado número do indicador no ano 2013.

Uma constatação é que a tendência do indicador é de crescimento, visto que o IFG possui grande parte dos seus alunos na fase intermediária dos seus cursos e, à medida que parte destes alunos alcance a situação de concluído, o indicador aumentará.

No entanto, devido ao movimento de greve em 2014, as atividades referentes ao Calendário Acadêmico do ano letivo de 2014 dos Câmpus Goiânia e Formosa serão finalizadas em 28/02/2015. Atualmente, o Câmpus Goiânia possui 4.508 alunos e o Câmpus Formosa possui 719 alunos, representando 49,85% dos discentes de todo o IFG (ver Tabela 6 do Anexo).

Isto interfere drasticamente no indicador, uma vez que todo este percentual de alunos (49,85%) não terão suas situações acadêmicas finais atualizadas no SISTEC, dentro do prazo de extração da última planilha de Indicadores do SISTEC, prevista para 27/02/2015.

A Tabela 3 do Anexo I apresenta o cálculo da relação de Concluintes por Aluno no período de 2010 até 2014, para todos os Câmpus.

Indicador 4 – Índice de Eficiência Acadêmica

O índice de eficiência acadêmica permite que se calcule o percentual de conclusão dos alunos (matrículas), nos cursos com previsão de término compreendido no período de análise.

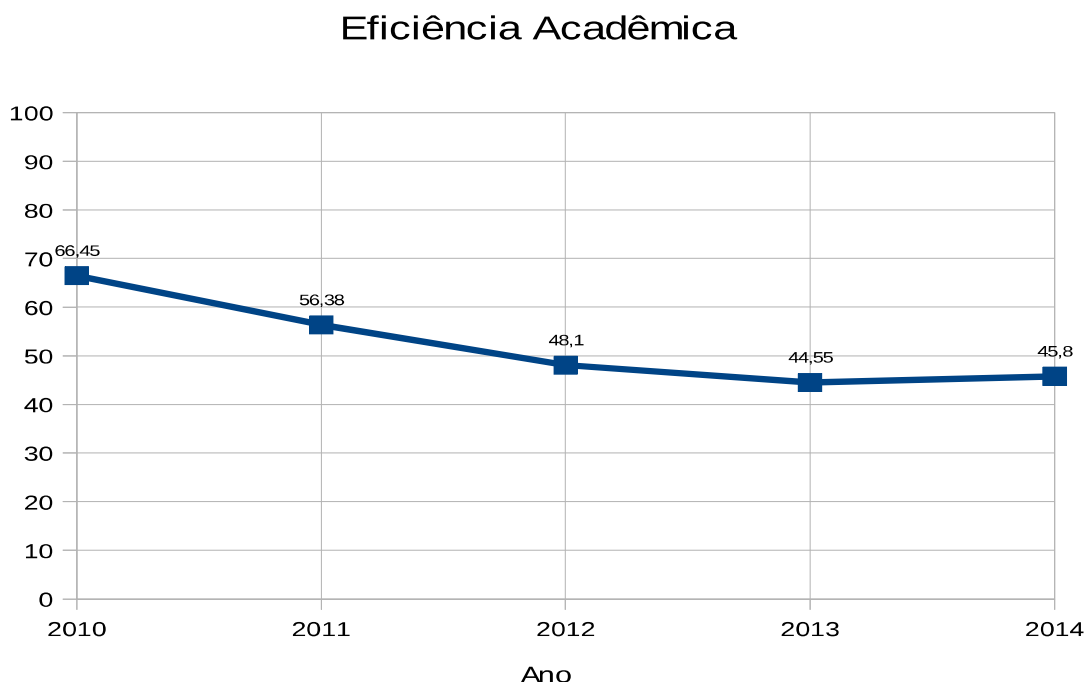
Para efeito de cálculo do índice no SISTEC, são inicialmente selecionados todos os ciclos de matrícula que possuem data final prevista para o ano de 2014 – período de análise. Em seguida, são totalizadas as matrículas que possuem situação final em cada ciclo de matrícula, quantificando cada situação final individualmente.

A geração do indicador se dá através da formação do numerador, composto pelo total de concluintes (situação final igual a concluído e integralizado) em 2014 e que pertençam a ciclos com previsão de término acima do ano de 2013, e da formação do denominador composto pelos alunos dos ciclos selecionados com situação final definida, isto é situação de “EVADIDOS”, “DESLIGADOS” ou “CONCLUÍDOS”, “INTEGRALIZADOS” e “TRANSFERIDOS EXTERNOS”. A Eficiência Acadêmica do IFG em 2014 foi de 45,8%. A Figura 5 mostra este indicador nos últimos cinco anos.

Equação Básica:

$$\text{Relação} = \frac{\sum \text{N}^\circ \text{ de concluintes ocorridos em 2014 [dentro de ciclo com término em 2014]} \times 100}{\text{Alunos com Situação Final}}$$

Figura 13: Eficiência acadêmica na relação concluintes/ingressos em período equivalente



Fonte: PROEN/IFG

Análise Crítica

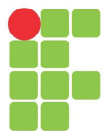
Através deste indicador, é possível verificar se a instituição obteve uma relação eficiente entre o número de concluintes com ciclo finalizado em 2014 e o número de alunos em situação final (concluído, integralizado fase escolar, evadido, desligado ou transferido). O grande número de alunos com situação final sem êxito acadêmico (evadido, desligado ou transferido) contribui para o baixo valor do indicador. Alguns dos motivos para as situações finais sem êxito acadêmico são enumeradas abaixo:

1. Alguns alunos do ensino técnico integrado, tendo em vista que podem ter o certificado, via ENEM, do Ensino Médio, não concluem o curso afetando diretamente o indicador em questão;
2. Vulnerabilidade social dos estudantes que necessitam trabalhar;
3. Os movimentos grevistas instalados na instituição acabam prorrogando o ano letivo. Muitos alunos, principalmente do ensino técnico integrado ao ensino médio, solicitam transferência para outras instituições para terminarem o ano acadêmico dentro ano civil e, conseqüentemente, estarem aptos ao ingresso no ensino superior;
4. Também devido ao movimento grevista, a conclusão do curso com êxito tende a não ocorrer dentro das datas de término do ciclo cadastradas no SISTEC.

A Tabela 4 do Anexo I apresenta o cálculo da Eficiência Acadêmica no período de 2010 até 2014, para todos os Câmpus.

Indicador 5 – Índice de Retenção do Fluxo Escolar

Este indicador é calculado para matrículas que permanecem ativas (situação “em curso”) mesmo após a data prevista para o término do curso (data final do ciclo de matrícula), ou que a sua



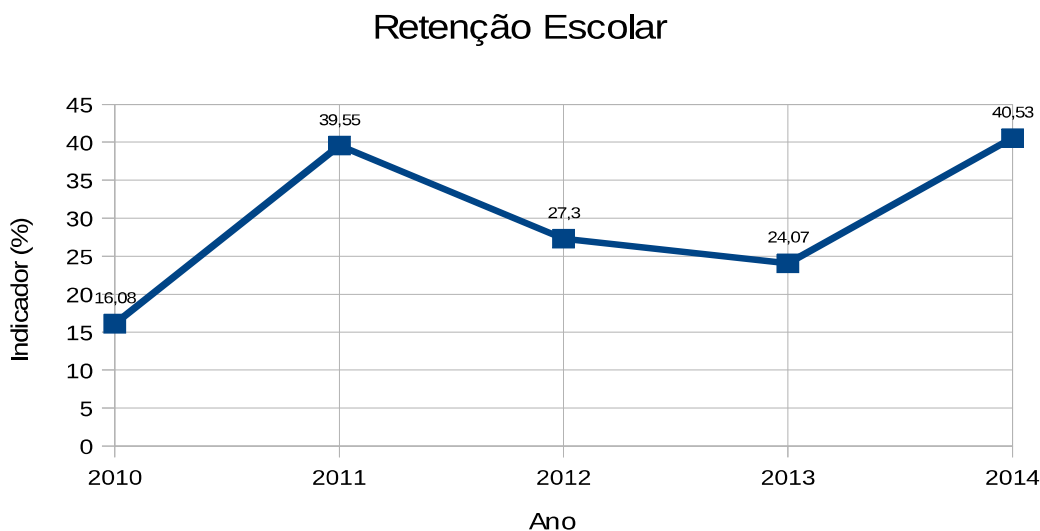
conclusão no curso (situação final da matrícula, nos casos de conclusão, integralização de fase escolar ou demais situações finais), ocorram em período (mês de ocorrência) superior a data final prevista para o curso (ciclo de matrícula).

O cálculo do indicador para o ano de 2014 procedeu com a seleção de todos os ciclos de matrículas de cursos com data prevista de término entre janeiro de 2014 e dezembro de 2014. Em cada ciclo foi contabilizados o total de matrículas em situação EM CURSO, compondo assim o numerador. O denominador foi composto por todas as matrículas registradas nos ciclos de matrícula considerados. Para o cálculo deste Indicador (Retenção) os ciclos selecionados foram aqueles com término em 2014.

Equação básica:

$$\text{Relação} = \frac{\text{Número Total de Retidos}}{\text{Número Total Matriculados}}$$

Figura 14: Evolução do índice de retenção do fluxo escolar



Fonte: PROEN/IFG

Análise Crítica

Entendemos que a elevação da retenção escolar também está atrelada ao movimento de greve, uma vez que as atividades referentes ao Calendário Acadêmico do ano letivo de 2014 dos Câmpus Goiânia e Formosa serão finalizadas em 28/02/2015. Atualmente, o Câmpus Goiânia possui 4.508 alunos e o Câmpus Formosa possui 719 alunos, representando 49,85% dos discentes de todo o IFG (ver Tabela 6 do Anexo).

Acreditamos que após a atualização das situações finais dos estudantes destes câmpus no SISTEC, o indicador tenderá a valores próximos aos anos anteriores.

Salientamos que, mesmo com reprovações, o aluno tem o direito de continuar frequentando o curso, ultrapassando o tempo de conclusão do curso dentro do seu ciclo. A Tabela 5 do Anexo I

apresenta o cálculo do índice de retenção do fluxo escolar no período de 2010 até 2014, para todos os Câmpus.

Indicador 6 – Relação Alunos/Docentes em tempo Integral

Este indicador é calculado pelo total de matriculados pelo total de docentes, considerando o peso devido ao regime de trabalho. O docente de regime D.E. (Dedicação Exclusiva) e o de 40 h possui peso unitário enquanto o docente de 20 h possui peso de 0,5.

Para a análise deste indicador não foram considerados os ciclos dos cursos “Não-Presenciais”, pois os docentes que atuam na Educação à Distância não pertencem ao quadro de docentes da instituição, sendo contratados mediante editais, em caráter temporário e na condição de bolsistas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) / Ministério da Educação (MEC) para atuarem nos Cursos Técnicos da Rede e-Tec Brasil.

As informações sobre o total de docentes e seus respectivos regimes de trabalho foram extraídas do sistema SUAP (Sistema Unificado de Administração Pública).

Equação Básica:

$$\text{Relação} = \frac{\text{Total de Matriculados}}{((\text{Docentes } 20h * 0,5) + \text{Docentes } 40 h + \text{Docentes DE})}$$

As seguintes tabelas foram inseridas nos Anexos 7-13 de acordo com as orientações previstas na DN 134/2013: Tabela 14: Relação Alunos/Docentes em Tempo Integral – 2014; Tabela 15: Relação Candidato/Vaga; Tabela 16: Relação Ingressos por Aluno, Tabela 17: Relação de Concluintes por Alunos ; Tabela 18: Índice de Eficiência Acadêmica ; Tabela 19: Índice histórico de retenção do fluxo escolar ; Tabela 20: Quantidade atual de alunos - em 12/02/2015.

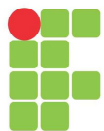
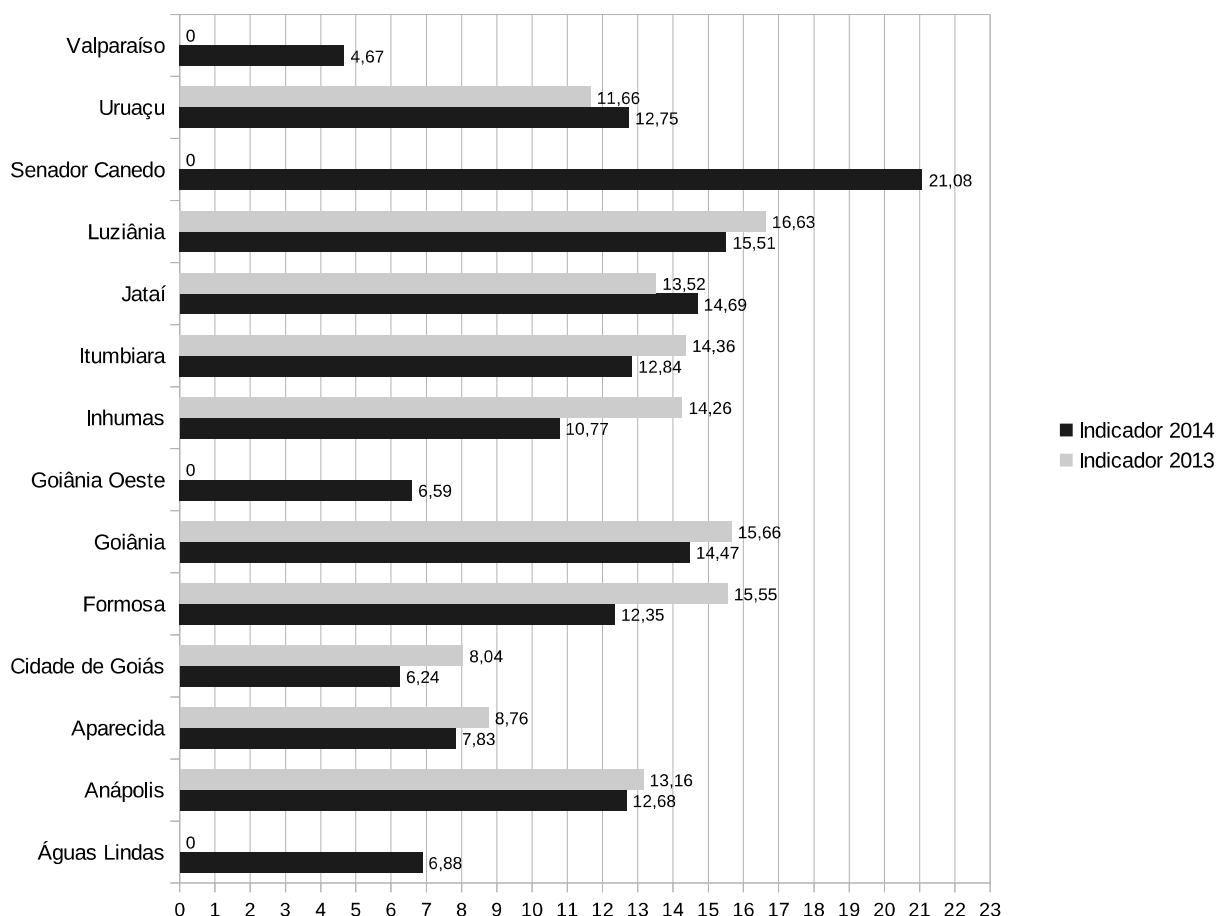


Figura 15: Relação Aluno/Doente 2013/2014



Fonte: PROEN/IFG

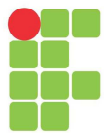
A reestruturação de ofertas de vagas na instituição aprovada pelo PDI 2012-2016 ocasionou a extinção e a criação de cursos, alteração da duração dos cursos técnicos integrados (de 4 para 3 anos, com a implantação do regime de tempo integral) e, ainda, a implantação de mais 4 novos câmpus, que ocasiona a constante alteração da carga horária dos docentes. Diante disso, a carga horária dos docentes ainda está em adequação, não sendo possível realizar uma análise clara sobre a oscilação do indicador.

Seguem adiante alguns dados citados nesta análise crítica.

Análise dos Resultados dos Indicadores de Gestão da UJ

Análise dos Resultados dos Indicadores de Gestão da UJ

O quadro B.65.1 apresenta os indicadores concernentes aos gastos por aluno, percentual de gastos com pessoal, gastos com outros custeios e gastos com investimentos. Tais dados refletem as ações do Governo Federal para o fortalecimento da educação profissional e tecnológica com vistas à acolhida e resgate de um público historicamente colocado à margem das políticas de formação para o trabalho.



Através deste mesmo quadro notamos que os gastos correntes por alunos tem aumentado progressivamente nos últimos anos no IFG. No ano de 2014, o gasto corrente por aluno foi 18,6% maior em relação ao ano de 2013, e 26,6% em relação aos gastos em 2010.

No que tange ao percentual de gastos com pessoal, este aumentou 4,7 pontos percentuais no ano de 2014 com relação ao ano de 2013, e 3,6 pontos percentuais em relação a 2010. Destaca-se que de 2010 a 2012 esse percentual estava em queda, retomando a tendência de alta em 2013, o que ilustra o aumento no número de contratações de docentes efetivos e substitutos para o início das atividades dos quatro campus criados a partir da expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

O percentual de gastos com outros custeios também acompanhou a lógica da expansão e demonstrou aumento progressivo desde o ano de 2010. De 2013 a 2014, elevou-se em 0,51 pontos percentuais; de 2010 a 2014, 10,98 pontos percentuais.

Por fim, a dinâmica da expansão da Rede Federal também mostra seus impactos no indicador de gastos com investimentos, já que por meio do quadro B.65.1 é possível notar que o 2014 foi o ano com menor percentual de gastos com investimento desde 2010, sendo estes, 2,35 e 10,11 pontos percentuais inferior aos anos de 2013 e 2010, respectivamente, uma vez que a implantação de novos câmpus do IFG foram sendo progressivamente efetivadas.

Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio

O IFG não desenvolve projetos por Fundações de Apoio nos termos da Lei 8.958/94, entretanto possui seu próprio Programa de Apoio à Produtividade à Pesquisa (ProAPP-IFG).

O Programa de Apoio à produtividade em Pesquisa do IFG (ProAPP) tem como objetivo incrementar a pesquisa científica e tecnológica no Instituto Federal de Goiás, por meio da concessão de uma bolsa individual de incentivo à Produtividade em Pesquisa aos servidores com titulação mínima de mestrado, em função do mérito da proposta apresentada.

Além disso, o ProAPP tem como meta: possibilitar o envolvimento de forma direta de estudantes no mundo da pesquisa, por meio de sua participação nas pesquisas desenvolvidas pelos servidores.

Este Programa, criado no final de 2008, teve sua implementação em 2009, com a concessão de dez bolsas de R\$ 300,00 (trezentos reais), por um período de dez meses (março a dezembro de 2009). A partir de 2010, as bolsas ProAPP passaram a ter uma vigência de doze meses. Em 2011, estas bolsas foram reajustadas para R\$ 600,00.

Em 2013, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação lançou edital para seleção de propostas, disponibilizando 20 bolsas (de 12 meses) para projetos de pesquisa das diversas áreas de conhecimento. Nesse edital, tivemos uma demanda de 24 projetos, sendo 20 selecionados para receberem bolsa. Desses 20 servidores, 18 receberam a bolsa ProAPP no período de janeiro a julho/2014, conforme demonstrado na 8. O investimento com bolsas ProAPP em 2014 foi no montante total de R\$ 70.200,00 (9).

O ProAPP em 2014 alterou sua forma de incentivo a projetos de pesquisa, implementou o cartão BB para o pesquisador, no qual o fomento será todo aplicado para o desenvolvimento do projeto e suspendeu o pagamento de bolsas ao pesquisador. Para esse novo formato de fomento a pesquisa, os projetos de pesquisa são analisados, por consultores *ad hoc*, segundo seu mérito técnico-científico, e os currículos dos pesquisadores são pontuados segundo critérios estabelecidos em edital.

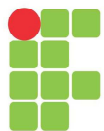


Tabela 21 - Relação de servidores contemplados com bolsa do ProAPP/IFG

Nº	Servidor	Título do Projeto	Câmpus	Período
1	Ana Carla Fernandes Gomes	Caracterização das concentrações Elementares e Morfologia na Fração Fina (PM _{2,5}) do Particulado Atmosférico em Goiânia-GO	Goiânia	08/13 a 07/14
2	Carlos Henrique Gonçalves Angelucci	Diagnóstico da educação ambiental nas escolas do município de Formosa, GO e da contribuição dos meios de comunicação de massa para esse processo educacional	Formosa	08/13 a 07/14
3	Daniella de Souza Bezerra	A formação de professores na e para a politécnica e omnilateralidade: Um olhar sobre as novas diretrizes curriculares e os projetos político-pedagógicos	Inhumas	08/13 a 01/14
4	Eider Lúcio de Oliveira	Estudo e avaliação da técnica de sensores virtuais para aplicação no controle ativo de ruído em duto com modos de alta ordem	Goiânia	08/13 a 07/14
5	Ezio Fernandes da Silva	Análise do efeito de Máquinas de Soldagem com Processo Mig pulsado sobre a Qualidade da Energia Elétrica	Goiânia	08/13 a 07/14
6	Fernando Schimidt	Desenvolvimento de um sensor multivariado para identificação de compostos orgânicos e metais	Inhumas	08/13 a 07/14
7	Gizele Geralda Pereira	A atitude dialógica na sala aula e o sentido da educação em Martin Buber: à guisa da formação do grande caráter	Goiânia	08/13 a 04/14
8	Gustavo de Assis Costa	Uma abordagem de aprendizado de máquinas para o problema de integração de dados na WEB Semântica: um estudo de caso no domínio médico	Goiânia	08/13 a 07/14
9	João Batista José Pereira	Utilização da Transformada da Incerteza na Determinação do Grau de Interferência entre sinais de Diferentes Naturezas em Sistemas de cabeamento para Transmissão de Dados	Goiânia	08/13 a 07/14
10	Leonardo Costa de Paula	Construção de uma Plataforma de força para análises Cinesiológicas	Goiânia	08/13 a 07/14
11	Lídia Milhomem	“Meu Instituto Minha Vida” dilemas com escolhas profissionais nos cursos técnicos integrados no IFG campus Goiânia	Goiânia	08/13 a 07/14
12	Marcelo Costa de Paula	Análise da confiabilidade das variáveis posturais durante a situação estática e dinâmica	Goiânia	08/13 a 07/14
13	Marcos Augusto Schlieve	Formação de Banco de Sementes Público: uma alternativa para a preservação e recuperação do Cerrado Goiano	Formosa	08/13 a 07/14
14	Omar Arafat Kdudsi Khali	Bioprospecção de Macroalgas Dulcícolas no Rio Itiquira (Formosa-GO) como Bioindicadores e Fontes de Antioxidantes	Formosa	08/13 a 07/14
15	Patrícia de Castilhos	Caracterização Bioquímica parcial da peçonha de Tityus serrulatus	Formosa	08/13 a 07/14
16	Paulo rosa da Mota	Fabricação de moldes para injeção de derivados de plástico	Goiânia	08/13 a 07/14
17	Rosana Araújo Rodrigues	Edwin Gordon e Teoria da Aprendizagem Musical	Goiânia	08/13 a 07/14
18	Simone Souza Ramalho	Investigação teórica do potencial de aplicação de sistemas orgânicos como fontes de energia renovável	Aparecida de Goiânia	08/13 a 07/14

Fonte: PROPPG/IFG

Tabela 22 – Número de bolsas e valor investido pelo Programa PROAPP/IFG

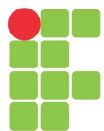
Mês	Valor (R\$)	Nº de bolsas
Janeiro	10 800,00	18
Fevereiro	10 200,00	17
Março	10 200,00	17
Abril	10 200,00	17
Mai	9 600,00	16
Junho	9 600,00	16
Julho	9 600,00	16
Total	70 200,00	117

Fonte: PROPPG/IFG

Em 2014 a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação lançou o Edital nº 006/2014-PROPPG, de 18/03/14, para seleção de propostas a serem financiadas com recursos oriundos do ProAPP/PROPPG/IFG. Este Edital previa a disponibilização de R\$ 400.000,00 para fomentar projetos de pesquisa em até R\$ 20.000,00, a serem liberados em duas parcelas (uma em 2014 e outra em 2015).

Neste Edital tivemos 47 propostas submetidas, sendo 42 recomendadas pelos avaliadores, num total de R\$ 797.599,35 solicitados. No entanto, diversos projetos de pesquisa tiveram os recursos solicitados reduzidos pelo fato de terem incluído itens de capital (equipamentos), que não estava previsto.

Depois de informado aos proponentes sobre os cortes (itens de capital) e solicitado os devidos ajustes nas planilhas de custos, o número de projetos a ser financiados reduziu-se a 37



(sendo que dois deles pelo fato de terem sido contemplados com afastamento para doutorado), com um montante total no valor de R\$ 424.054,31, que foram liberados em uma única parcela no mês de dezembro de 2014, conforme descrito na a seguir:

A Tabela 23: Relação dos projetos contemplados com fomento do ProAPP/IFG foi inserida no ANEXO 15, de acordo com as orientações previstas na DN 134/2013.

A Tabela 24 traz um resumo do quantitativo e do montante de recursos disponibilizados aos projetos de pesquisa, distribuídos por câmpus do IFG.

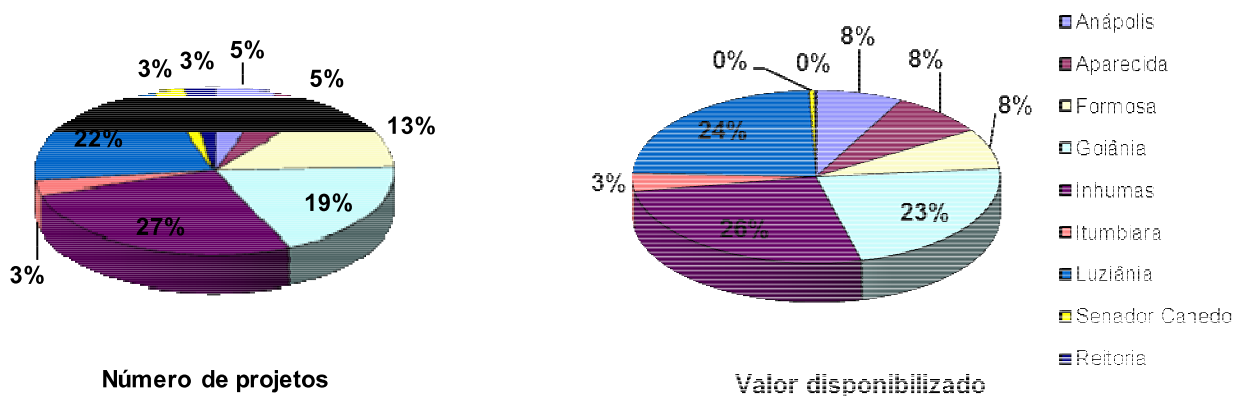
Tabela 24: Valor concedido pelo Programa PROAPP/IFG por Câmpus/IFG

Câmpus	Número de Projetos	Valor (R\$)
Anápolis	2	32.180,82
Aparecida de Goiânia	2	35.478,00
Formosa	5	32.225,52
Goiânia	7	95.434,00
Inhumas	10	110.817,77
Itumbiara	1	14.400,00
Luziânia	8	100.645,20
Senador Canedo	1	2.068,00
Reitoria	1	805,00
Total	37	424.054,31

Fonte: PROPPG/IFG

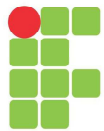
Nos gráficos expostos na Figura 6 estão apresentadas as porcentagens, por câmpus, de projetos contemplados com fomento concedido através do Programa de Apoio a Produtividade em Pesquisa (ProAPP/IFG).

Figura 16 – Porcentagem de projetos ProAPP contemplados com fomento por câmpus



Fonte: PROPPG/IFG

Além dos projetos de pesquisa submetidos ao Programa de Apoio à Produtividade em Pesquisa a Instituição mantém também um programa de cadastro de projeto de pesquisa. Ao todo, 205 projetos de pesquisa estavam sendo desenvolvidos, em 2014, por pesquisadores dos diversos câmpus do IFG, sendo que 13 deles contavam com fomento externo.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

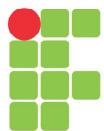
Ao fim da elaboração do relatório fica evidente que o IFG atingiu em grande parte os objetivos traçados em seu Plano de Desenvolvimento Institucional, embora precise estabelecer estruturas permanentes de análise dos objetivos/metapropostas.

A gestão do IFG tem fortalecido estas instâncias, seja através da instituição da Comissão Permanente de Avaliação – CPA, seja através da criação do Núcleo de Estatísticas e Planejamento da Pró Reitoria de Desenvolvimento Institucional.

Em 2015 o IFG começará o esforço de preparação para o desenvolvimento do Planejamento Quadrienal denominado PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional), desta forma, será possível traçar com clareza os objetivos traçados para os próximos exercícios e as principais ações para mitigar as dificuldades encontradas.

Visando a preparação do Relatório de Gestão 2015, será nomeada no segundo semestre de 2015, uma comissão que ficará responsável para, a partir do que está preconizado na DN 134/2013 e Portaria 90/2014, acompanhar a evolução de todas as informações necessárias para o correto preenchimento do Relatório de Gestão.

Neste momento em que todos os órgãos públicos percebem os efeitos dos contingenciamentos orçamentários é preciso se debruçar sobre os macroprocessos finalísticos com vistas a torná-los mais eficientes e adequados a estas restrições, sem contudo perder a qualidade do atendimento das demandas dos públicos interno e externo.

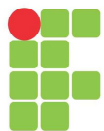


ANEXOS

ANEXO 1 – QUADRO A.2.4 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Quadro A.2.4 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dá suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X



17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	

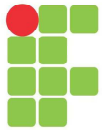
Análise Crítica: O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás reconhece a relevância de um adequado sistema dos controles internos e busca o seu aperfeiçoamento por meio da formalização de procedimentos e orientações padronizadas, com a intenção de lograr um ambiente de controle que coopera com os objetivos e metas institucionais. O IFG tem atuado potencializando a gestão administrativa, desenvolvendo e implantando políticas institucionais, criando comissões, tais como: Comissão Própria de Avaliação - CPA, Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD, Comissão de Ética, Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – CIS e Comissão Provisória de Políticas de Promoção da Igualdade Étnico-Racial - CPPIR. A maioria das assertivas sobre o sistema de controle interno classifica-se no *status* de avaliação Parcialmente Válida, indicando que a Instituição vem melhorando progressivamente seus processos, entretanto ainda há necessidade de aprimoramento desse sistema.

Tal resultado é fruto das ações que vêm sendo efetivadas pela Gestão no sentido de melhorar as formas de controle interno. Cabe destacar que o *status* de avaliação atual é resultante de avaliação que denota a percepção dos Pró-Reitores sobre os itens avaliados.

Escala de valores da Avaliação:

(1) **Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.

(2) **Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ,



porém, em sua minoria.

(3) **Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.

(4) **Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) **Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

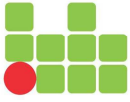
ANEXO 2 – QUADRO A.5.2.3.1 – AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DA UJ – OFSS

Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

Identificação da Ação									
Código	0181			Tipo:					
Título	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES- SERVIDORES CIVIS								
Iniciativa									
Objetivo				Código					
Programa				Código			Tipo:		
Unidade Orçamentária	26429 - Instituto Federal de Goiás								
Ação Prioritária	() Sim () Não			Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014									
Execução Orçamentária e Financeira									
Dotação		Despesa		Restos a Pagar inscritos 2014					
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados			
27.343.100,00	30.395.356,00	30.202.119,12	30.202.119,12	30.202.119,12	0,00	0,00			
Execução Física									
Descrição da meta		Unidade de medida		Montante					
				Previsto		Reprogramado		Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores									
Execução Orçamentária e Financeira		Execução Física - Metas							
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida		Realizada		
0,00	0,00	0,00	0		0		0		

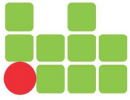
Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

Identificação da Ação		Código	20RJ	Tipo:
Título				
APOIO A CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES, PROFISSIONAIS, FUNCIONÁRIOS E GESTORES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA				
Iniciativa				
Objetivo				
Programa				
Unidade Orçamentária				
26429 - Instituto Federal de Goiás				
Ação Prioritária				
() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária 2014				
Execução Orçamentária e Financeira				
Dotação		Despesa		Restos a Pagar inscritos 2014
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga
57.300,00	57.300,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física				
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante	
			Previsto	Reprogramado
				Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores				
Execução Orçamentária e Financeira				
Execução Física - Metas				
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida
				Realizada



Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

Identificação da Ação									
Código	20RG		Tipo:						
EXPANSÃO E REESTRUTURAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA									
Iniciativa									
Objetivo									
Programa									
Unidade Orçamentária 26429 - Instituto Federal de Goiás									
Ação Prioritária () Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras									
Lei Orçamentária 2014									
Execução Orçamentária e Financeira									
Dotação		Despesa		Restos a Pagar inscritos 2014					
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados			
20.251.700,00	20.251.700,00	19.415.745,08	15.563.376,59	15.074.439,33	488.937,26	3.852.368,49			
Execução Física									
Descrição da meta									
		Unidade de medida		Montante					
				Previsto		Reprogramado		Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores									
Execução Orçamentária e Financeira									
Execução Física - Metas									
Valor em 1/1/2014		Valor Cancelado		Descrição da Meta		Unidade de medida		Realizada	
9.008.245,48		8.972.087,56		36.157,92					

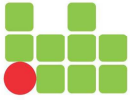


Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

Identificação da Ação									
Código	20RL			Tipo:			Tipo:		
Título	FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA								
Iniciativa									
Objetivo	Código			Código					
Programa	Código			Tipo:					
Unidade Orçamentária	26429 - Instituto Federal de Goiás								
Ação Prioritária	() Sim () Não			Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014									
Execução Orçamentária e Financeira									
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014				
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados			
52.101.419,00	52.550.182,00	46.617.718,74	32.695.600,18	32.425.319,15	270.281,03	13.922.118,56			
Execução Física									
Descrição da meta		Unidade de medida		Montante					
				Previsto		Realizado			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores									
Execução Orçamentária e Financeira									
Valor em 1/1/2014		Valor Cancelado		Descrição da Meta		Unidade de medida Realizada			
10.696.490,07		9.543.836,10		1.152.653,97					

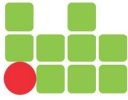
Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

Identificação da Ação									
Código	2994			Tipo:					
Título	ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA								
Iniciativa									
Objetivo		Código							
Programa		Código	Tipo:						
Unidade Orçamentária	26429 - Instituto Federal de Goiás								
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras								
Lei Orçamentária 2014									
Execução Orçamentária e Financeira									
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014				
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados			
7.357.330,00	7.357.330,00	5.734.671,12	5.734.671,12	5.716.311,12	18.360,00	0,00			
Execução Física									
Descrição da meta		Unidade de medida		Montante					
				Previsto		Reprogramado		Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores									
Execução Orçamentária e Financeira									
Execução Física - Metas									
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida		Realizada		
	0,00	0,00							



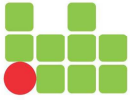
Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

Identificação da Ação									
Código	20TP			Tipo:			Tipo:		
Título	PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO								
Iniciativa									
Objetivo				Código					
Programa				Código			Tipo:		
Unidade Orçamentária	26429 - Instituto Federal de Goiás								
Ação Prioritária	() Sim () Não			Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014									
Execução Orçamentária e Financeira									
Dotação		Despesa		Restos a Pagar inscritos 2014					
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados			
114.293.944,00	148.754.064,00	148.552.039,18	148.552.039,18	148.552.039,18	0,00	0,00			
Descrição da meta									
				Unidade de medida		Montante			
						Previsão		Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores									
Execução Orçamentária e Financeira									
Valor em 1/1/2014		Valor Cancelado		Descrição da Meta		Unidade de medida		Realizada	
0,00		0,00							



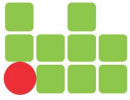
Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

Identificação da Ação		Tipo:				
2004						
ASSISTENCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES						
		Código				
		Código	Tipo:			
Unidade Orçamentária	26429 - Instituto Federal de Goiás					
() Sim () Não	Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar inscritos 2014		
Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
3.521.348,00	3.452.693,86	3.452.693,86	3.452.693,86	0,00	0,00	
Descrição da meta						
		Unidade de medida		Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida		Realizada
0,00	0,00					



Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

Identificação da Ação									
Código	4572			Tipo:			Tipo:		
Título	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO								
Iniciativa									
Objetivo				Código					
Programa				Código			Tipo:		
Unidade Orçamentária	26429 - Instituto Federal de Goiás								
Ação Prioritária	() Sim () Não			Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014									
Execução Orçamentária e Financeira									
Dotação		Despesa		Restos a Pagar inscritos 2014					
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados			
1.421.000,00	1.421.000,00	1.253.310,75	1.210.809,39	1.210.772,34	37,05	42.501,36			
Descrição da meta									
		Unidade de medida		Montante					
				Previsto		Reprogramado		Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores									
Execução Orçamentária e Financeira									
Valor em 1/1/2014		Valor Cancelado		Descrição da Meta		Unidade de medida		Realizada	
550.955,75		409.189,27							

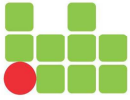


Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

Identificação da Ação													
Código		09HB			Tipo:		Tipo:						
CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS.													
Iniciativa													
Objetivo		Código			Código								
Programa		Código			Tipo:								
Unidade Orçamentária 26429 - Instituto Federal de Goiás													
Ação Prioritária () Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras													
Lei Orçamentária 2014													
Execução Orçamentária e Financeira													
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014								
Inicial		Final		Empenhada		Liquidadada		Paga		Processados		Não Processados	
22.719.863,00		27.263.908,00		27.263.908,00		27.263.908,00		27.263.908,00		0,00		0,00	
Descrição da meta													
Unidade de medida				Montante									
Previsto				Realizado									
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores													
Execução Orçamentária e Financeira													
Execução Física - Metas													
Valor em 1/1/2014		Valor Liquidado		Valor Cancelado		Descrição da Meta		Unidade de medida		Realizada			
0,00		0,00		0,00									

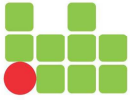
Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

Identificação da Ação									
Código	00M1			Tipo:					
Título	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS								
Iniciativa									
Objetivo		Código							
Programa		Código			Tipo:				
Unidade Orçamentária	26429 - Instituto Federal de Goiás								
Ação Prioritária	() Sim () Não		Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária 2014									
Execução Orçamentária e Financeira									
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014				
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados			
58.184,00	78.184,00	67.655,33	67.655,33	67.655,33	0,00	0,00			
Descrição da meta									
		Unidade de medida		Montante					
				Previsão		Reprogramado		Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores									
Execução Orçamentária e Financeira		Execução Física - Metas							
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida		Realizada		
	0,00	0,00							



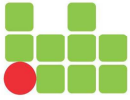
Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

Identificação da Ação									
Código	2010	Tipo:							
Título	ASSITÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES								
Iniciativa									
Objetivo		Código							
Programa		Código	Tipo:						
Unidade Orçamentária	26429 - Instituto Federal de Goiás								
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras								
Lei Orçamentária 2014									
Execução Orçamentária e Financeira									
Dotação	Despesa		Restos a Pagar inscritos 2014						
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados			
252.000,00	323.000,00	307.972,36	307.972,36	307.972,36	0,00	0,00			
Descrição da meta									
		Unidade de medida		Montante					
				Previsto		Reprogramado		Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores									
Execução Orçamentária e Financeira									
		Execução Física - Metas							
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida		Realizada		
	0,00	0,00							



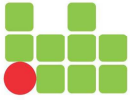
Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

Identificação da Ação									
Código	2011			Tipo:					
Título	AUXÍLIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES								
Iniciativa									
Objetivo				Código					
Programa				Código			Tipo:		
Unidade Orçamentária	26429 - Instituto Federal de Goiás								
Ação Prioritária	() Sim () Não			Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014									
Execução Orçamentária e Financeira									
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014				
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados			
1.189.716,00	1.189.716,00	1.034.980,78	1.034.980,78	1.034.980,78	0,00	0,00			
Descrição da meta									
				Unidade de medida		Montante			
						Previsão		Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores									
Execução Orçamentária e Financeira									
Valor em 1/1/2014		Valor Liquidado		Valor Cancelado		0,00		Unidade de medida	
				0,00				Realizada	



Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

Identificação da Ação									
Código	2012	Tipo:							
Título	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO DOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES								
Iniciativa									
Objetivo	Código								
Programa	Código		Tipo:						
Unidade Orçamentária	26429 - Instituto Federal de Goiás								
Ação Prioritária	() Sim () Não		Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária 2014									
Execução Orçamentária e Financeira									
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014				
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados			
7.080.000,00	8.180.000,00	8.060.592,30	8.060.592,30	8.060.592,30	0,00	0,00			
Descrição da meta									
		Unidade de medida		Montante					
				Previsto		Reprogramado		Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores									
Execução Orçamentária e Financeira									
Valor em 1/1/2014		Valor Cancelado		Descrição da Meta		Unidade de medida		Realizada	
0,00		0,00							



Quadro A.5.2.3.4 – Ações do Orçamento de Investimento

		Identificação da Ação			
Código	20RG	Tipo	ATIVIDADES		
Título	EXPANSÃO E REESTRUTURAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA				
Iniciativa	Expansão e reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, com condições de funcionamento, acessibilidade e permanência do estudante, considerando a otimização da capacidade instalada da estrutura física e dos recursos humanos e assegurando condições de inclusão e equidade.				
Iniciativa	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.		Código 0582		
Programa	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA				
Unidade Orçamentária	26429 - INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não (Art. 4º da Lei 12.919/2013)		Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Out		
Execução Financeira e Física					
Execução Orçamentária e Financeira		Execução Física - Metas			
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Unidade de med	Reprogramado	Realizado
20.251.700,00	20.251.700,00	19.415.745,08	UNID.	16	15
PROJETO VIABILIZADO					

Quadro A.5.2.3.4 – Ações do Orçamento de Investimento

Identificação da Ação						
Código	20RL	Tipo	ATIVIDADES			
Título	FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA					
Iniciativa	Expansão , reestruturação e funcionamento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, promovendo a inclusão, equidade, acessibilidade e permanência do estudante.					
Objetivo	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.		Código	0582		
Programa	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA					
Unidade Orçamentária	26429 - INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não (Art. 4º da Lei 12.919/2013)		Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras			
Execução Financeira e Física						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado
12.875.461,00	12.875.461,00	10.033.017,22	ESTUDANTE MATRICULADO	UNID.	15.000	10.324



ANEXO 3 – QUADRO A.5.4 – INDICADORES DE DESEMPENHO

Quadro A.5.4 – Indicadores de Desempenho

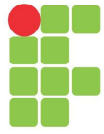
Denominação	Índice de Refer. ¹	Índice Previsto	Índice Observado	Period	Fórmula de Cálculo
% Vagas ofertadas para Cursos Técnicos %VCTec	50%	50%	55,05%	Anual	$\%VCTec = \frac{Vagas\ CTEC}{Vagas\ CTEC + Vagas\ Grad + Vagas\ Pós} \times 100$ <p><i>Vagas EM: vagas ofertadas para ensino médio (propedêutico)</i> <i>Vagas CTEC: vagas ofertadas para cursos técnicos (todas as formas e modalidades)</i> <i>Vagas Grad: vagas ofertadas para cursos de graduação (todas as formas e modalidades)</i> <i>Vagas Pos: vagas ofertadas para cursos de pós-graduação (todas as formas e modalidades)</i></p>
% Vagas ofertadas para Cursos Licenciatura %VCL	20%	20%	16,51%	Anual	$\%VCL = \frac{Vagas\ TEC + Vagas\ Grad + Vagas\ Pós}{Vagas\ CL} \times 100$ <p><i>Vagas CL: vagas ofertadas para cursos de licenciatura</i> <i>Vagas EM: vagas ofertadas para ensino médio (propedêutico)</i> <i>Vagas TEC: vagas ofertadas para cursos técnicos (todas as formas e modalidades)</i> <i>Vagas Grad: vagas ofertadas para cursos de graduação (todas as formas e modalidades)</i> <i>Vagas Pos: vagas ofertadas para cursos de pós-graduação (todas as formas e modalidades)</i></p>
Ampliação da oferta de vagas %AOV	-	-	-16,15%	Anual	$\%AOVC = 1 - \frac{Qtde\ vagas\ ofertadas\ em\ a}{Qtde\ vagas\ ofertadas\ em\ a-1} \times 100$ <p><i>Qtde vagas ofertadas em a: Quantidade de vagas oferecidas em cursos presenciais sem financiamento extraordinário no ano em curso;</i> <i>Qtde vagas ofertadas em a-1: Quantidade de vagas oferecidas em cursos presenciais sem financiamento extraordinário no ano anterior;</i></p>
Eficácia do IFG Eficácia	75%	50%	17,75%	Semestral	$EFICÁCIA = \frac{\sum EFICÁCIA\ CURSO}{\sum n}$ <p><i>∑: Soma indicador EFICÁCIA/CURSO de todos os cursos com concluintes em cursos presenciais</i> <i>n: Quantidade de cursos presenciais com alunos concluintes</i></p>
Eficiência do IFG Eficiência	75%	60%	60,17%	Semestral	$EFICIÊNCIA = \frac{\sum EFICIÊNCIA\ CURSO}{\sum n}$ <p><i>∑: Somatória do indicador EFICIÊNCIA/CURSO de todos os cursos presenciais</i> <i>n: Quantidade de cursos com alunos concluintes</i></p>

¹ Como não havia resultado da última medição, optou-se por empregar o Índice previsto no TAM- Termo de Acordos e Metas IFG/MEC.

Anexo 4 – QUADRO A.6.1.1 – Programação de Despesas

QUADRO A.6.1.1 – Programação de Despesas

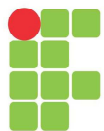
Unidade Orçamentária: Instituto Federal de Goiás		Código UO: 26429	UGO: 158153	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Correntes		
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3– Outras Despesas Correntes
DOTAÇÃO INICIAL		164.356.907,00	-	60.149.028,00
CREDITOS	Suplementares	42.056.421,00		1.989.446,00
	Especiais			
	Extraordinários			
	Créditos Cancelados			336.192,00
Outras Operações				
Dotação final 2014 (A)		206.413.328,00	-	61.802.282,00
Dotação final 2013(B)		168.782.742,00		50.736.557,00
Variação (A/B-1)*100		22,29		21,81
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Capital		9 - Reserva de Contingência
		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	



ANEXO 5 – RELAÇÃO DE VEÍCULOS DA FROTA DO IFG

RELAÇÃO DE VEÍCULOS DA FROTA DO IFG

PLACA	CIDADE DE EMBLACAMENTO	CHASSI	RENAVAM	ANO DE FABRICAÇÃO	ANO DO MODELO	COMBUSTÍVEL	FABRICANTE	MODELO
REITORIA								
NLT-7482	GOIÂNIA	9BWA952P29R931194	135391873	2009	2009	DIESEL	VOLKSWAGEN CAMINHÕES	8.150
HOE-4335	GOIÂNIA	8AFTZZFFCBJ377063	263897621	2010	2011	GAS/ALC	FORD	FOCUS
OGJ-6168	GOIÂNIA	8A1LZBW2TDL288046	481662987	2012	2013	GAS/ALC	RENAULT	FLUENCE
OGO-7159	GOIANIA	8A1LZBW2TDL395485	486808980	2012	2013	GAS/ALC	RENAULT	FLUENCE
OGJ-6248	GOIÂNIA	8A1LZBW2TDL288978	481664246	2012	2013	GAS/ALC	RENAULT	FLU/PRETO
OMS-3543	GOIANIA	WV1DB42H5DA037282	00537566295	2013	2013	DIESEL	VW	AMAROK
NLB-3962	GOIÂNIA	9BD15822A96245214	127581537	2009	2009	GAS/ALC	FIAT	UNO
JDX-0036	BRASÍLIA	9BM9580744BB814562	498965996	2011	2011	DIESEL	MERCEDES	ATEGO-1725
OMY-9381	GOIANIA	9BVT2S928DE382594	509722962	2012	2013	DIESEL	MARCOPOLO	PARADISO
OMY-9361	GOIANIA	9BVT2S921DE382601	509722474	2012	2013	DIESEL	MARCOPOLO	PARADISO
OOB-9833	GOIANIA	93PB40N31EC052483	01007478648	2014	2014	DIESEL	MARCOPOLO	VOLARE
CAMPUS ANÁPOLIS								
NLB-3952	GOIÂNIA	9BD15822A96244106	127581219	2009	2009	GAS/ALC	FIAT	UNO
OMS-3563	ANÁPOLIS	WV1DB42H9DA036331	00537566783	2013	2013	DIESEL	VW	AMAROK
NWH-1072	GOIÂNIA	93YBSR7UHB702990	283391685	2010	2011	GAS/ALC	RENAULT	SANDERO
OMP-9904	ANÁPOLIS	93PB40N31DC048259	00551211717	2013	2014	DIESEL	MARCOPOLO	VOLARE
CAMPUS FORMOSA								
NKL-3855	GOIÂNIA	93YJA17359J145640	985470577	2008	2009	GAS	RENAULT	SCENIC
OMS-3583	FORMOSA	WV1DB42H7DA036389	00537567275	2013	2013	DIESEL	VW	AMAROK
OGT-9558	GOIANIA	9BWPB45Z5C4152995	484310267	2012	2012	FLEX	VW	SPACE FOX
VEÍCULOS PESADOS								
OMO-8614	FORMOSA	93PB40N31DC048041	00550838490	2013	2014	DIESEL	MARCOPOLO	VOLARE
CAMPUS GOIÂNIA								
VEÍCULOS PESADOS								
KEC-4613	GOIÂNIA	9BWY2TJB6YRX11388	732037352	1999	2000	DIESEL	VOLKSWAGEN ÔNIBUS	COMIL VERSATILE
NFD-9459	GOIÂNIA	93PB12B3P4C010876	810863936	2003	2004	DIESEL	MARCOPOLO	VOLARE
KCS-8462	GOIÂNIA	9BSK4X2BT3466146	668498340	1996	1997	DIESEL	SCANIA ÔNIBUS	K
OMP-9954	GOIÂNIA	93PB40N31DC048189	00551212136	2013	2014	DIESEL	MARCOPOLO	VOLARE
NGR-7901	GOIÂNIA	93YCDDUH57J807179	908970323	2006	2007	DIESEL	RENAULT VANS	MASTER
ONI-7105	GOIANIA	936ZBWMMBE2121331	00568440447	2013	2014	DIESEL	PEUGEOT	BOXER
VEÍCULOS LEVES								
NKO-5385	GOIÂNIA	93YJA17359J145374	986267538	2008	2009	GAS	RENAULT	SCENIC



NFD-6864	GOIÂNIA	9BWAE03X94P004372	825687489	2004	2004	GAS	VOLKSWAGEN	SANTANA
ONA-3793	GOIANIA	8A1LZBW26EL644885	00540900150	2013	2013	GAS/ALC	RENAULT	FLUENCE

CAMPUS INHUMAS

NLB-3932	GOIÂNIA	9BD15822A96245227	127580930	2009	2009	GAS/ALC	FIAT	UNO
NWG-9662	GOIÂNIA	93YBSR7UHB703783	283393190	2010	2011	GAS/ALC	RENAULT	SANDERO
ONI-7135	INHUMAS	936ZBWMME2121234	568440927	2013	2014	DIESEL	PEUGEOT	BOXER
ONH-4793	INHUMAS	WV1DB42H7DA045299	00544601157	2013	2013	DIESEL	VW	AMAROK

VEÍCULOS PESADOS

OGV-0678	GOIANIA	93PB40N31DC043340	484588079	2012	2013	DIESEL	MARCOPOLO	VOLARE
----------	---------	-------------------	-----------	------	------	--------	-----------	--------

CAMPUS ITUMBIARA

NVV-8562	GOIÂNIA	8AFER13P8AJ314509	216398258	2010	2010	DIESEL	FORD	RANGER
ONI-7025	GOIÂNIA	936ZBWMME2121213	00568134958	2013	2014	DIESEL	PEUGEOT	BOXER
NWG-9622	GOIÂNIA	93YBSR7UHB703690	283392924	2010	2011	GAS/ALC	RENAULT	SANDERO

VEÍCULOS PESADOS

OGV-0988	GOIANIA	93PB40N31DC043277	484591002	2012	2013	DIESEL	MARCOPOLO	VOLARE
----------	---------	-------------------	-----------	------	------	--------	-----------	--------

CAMPUS JATAÍ

VEÍCULOS PESADOS

NGR-7871	GOIÂNIA	93YCDDUH57J804513	908969430	2006	2007	DIESEL	RENAULT VANS PICAPES E JIPES	MASTER
OMO-8644	JATAÍ	93PB40N31DC048028	00550840770	2013	2014	DIESEL	MARCOPOLO	VOLARE
KCU-6992	GOIÂNIA	9BSFU4X2ZT3406814	669141852	1996	1997	DIESEL	SCANIA ONIBUS	K

VEÍCULOS LEVES

NKO-5365	GOIÂNIA	93YJA17359J149708	986266523	2008	2009	GAS	RENAULT	SCENIC
NVV-8582	GOIÂNIA	8AFER13P1AJ314500	216399173	2010	2010	DIESEL	FORD	RANGER
ONA-3893	JATAÍ	8A1LZBW26EL668198	00540910244	2013	2013	GAS/ALC	RENAULT	FLUENCE

CAMPUS LUZIÂNIA

NVV-8602	GOIÂNIA	8AFER13PXA316195	216399718	2010	2010	DIESEL	FORD	RANGER
NGR-1405	GOIÂNIA	93YJA15256J733498	895127199	2006	2006	GAS/ALC	RENAULT	SCENIC
ONA-3983	LUZIÂNIA	8A1LZBW26EL644907	00540913162	2013	2013	GAS/ALC	RENAULT	FLUENCE
OGV-1268	URUAÇU	93PB40N31DC043316	484595423	2012	2013	DIESEL	MARCOPOLO	VOLARE

CAMPUS URUAÇU

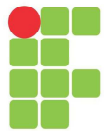
NVV-8632	GOIÂNIA	8AFER13P2AJ310259	216400864	2010	2010	DIESEL	FORD	RANGER
OMS-3643	URUAÇU	WV1DB42H5DA036407	00537569170	2013	2013	DIESEL	VW	AMAROK
NKL-3835	GOIÂNIA	93YJA17359J147209	985469374	2008	2009	GAS	RENAULT	SCENIC

VEÍCULOS PESADOS

OGV-1088	URUAÇU	93PB40N31DC043296	484592637	2012	2013	DIESEL	MARCOPOLO	VOLARE
----------	--------	-------------------	-----------	------	------	--------	-----------	--------

CAMPUS APARECIDA

NGX-9482	GOIÂNIA	9BGTR69W07B233163	913457167	2007	2007	GAS/ALC	GENERAL MOTORS	ASTRA
ONA-3933	GOIANIA	93YHSR6P5DJ695001	00540911488	2013	2013	GAS/ALC	RENAULT	DUSTER
OMP-9894	APARECIDA	93PB40N31EC048265	00551210850	2013	2014	DIESEL	MARCOPOLO	VOLARE



INSTITUTO FEDERAL
GOIÁS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
REITORIA

CAMPUS GOIÁS								
OGT-9678	GOIÂNIA	9BWPB45Z8C4147662	484311301	2012	2013	GAS/ALC	VW	SPACEFOX
ONH-4783	GOIÁS	WV1DB42HXDA045555	0544601025	2013	2013	DIESEL	VW	AMAROK
OMO-8434	GOIÁS	93PB40N31DC048030	00550836810	2013	2014	DIESEL	MARCOPOLO	VOLARE
OOB-1611	GOIÁS	9BYC75A1AC000141	00994267495	2013	2013	DIESEL	AGRALE/EUROBUS	EUROBUS

ÁGUAS LINDAS								
OMS-3673	GOIÂNIA	WV1DB42H5DA037475	00537569448	2013	2013	DIESEL	VW	AMAROK

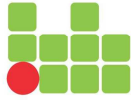
GOIÂNIA OESTE								
NFD-6884	GOIÂNIA	9BWAE03X04P004325	825688140	2004	2004	GAS	VOLKSWAGEN	SANTANA



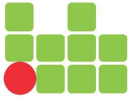
ANEXO 6 – QUADRO A.9.1 – CONTRATOS NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EM 2014

Quadro A.9.1 – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014

<i>Nº do Contrato</i>	<i>Objeto</i>	<i>Vigência</i>	<i>Fornecedores</i>		<i>Custo</i>	<i>Valores Desembolsados 2014</i>
			<i>CNPJ</i>	<i>Denominação</i>		
035/2013	Suporte Q-Acadêmico	21/06/14 – 20/06/15	00.859.695/0001-61	FRJ Informática Ltda	197.203,08	183.930,73
012/2014	Software Biblioteca – Sophia	12/03/14 – 31/12/15	69.112.514/0001-35	Primasoft Informática Ltda	65.140,00	16.050,00
017/2014	Ampliação do Datacenter	19/08/14 – 18/08/15	71.702.716/0007-74	Officer Distrib. de Prod. de Informática	100.000,00	92.200,00
039/2012	Comun. de dados – Reitoria	26/03/14 - 25/03/15	03.420.926/0001-24	Global Village Telecom Ltda – GVT	72.838,80	63.022,80
099/2012	Reprografia – Reitoria	19/11/13 – 18/11/14	04.609.360/0001-46	Digimak & Serviços Ltda	75.713,16	56.148,23
085/2012	Telefonia fixa – Reitoria	04/02/14 – 03/02/15	76.535.764/0001-43	OI S/A	16.429,58	15.890,10
010/2011	Telefonia móvel – Reitoria	21/03/14 – 20/03/15	01.685.903/0001-16	Claro	142.119,75	83.436,75
002/2012	Telefonia fixa – Câmpus Anápolis	04/01/14 – 31/12/14	76.535.764/0001-43	Oi S.A	25.020,60	6.174,81
002/2011	Reprografia – Câmpus Anápolis	01/02/14 à 31/01/15	04.609.360/0001-46	Digimak & Serviços Ltda	13.969,73	8.705,27
001/2015	Telefonia fixa – Aparecida de Goiânia	05/02/14 – 04/11/14	76.535.764/0001-43	OI S/A	79.300,62	4.914,57



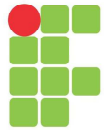
001/2013	Reprografia – Aparecida de Goiânia	09/01/14 – 08/01/15	03.793.622/0001-02	Supricopy Ltda	14.904,00	14.904,00
004/2011	Comunicação de dados – Formosa	02/08/11 a 31/12/15	76.535.764/0001-43	OI S/A	37.200,00	36.812,28
005/2012	Reprografia – Formosa	21/11/12 a 18/11/15	04.609.360/0001-46	Digimak & Serviços Ltda	20.451,00	8.521,25
004/2012	Telefonia fixa – Formosa	11/10/12 a 10/10/15	76.535.764/0001-43	OI S/A	51.506,57	22.345,21
01/2014	Telefonia fixa – Goiânia	07/02/15 a 06/02/16	76.535.764/0001-43	OI S/A	23.865,58	7.525,95
056/2012	Comun. de dados – Goiás	14/05/14 – 13/05/15	76.535.764/0001-43	OI S/A	85.541,28	78.654,69
001/2013	Reprografia – Goiás	15/01/14 – 14/01/15	03.793.622/0001-02	Supricopy Ltda	17.400,00	12.109,78
001/2015	Telefonia fixa – Goiás	02/02/14 – 01/02/15	76.535.764/0001-43	OI S/A	51.700,41	21.053,13
001/01/13	Reprografia – Inhumas	10/03/14 – 09/03/15	04.609.360/0001-46	Digimak & Serviços Ltda	24.184,50	21.084,50
001/05/12	Telefonia fixa – Inhumas	27/09/12 – 26/09/14	76.535.764/0001-43	OI S/A	46.181,92	13.706,81
001/04/14	Telefonia fixa – Inhumas	27/09/14 – 26/09/15	76.535.764/0001-43	OI S/A	53.663,72	6.808,03
001/2013	Reprografia – Jataí	02/01/14 a 31/12/14	11.381.182/0001-04	Supricopy Ltda	45.513,60	29.236,47



INSTITUTO FEDERAL
GOIÁS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
REITORIA

001/2013	Telefonia fixa – Jataí	07/01/14 a 31/12/14	76.535.764/0001-43	OI S/A	138.802,52	10.027,70
001/01/13	Reprografia – Luziânia	01/01/14 – 31/12/14	04.609.360/0001-46	Digimak e Serviços Ltda	20.688,00	20.684,38
001/05/12	Telefonia fixa – Luziânia	04/10/14 – 03/10/15	76.535.764/0001-43	OI S/A	46.221,92	28.274,77
001/2013	Reprografia – Itumbiara	02/01/14 a 01/01/15	04.609.360/0001-46	Digimak e Serviços Ltda	34.473,00	15.988,85
003/2012	Telefonia fixa – Itumbiara	10/12/14 a 09/12/14	33.350.486/0001-29	Embratel	17.914,76	17.914,76
001/2011	Reprografia – Uruaçu	03/01/14 a 02/01/15	04.609.360/0001-46	Digimak & Serviços Ltda	25.041,84	19.041,84
001/2014	Telefonia fixa – Uruaçu	27/01/14 a 26/01/15	76.535.764/0001-43	OI S/A	63.522,52	26.522,52

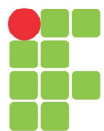


ANEXO 7 – TABELA 14: RELAÇÃO ALUNOS/DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL - 2014

Tabela 14: Relação Alunos/Docentes em Tempo Integral - 2014

Câmpus / Exercício		Matrículas	Cálculo do Indicador				Indicador 2014	Indicador 2013
			Docentes					
			20	40	DE	Total		
Anápolis	2014	970	15	7	62	84	12,68	13,16
Aparecida	2014	540	2	12	56	70	7,83	8,76
Cidade de Goiás	2014	209	1	3	30	34	6,24	8,04
Formosa	2014	852	2	10	58	70	12,35	15,55
Goiânia	2014	5.399	12	71	296	379	14,47	15,66
Inhumas	2014	770	5	11	58	74	10,77	14,26
Itumbiara	2014	865	4	3	62	69	12,91	14,36
Jataí	2014	1.359	1	13	79	93	14,69	13,52
Luziânia	2014	1.016	1	4	61	66	15,51	16,63
Uruaçu	2014	816	4	10	52	66	12,75	11,66
Águas Lindas	2014	86	1	0	12	13	6,88	-
Goiânia Oeste	2014	89	1	0	13	14	6,59	-
Valparaíso	2014	28	0	0	6	6	4,67	-
Senador Canedo	2014	253	0	2	10	12	21,08	-
REITORIA	2014	-	0	2	33	35	-	-
IFG		13.252	49	148	888	1.085	12,49	13,65

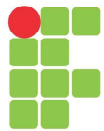
Fonte: PROEN/IFG.



ANEXO 8 – TABELA 15: RELAÇÃO CANDIDATO/VAGA

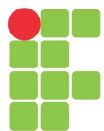
Tabela 15: Relação Candidato/Vaga

CÁLCULO DO INDICADOR				
Câmpus / Exercício		Candidatos	Vagas Ofertadas	Indicador (%)
Águas Lindas de Goiás	2014	392	90	4,36
	2010	961	330	2,91
Anápolis	2011	4.177	360	11,6
	2012	5.100	420	12,14
	2013	4.155	770	5,4
	2014	1.542	290	5,32
	2012	2.382	150	15,88
Aparecida de Goiânia	2013	1.885	1.110	1,7
	2014	1.422	260	5,47
	2012	270	180	1,5
Cidade de Goiás	2013	398	320	1,24
	2014	195	90	2,17
	2010	1.572	240	6,55
Formosa	2011	3.380	300	11,26
	2012	3373	381	8,85
	2013	4.124	440	9,37
	2014	2.148	240	8,95
	2010	20.426	1.441	14,17
Goiânia	2011	23.165	1.320	17,55
	2012	21.179	1.335	15,86
	2013	23.136	2.430	9,52
	2014	13.260	1.215	10,91
	2014	292	90	3,24
Inhumas	2010	1.515	283	5,35
	2011	1.413	270	5,23
	2012	1.668	530	3,15
	2013	1.022	614	1,66
	2014	419	150	2,79
Itumbiara	2010	995	250	3,98
	2011	2.150	270	7,96
	2012	2095	430	4,87
	2013	1.415	485	2,92
	2014	1.267	240	5,28
Jataí	2010	2.253	363	6,21
	2011	2.467	420	5,87
	2012	2.616	561	4,66
	2013	2.178	410	5,31



	2014	1.662	350	4,75
Luziânia	2010	1.024	288	3,56
	2011	2.960	330	8,97
	2012	5.037	440	11,45
	2013	1.720	490	3,51
	2014	1.284	385	3,34
Senador Canedo	2014	369	300	1,23
Uruaçu	2010	1.336	270	4,95
	2011	932	210	4,438
	2012	3.615	300	12,05
	2013	2.074	385	5,39
	2014	1.258	270	4,66
Valparaíso de Goiás	2014	123	30	4,10
TOTAL IFG	2010	30.082	3.465	8,68
	2011	40.644	3.480	11,68
	2012	47.335	4.727	10,01
	2013	42.107	7.424	5,65
	2014	25.633	4.000	6,41

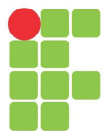
Fonte: PROEN/IFG.



ANEXO 9 – TABELA 16: RELAÇÃO INGRESSOS POR ALUNO

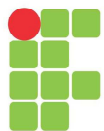
Tabela 16: Relação Ingressos por Aluno

CÁLCULO DO INDICADOR				
Câmpus / Exercício		Ingressos	Matrículas	Indicador (%)
Águas Lindas de Goiás	2014	71	86	82,56
	2010	349	439	79,50
Anápolis	2011	370	925	56,31
	2012	418	975	42,87
	2013	682	1.442	47,30
	2014	275	970	28,35
	2012	153	153	100
Aparecida de Goiânia	2013	943	1.096	86,04
	2014	223	540	41,30
	2012	165	165	100
Cidade de Goiás	2013	248	320	77,50
	2014	97	209	46,41
	2010	277	453	61,15
Formosa	2011	308	758	40,63
	2012	351	861	40,77
	2013	391	1.109	35,26
	2014	283	852	33,22
	2010	1.581	8.148	19,4
Goiânia	2011	1.409	6.476	21,76
	2012	1311	6.052	21,66
	2013	2.264	6.895	32,84
	2014	1.434	5.399	26,56
	2014	89	89	100
Goiânia Oeste	2010	280	1.098	25,5
	2011	265	1.500	17,67
	2012	515	1.591	32,37
	2013	470	1.716	27,39
	2014	114	770	14,81
Inhumas	2010	241	814	29,61
	2011	282	910	30,99
	2012	402	1.066	37,71 37,71
	2013	341	1.139	29,94
	2014	120	865	13,87
Itumbiara	2010	348	1.639	21,23
	2011	403	1.879	21,45
	2012	511	1.475	34,64
	2013	383	1.502	25,50



	2014	287	1.359	21,12
Luziânia	2010	343	498	68,88
	2011	440	998	44,09
	2012	623	1.131	55,08
	2013	627	1.400	44,79
	2014	283	1.016	27,85
Senador Canedo	2014	226	253	89,33
Uruaçu	2010	255	794	32,12
	2011	269	1.063	25,31
	2012	283	850	33,29
	2013	362	940	38,51
	2014	224	816	27,45
Valparaíso de Goiás	2014	28	28	100
TOTAL IFG	2010	3.674	13.883	26,46
	2011	3.746	14.509	25,82
	2012	4.732	14.319	33,05
	2013	6.708	17.556	38,21
	2014	3.754	13.252	28,33

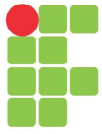
Fonte: PROEN/IFG.



ANEXO 10 – TABELA 17: RELAÇÃO DE CONCLUINTES POR ALUNOS

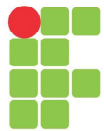
Tabela 17: Relação de Concluintes por Alunos

CÁLCULO DO INDICADOR				
Câmpus / Exercício		Concluintes	Matrículas	Indicador (%)
Águas Lindas de Goiás	2014	0	86	0
	2012	31	975	3,18
Anápolis	2013	84	1.400	7,71
	2014	86	970	8,87
	2012	0	153	0
Aparecida de Goiânia	2013	152	1.096	13,87
	2014	50	540	9,26
	2012	99	165	60
Cidade de Goiás	2013	31	320	9,69
	2014	31	209	14,83
	2012	56	861	6,5
Formosa	2013	104	1.121	9,28
	2014	45	852	5,28
	2010	515	8.148	6,32
Goiânia	2011	802	6.476	12,38
	2012	400	6.052	6,61
	2013	1.011	6.852	14,66
	2014	642	5.399	11,89
	2014	0	89	0
Goiânia Oeste	2010	28	1.098	2,55
	2011	67	1.500	4,47
	2012	70	1.591	4,4
	2013	131	1.716	7,63
	2014	171	770	22,21
Inhumas	2010	20	814	2,46
	2011	34	910	3,74
	2012	177	1.066	16,60
	2013	176	1.139	15,45
	2014	87	865	10,06
Itumbiara	2010	48	1.639	2,93
	2011	80	1.879	4,26
	2012	158	1.475	10,71
	2013	155	1.502	10,32
	2014	224	1.359	16,48
Jataí	2012	97	1.131	8,58
	2013	108	1.319	0,91
	2014	42	1.016	4,13
	2012	97	1.131	8,58
	2013	108	1.319	0,91
Luziânia	2014	42	1.016	4,13



Senador Canedo	2014	0	253	0
Uruaçu	2010	1	794	0,13
	2011	34	1.063	3,20
	2012	93	850	10,94
	2013	127	940	13,51
	2014	134	816	16,42
Valparaíso de Goiás	2014	0	28	0
TOTAL IFG	2010	612	13.883	4,41
	2011	1.017	14.509	7,01
	2012	1.181	14.319	8,25
	2013	2.295	17.556	13,07
	2014	1.512	13.252	11,41

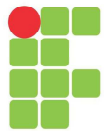
Fonte: PROEN/IFG.



ANEXO 11 – TABELA 18: ÍNDICE DE EFICIÊNCIA ACADÊMICA

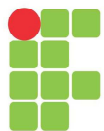
Tabela 18: Índice de Eficiência Acadêmica

CÁLCULO DO INDICADOR				
Câmpus / Exercício		Concluintes	Alunos com Situação Final	Indicador (%)
Águas Lindas de Goiás	2014	0	4	0
	2011	38	56	67,86
Anápolis	2012	31	207	15
	2013	194	450	43,11
	2014	86	261	32,95
	2013	152	228	66,67
Aparecida de Goiânia	2014	50	106	47,17
	2013	31	78	39,74
Cidade de Goiás	2014	31	78	39,74
	2011	123	163	75,46
Formosa	2012	56	209	26,8
	2013	210	433	48,50
	2014	45	125	36,00
	2010	515	656	78,75
Goiânia	2011	193	236	81,78
	2012	400	485	82,5
	2013	1.011	1.840	54,95
	2014	642	1.681	38,19
	2014	0	27	0
Goiânia Oeste	2010	28	80	35
	2011	60	166	36,14
	2012	70	141	49,6
	2013	131	581	22,55
	2014	171	352	48,58
Inhumas	2010	20	76	26,32
	2011	5	57	8,77
	2012	177	397	44,6
	2013	176	360	48,89
	2014	87	248	35,08
Itumbiara	2010	48	79	60,76
	2011	81	206	39,32
	2012	158	372	42,5
	2013	155	441	35,15
	2014	224	497	45,07
Jataí	2011	57	88	64,77
	2012	97	233	41,6
	2013	108	472	22,28
	2013	108	472	22,28



	2014	42	109	38,53
Senador Canedo	2014	0	0	0
Uruaçu	2010	1	32	3,13
	2011	0	45	0,00
	2012	93	301	30,9
	2013	127	269	47,21
	2014	134	243	55,14
Valparaíso de Goiás	2014	0	0	0
TOTAL IFG	2010	612	921	66,45
	2011	557	988	56,38
	2012	1.181	2.456	48,10
	2013	2.295	5.152	44,55
	2014	1.512	3.731	40,53

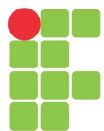
Fonte: PROEN/IFG.



ANEXO 12 – TABELA 19: ÍNDICE HISTÓRICO DE RETENÇÃO DO FLUXO ESCOLAR

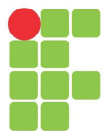
Tabela 19: Índice histórico de retenção do fluxo escolar

CÁLCULO DO INDICADOR				
Câmpus / Exercício		Retenção	Matrículas	Indicador (%)
Águas Lindas de Goiás	2014	0	86	0
Anápolis	2011	37	98	37,76
	2012	89	975	9,13
	2013	229	1.439	15,91
	2014	328	970	33,81
Aparecida de Goiânia	2012	0	153	0
	2013	0	1.096	0
	2014	86	540	16,48
Cidade de Goiás	2012	0	165	0
	2013	0	320	0
	2014	5	209	2,39
Formosa	2011	9	163	5,52
	2012	124	861	14,4
	2013	219	1.109	19,75
	2014	227	852	26,64
Goiânia	2010	1.126	8.148	13,82
	2011	439	861	50,99
	2012	2.391	6.052	39,51
	2013	2.129	6.895	30,88
	2014	2.090	5.399	38,71
Goiânia Oeste	2014	0	89	0
Inhumas	2010	285	1.098	25,96
	2011	258	450	57,33
	2012	614	1.591	38,59
	2013	584	1.716	34,03
	2014	342	770	44,42
Itumbiara	2010	181	814	22,24
	2011	37	118	31,36
	2012	173	1.066	16,23
	2013	267	1.139	23,44
	2014	380	865	43,93
Jataí	2010	286	1.639	17,45
	2011	49	278	17,63
	2012	190	1.475	12,88
	2013	367	1.502	24,43
	2014	423	1.359	31,13
Luziânia	2011	11	106	10,38



	2012	212	1.131	18,74
	2013	259	1.400	18,50
	2014	426	1.016	41,93
Senador Canedo	2014	0	253	0
Uruaçu	2010	192	794	24,18
	2011	15	88	17,05
	2012	118	850	13,88
	2013	172	940	18,30
	2014	157	816	19,24
Valparaíso de Goiás	2014	0	28	0
TOTAL IFG	2010	2.187	13.883	16,08
	2011	855	2.162	39,55
	2012	3.911	14.319	27,30
	2013	4.226	17.556	24,07
	2014	4.467	13.252	33,71

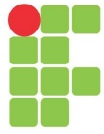
Fonte: PROEN/IFG.



ANEXO 13 – TABELA 20: QUANTIDADE ATUAL DE ALUNOS - EM 12/02/2015

Tabela 20: Quantidade atual de alunos - em 12/02/2015

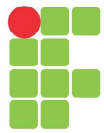
CÂMPUS	QTDE	%
Águas Lindas	143	1.36
Anápolis	756	7.21
Aparecida	505	4.82
Cidade de Goiás	194	1.85
Formosa	719	6.86
Goiânia	4508	42.99
Goiânia Oeste	94	0.90
Inhumas	496	4.73
Itumbiara	574	5.47
Jataí	850	8.11
Luziânia	724	6.90
Senador Canedo	90	0.86
Valparaíso de Goiás	746	7.11
Uruaçu	88	0.84



ANEXO 14 – TABELA 23: RELAÇÃO DOS PROJETOS CONTEMPLADOS COM FOMENTO DO PROAPP/IFG

Tabela 23: Relação dos projetos contemplados com fomento do ProAPP/IFG

Nº	TÍTULO DO PROJETO	COORDENADOR	CÂMPUS	CONCEDIDO
1	Estudo da degradação acelerada do 153ssencial Atrazina	Alan Dumont Clemente	Luziânia	19.200,00
2	O ensino em Luziânia: a organização do trabalho pedagógico e a formação do sujeito no âmbito da sociedade contemporânea	Aleir Ferraz Tenório	Luziânia	9.488,60
3	Estudo das potencialidades tecnológicas do amido de lobeira (<i>solanum lycocarpum</i>) e seus hidrolizados	Aline Mendonça Pascoal	Goiânia	3.745,00
4	Caracterização de matérias-primas para a indústria cerâmica na Região Metropolitana de Goiânia	Ana Mercedes Morales Carrera	Goiânia	10.200,00
5	Caracterização genética de isolados de <i>trichoderma</i> spp. Coletados em diferentes regiões brasileiras	Angel José Vieira Blanco	Inhumas	19.930,00
6	Automação de projetos de instalações elétricas na plataforma AutoCAD	Arquimedes Lopes da Silva	Goiânia	12.189,00
7	Implantação de uma estrutura de coleta e tratamento de águas residuais no campus Goiânia para subsidiar estudos de melhoria rendimento de conversores fotovoltaicos e termovoltáicos	Aylton José Alves	Goiânia	15.300,00
8	Avaliação toxicológica do inseticida Fipronil em minhocas (<i>Annelida</i> , <i>Oligochaeta</i>)	Carlos Henrique Gonçalves Angeluci	Formosa	2.860,00
9	Projeto de montagem de laboratório de robótica e metareciclagem educacional	Christiane Borges Santos	Luziânia	18.165,60
10	Mensuração de falhas técnicas dos profissionais da saúde por meio de software	Daniel Vitor de Lucena	Luziânia	9.820,00
11	Projetos político-pedagógicos das licenciaturas dos Institutos Federais do Estado de Goiás: o vir-a-ser de professores para a educação básica	Daniella de Souza Bezerra	Inhumas	10.074,00
12	Educação de jovens e adultos: estudo sobre as dificuldades do ensino de Química em turmas de EJA do Ensino Médio Público de Luziânia	Dayanna Pereira dos Santos	Luziânia	3.200,00
13	Síntese, avaliação e estudos conformacionais de novos compostos contra o câncer de pele	Diego Arantes Teixeira Pires	Luziânia	20.000,00
14	Produção e modificação química da sílica gel obtida de areia	Elaine Alves de Faria Braga	Ap. de Goiânia	16.991,00
15	Cultivo hidropônico de alface enriquecida com ferro para fins nutricionais	Elisangela Cardoso de Lima Borges	Inhumas	3.715,43
16	A criação de um site para divulgação da arte e da cultura em Anápolis-GO	Elza Gabriela Godinho Miranda	Anápolis	12.365,82
17	Adsorção e Fotodegradação de Corantes Alimentícios em Soluções Aquosas.	Fernando Pereira de Sá	Inhumas	9.738,34
18	Modelagem de dados ambientais	Fernando Schimidt	Inhumas	18.000,00
19	captação de água pluvial para fins não potáveis no IFG-Campus Goiânia	Gradisca de Oliveira Werneck de Capistrano	Reitoria	805,00
20	A imagem midiática de Anderson Silva: uma análise do sítio globo esporte	Guenther Carlos Feitosa de Almeida	Inhumas	3.019,00
21	Conhecer as percepções, os valores e as dificuldades de uma coleta seletiva de lixo no município de Inhumas-GO	João Baptista Chieppe Junior	Inhumas	9.934,00
22	Um layot de teclado virtual otimizado para pessoas com afasia e deficiência motora grave	Luiz Fernando Batista Loja	Luziânia	771,00



23	Caracterização morfológica, molecular e testes de atividade de fungos entomopatogênicos contra <i>Aedes aegypti</i>	Luiz Fernando Nunes Rocha	Ap. de Goiânia	18.487,00
24	Análise do alinhamento vertebral de estudantes do curso de Educação Física da UFG	Marcelo Costa de Paula	Goiânia	14.000,00
25	Projeto e construção de uma máquina a relutância variável 8x6 com vistas à eficiência energética e perspectiva para atuação futura como gerador para o aproveitamento da energia eólica	Marcos Antônio Arantes de Freitas	Itumbiar a	14.400,00
26	Extrato aquoso de <i>Hyptis suaveolens</i> Poit. (Lamiaceae) um potencial herbicida natural	Marcos Augusto Schlieuwe	Formosa	6.360,00
27	Perfil psicológico dos discentes do curso de Licenciatura em Química do IFG-câmpus Inhumas e a motivação para leitura	Maria Aparecida Rodrigues de Souza	Inhumas	13.890,00
28	Síntese e caracterização de nanopartículas de sulfeto de cádmio e nanopartículas de prata para aplicação em dispositivos eletrônicos	Monise Cristina Ribeiro Casanova Coltro	Senador Canedo	2.068,00
29	A condução de deficiências sensoriais (visuais e auditivos) em edificações de forma interativa por rádio frequência	Murilo Borges silva	Inhumas	15.450,00
30	Desevolvimento de um sistema em plataforma web para implantação de plano de segurança da água em sistemas de abastecimento de água	Nolan Ribeiro Bezerra Teixeira	Formosa	9.900,00
31	Perfil de atividade antioxidante de óleo essencial de <i>hyptis suaveolens</i> (L) Poit. Em modelos químicos e enzimático in vitro e celular ex vivo	Omar Araft Kadudsi Khalil	Formosa	8.820,00
32	Avaliação da atividade dos extratos de plantas do cerrado na viabilidade das formas promastigotas de <i>Leishmania</i> e sua expressão proteica frente ao tratamento	Patrícia de Castilhos	Formosa	4.285,52
33	Influência da aplicação de resíduos orgânicos nas características químicas, físicas e biológicas dos solo e no crescimento de dois tipos de culturas utilizadas na agricultura familiar	Regina de Carvalho Oliveira	Luziânia	20.000,00
34	Aplicação do método multicritério AHP para a hierarquização das alternativas de evasão no curso superior de Licenciatura Plena em Química do Instituto Federal de Goiás, campus Inhumas: um estudo de caso	Ricardo Rodrigues Dias de Lima	Inhumas	7.067,00
35	Controle de Vibração em Viga Chata de Concreto Armado Através do Uso de Absorvedores Dinâmicos de Vibração	Ricardo Victória de Holanda	Goiânia	20.000,00
36	“Inovação na produção de Frame, Pedal, Motor e Tubos Ressonadores para instrumentos de teclados de percussão: Construção e desenvolvimento de peças incrementais “	Ronan Gil de Moraes	Goiânia	20.000,00
37	Síntese de óxidos nanoparticulados: estudos de propriedades ópticas e magnéticas	Thiago Eduardo Pereira Alves	Anápolis	19.815,00
Total				424.054,31